

KANDINSKY/MOSCÓVIA, 1916.

FÓRUM SOCIAL MUNDIAL

CONSTRUINDO OUTRO MUNDO

JOSÉ CORRÊA LEITE

O Fórum Social Mundial foi vitorioso. Sob o lema de "Um outro mundo é possível", quatro mil delegados e 16 mil credenciados de 117 países, 1870 jornalistas (sendo 386 estrangeiros), além de um número desconhecido de participantes eventuais, compareceram a 16 plenárias, cerca de 200 oficinas e 20 testemunhos do Fórum Social no sentido estrito, ao Fórum Parlamentar Mundial, ao Fórum de Autoridades Locais pela Inclusão Social, ao Acampamento Intercontinental da Juventude (2,4 mil participantes), ao Acampamento dos Povos Indígenas (700 participantes) e a um sem-número de reuniões paralelas, marchas, manifestações, concertos, atividades culturais e festas que ocorreram em Porto Alegre, entre 25 e 30 de janeiro.

O resultado deste conjunto de atividades, que marcam o caráter multifacetado e plural do Fórum, é um importante reforço da moral e do espírito de luta do movimento mundial contra o neoliberalismo, um salto à frente no combate à globalização capitalista. É uma quebra efetiva com o pensamento único. É o contato com uma gigantesca diversidade de atores sociais e políticos e de debates, que exigirá tempo

para ser assimilada pelos participantes. É o reforço na articulação das lutas. É a construção de uma maior identidade política entre aqueles que buscam uma alternativa ao neoliberalismo. Aos membros do Attac da França, aos militantes do MST, aos sindicalistas da Coreia do Sul, aos anarcopunks gaúchos, aos nacionalistas de Quebec, a todos aqueles que combatem a Alca na América Latina, o Fórum mostrou que eles não estão sozinhos em suas preocupações e lutas.

NESTA EDIÇÃO

PIERRE ROUSSET DISCUTE A EXPERIÊNCIA DO ATTAC NA FRANÇA COMO UM MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO POPULAR VOLTADO PARA A AÇÃO.
PÁGINAS 14 E 15

A COBERTURA DA REUNIÃO DE CÚPULA DA UNIÃO EUROPEIA E DOS PROTESTOS POPULARES EM NICE E AS LIÇÕES DAS MOBILIZAÇÕES DE MELBOURNE.
PÁGINAS 16 A 18

O ESPÍRITO DOS PROTESTOS

O Fórum soube, antes de tudo, *catalisar o espírito dos protestos anticapitalistas ou antiglobalização* que assombram as reuniões dos organismos internacionais que administram a globalização desde Seattle (ver artigo de Walden Bello nas páginas 3 e 4).

CONTINUA NAS PÁGINAS 11,12 E 13



DOSSIÊ FÓRUM SOCIAL MUNDIAL

Informações e análises sobre as múltiplas dimensões do Fórum de 2001 em Porto Alegre em artigos de Walden Bello, Emir Sader, Marcelo Branco, André Mombach e Marco Aurélio Weissheimer.
PÁGINAS 3 A 13

DO FÓRUM À LUTA CONTRA A ALCA

Momento de discussão militante dos destinos do nosso mundo, o Fórum Social Mundial trouxe muitas descobertas para a esquerda brasileira.

Nenhuma, porém, é mais importante do que a constatação que hoje está sendo travada uma luta internacional crucial contra globalização neoliberal (ver páginas 3 e 4) e de que o futuro do Brasil está, em certa medida, sendo nela decidido. A margem de manobra para travarmos a disputa de rumos da nação será o resultado não apenas das nossas disputas nacionais, mas também deste embate mundial pela legitimidade quer da atual estrutura de poder imperial e da ideologia que a coesiona, quer das alternativas que buscamos construir.

O problema decisivo em jogo para nós é a integração ou não do Brasil à Área de Livre Comércio das Américas, a ALCA (ver página 10). Ela tende a catalisar o conjunto das questões de sociedade, da moeda que utilizamos aos direitos sociais pelos quais poderemos lutar, do padrão de televisão digital que o Brasil adotará à manutenção ou não da fabricação de remédios genéricos mais baratos contra a Aids. Não é exagero dizermos que a luta ant imperialista hoje se identifica, na América Latina e no Brasil, com a luta contra a ALCA.

Transformar a rejeição da ALCA em uma bandeira de toda nação é o grande desafio para a esquerda brasileira nos próximos anos. Nossa capacidade de enfrentá-lo determinará, em grande medida, a disputa de hegemonia na sociedade, a legitimidade com que contaremos ao apresentarmos nossas alternativas. Propostas como as de que os governos nacionais não poderão assinar os acordos da ALCA sem que isso tenha sido aprovado em plebiscitos já começam a trabalhar nesta direção.

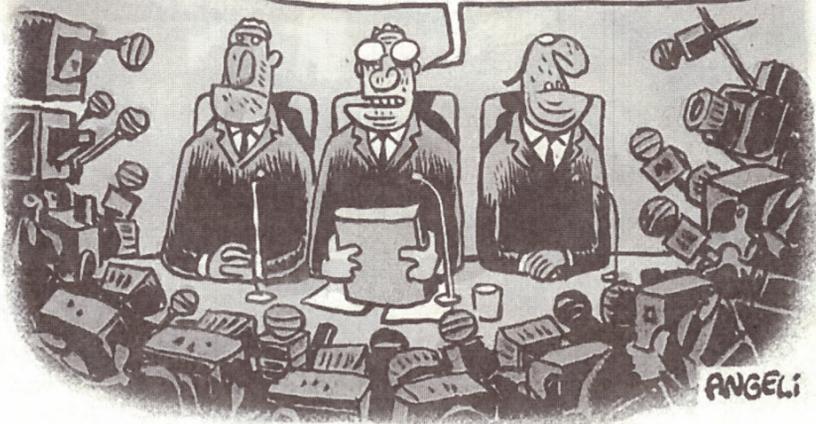
Os protestos de Buenos Aires, nos dias 6 e 7 de abril, durante a reunião de ministros de comércio preparatória da III Cúpula das Américas, e de Quebec, nos dias 20 a 22 de abril, durante esta reunião de chefes de Estado, serão fundamentais para contestar a legitimidade da iniciativa norte-americana de controle do continente. Mas igualmente importante para o futuro da esquerda brasileira, será a capacidade de aproveitarmos a ocasião para iniciar uma ampla discussão com a sociedade brasileira sobre o tema. Neste sentido, reforçarmos as manifestações que estão sendo organizadas em diversas cidades brasileiras para o dia 20 de abril é decisivo para o futuro da esquerda em nosso país.

Na luta contra a ALCA decidiremos se o Brasil poderá vir a ser uma nação soberana e democrática ou será reduzido à condição de colônia norte-americana.

Coordenação Nacional da Tendência Democracia Socialista

TRÂMITE BUROCRÁTICO

NA TENTATIVA DE IMPEDIR QUE SE INSTAURE A BARBÁRIE EM TODO O PAÍS, NÓS, POLÍTICOS, EMPRESÁRIOS, ADVOGADOS E MEMBROS DE ENTIDADES CIVIS, ELABORAMOS UM MINUCIOSO PLANO NACIONAL DE COMBATE EFETIVO À VIOLÊNCIA, QUE SERÁ POSTO EM PRÁTICA ASSIM QUE APROVADO PELO PESSOAL LÁ DO CRIME ORGANIZADO!



ANGELI

JESUS ALBARRACIN (1943-2001)

Jesus Albarracin (1943-2001), membro da Quarta Internacional na Espanha, morreu em 02/03/2001. Economista de profissão, deixou dezenas de artigos e estudos publicados e vários livros importantes, como *La onda larga del capitalismo español* (1987) e *La economía de mercado* (1991), talvez a melhor introdução à economia marxista já escrita.

Mas Jesus foi sobretudo um militante comunista revolucionário. "Teria tido certamente uma brilhante carreira como

alto funcionário ao serviço de governos social-democratas, se não tivesse sido assessor das centrais sindicais; de burocrata sindical se não tivesse se colocado como dirigente da esquerda sindical denunciando as capitulações frente ao capital; de assessor do Banco Central, se não tivesse se esforçado em construir uma célula comunista nessa instituição; de professor universitário, se não tivesse convocado tantas greves e ensinado tanto marxismo" (G. Buster). Seu último combate foi contra a diluição social-democrata de CCOO (como dirigente do Setor Crítico na sua executiva nacional) e da Esquerda Unida (como membro de um agrupamento quartista em sua direção nacional).

A S S I N E

CORREIO DA CIDADANIA

Assinatura anual (50 números) - R\$ 50,00
Assinatura semestral (25 números) - R\$ 25,00

Telefax: (011) 3021-5409 E-mail: correio@cidadanet.org.br

A S S I N E

LE MONDE diplomatique

Assinatura anual (12 números) - R\$ 45,00
Agora em português e na Internet (edição eletrônica)

Telefone: (11) 282-4929 - Site: www.diplo.com.br

Nos

JORNAL EM TEMPO É UMA
PUBLICAÇÃO DE EDIÇÕES ET LTDA.
R. ALBUQUERQUE LINS, 633 - CONJ. 91
STA CECÍLIA - SÃO PAULO/SP - CEP 01230-001
FONE (011) 3667-3476 - FAX (011) 3666-5550
E-MAIL: EMTEMPO@AX.APC.ORG

JORNALISTA RESPONSÁVEL:

CÉLIA REGINA DE SOUZA (MTB 18663 DRT/SP)

EQUIPE DE EDIÇÃO: JOSÉ CORRÊA LEITE,

CAIO GALVÃO DE FRANÇA, CARLOS HENRIQUE ÁRABE,

GUSTAVO CODAS, CACO BISOL E MÁRCIA HELENA RAMOS.

TIRAGEM: 4.000 EXEMPLARES. PERIODICIDADE: BIMESTRAL.

FECHAMENTO DESTA EDIÇÃO: 20 DE MARÇO.

Assembleia europeia dos desempregados

Nos dias 2, 3 e 4 de dezembro, em Paris e Crèteil, reuniu-se pela segunda vez, desde Colônia, a assembleia europeia das organizações de desempregados. Cerca de 150 representantes de associações de luta contra o desemprego e a precariedade se encontraram para preparar as manifestações de Nice, trocar opiniões sobre a Carta europeia dos direitos fundamentais e preparar as próximas lutas a nível europeu.

A rede das Marchas Europeias, criada em 1997, para os protestos de Amsterdã, constituiu o esqueleto organizador dessa assembleia. A idéia de consolidar um lugar de expressão, debates e iniciativas de uma representação europeia permanente dos desempregados já tinha sido concretizada no encontro de Colônia, no ano anterior.

Depois, progressos significativos foram feitos, particularmente na Alemanha. Suas diferentes redes de luta contra o desemprego estiveram fortemente representadas nesta assembleia. Nela pudemos encontrar os desempregados da Coordenação de Bielefeld, ligada ao sindicato DGB, os comitês autônomos, a rede das Marchas Europeias, as associações dos desempregados de Thuringe etc. que se reencontrarão em Nice.

Estavam igualmente presentes as associações francesas (umas 20 pessoas da ACI, MNCP, Apeis, Veto), a rede belga com cerca de 30 participantes de diversas entidades (Marchas, sindicalistas FGFB, Liga dos Direitos do Homem), os italianos

do In Marcia, do SinCobas, da LSU ("trabalhadores socialmente úteis"), uns 30 holandeses, gregos, representantes do Estado espanhol, da Suécia, da Dinamarca, da Noruega, da Suíça, da Grã-Bretanha.

No conjunto, um movimento em escala europeia se homogeneiza e dota-se de estruturas flexíveis e estáveis (coordenações regulares e secretariado técnico). O objetivo é generalizar as conquistas alemãs da "mesa redonda", de incluir todo mundo, incluindo as redes sindicais. A luta contra as múltiplas formas de precariedade deve permitir essa convergência de redes associativas e sindicais em todos os países. Os debates abordaram também a Carta Social, seu conteúdo, seu alcance e limites, seu lugar em direção a uma Constituição europeia em 2004. O debate salientou as ambigüidades da posição da Confederação Europeia dos Sindicatos, que defende uma "carta melhorada". Mas a reunião avaliou que a Carta não poderá ser melhorada em Nice. A declaração final pede aos governos que "não integrem a Carta ao tratado europeu".

A assembleia estabeleceu uma agenda de encontros para o ano de 2001, para preparar particularmente a sessão que ela terá no final desse ano, em Bruxelas, por ocasião da presidência belga da União Europeia. Ela pretende impulsionar em todos os países campanhas pelo salário mínimo e a luta contra os empregos precários e forçados. **Dominique Mezzi (Rouge, 7/12/2000)**

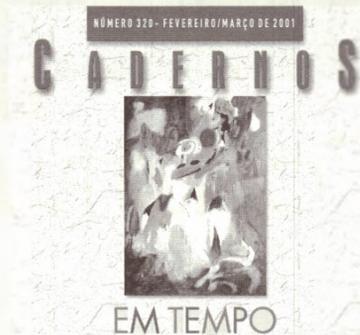
LEIA NESTA EDIÇÃO DOS CADERNOS EM TEMPO:

"O mercado e a questão da propriedade", de Catherine Samary

Na sua intervenção na plenária de encerramento do encontro "Um ano após Seattle: por uma construção cidadã do mundo", Catherine destaca a importância do movimento anti-globalização atacar as privatizações e entrar no debate sobre as formas de propriedade, questionando o "acionismo" e a propriedade sob controle parasitário do capital financeiro.

"O futuro do movimento anti-mundialização: algumas reflexões para uma consolidação de seus fundamentos teóricos", de François Chesnais, Claude Serfati e Charles-André Udry

Os autores apontam a necessidade do movimento antiglobalização questionar a crescente mercantilização da sociedade. Para isso, o tema das formas de propriedade deve deixar de ser um tabu para o movimento, porque nunca o foi para o capital, que jamais se conformou com a existência de formas de propriedade pública e/ou social. Não há como superar o desemprego permanente de massa ou viabilizar um desenvolvimento sustentado sem combater tudo aquilo que reforça a liberdade do capital financeiro e antes de tudo o controle que sua propriedade estabelece sobre várias esferas da sociedade.



"De Melbourne a Praga: a luta por um mundo desglobalizado", de Walden Bello

Partido da análise da situação vivida pelo capitalismo mundial desde 1997 - crise asiática, falência das políticas de ajuste estrutural, fracasso em estabelecer em Seattle a Rodada do Milênio da OMC, desgaste do BM e do FMI - Bello constata uma perda de legitimidade do sistema. Mas uma reação das lideranças de Davos busca relegitimar a globalização e cooptar a ONU e as ONGs. Neste confronto, nossa estratégia não é reformar as instituições da globalização, mas aboli-las, é incapacitar as corporações transnacionais, é desglobalizar o mundo, preservando sua pluralidade.

EM TEMPO MINHA OPÇÃO DE ASSINATURA É:

APOIO: 50,00

NORMAL: 30,00

NOME:

ENDEREÇO:

BAIRRO:

CIDADE:

UF:

CEP:

FONE:

Envie juntamente com o cheque nominal a EDIÇÕES ET LTDA, Rua Albuquerque Lins, 633 - conj. 91 - Sta Cecília - São Paulo - SP - CEP 01230-001 ou faça contato pelo telefone (011) 3666-5550 - Sucursal RS, Rua General Auto, 354 - Centro - Porto Alegre - RS - CEP 90.010-380 - Fone: (51) 226.5450. A assinatura é de 6 edições. Os assinantes de apoio recebem junto com o jornal os "Cadernos EM TEMPO".

A S S I N E

REVISTA SEM TERRA

Assinatura anual (4 números) - R\$ 25,00

Fone/Fax: (011) 3361-3866 - E-mail: semterra@mst.org.br

2000: O ANO DO PROTESTO GLOBAL CONTRA A MUNDIALIZAÇÃO

É provável que, como em 1929, o ano passado conste como um desses momentos definitivos da história da economia mundial. Sem dúvida, as estruturas do capitalismo global parecem sólidas e muitos, da elite global em Washington, Europa e Ásia, congratulam-se por terem contido a crise financeira asiática e tentam parecer confiantes em relação a uma retomada das negociações comerciais no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC). Entretanto, o que vimos foi uma dramática série de acontecimentos que, efetivamente, poderiam conduzir a um momento em que, segundo o poeta, "tudo que é sólido se desmancha no ar".

Para o capitalismo global, o ano 2000 começou um mês antes, entre 30 de novembro e 2 de dezembro de 1999, quando a terceira reunião ministerial da OMC fracassou em Seattle. O ano terminou mais cedo, em dezembro de 2000, com um evento de igual transcendência: a desintegração da Conferência sobre Mudanças Climáticas em Haia, na Holanda.

SEATTLE: O PONTO DA VIRADA

A história definitiva dos acontecimentos de Seattle está por ser escrita, mas eles não podem ser compreendidos sem se levar em consideração a interação explosiva entre as manifestações militantes e implacáveis de cerca de 50 mil pessoas nas ruas e a rebelião dos delegados dos países em desenvolvimento no interior do Centro de Convenções de Seattle. Muito já foi dito sobre as motivações particulares dos manifestantes e dos delegados do Terceiro Mundo e, também, sobre as diferenças nas fileiras dos manifestantes. É verdade, que algumas de suas posições sobre temas-chaves, como por exemplo a incorporação de padrões trabalhistas pela OMC, foram, às vezes, contraditórias. Mas a maioria esteve unificada em sua oposição à expansão de um sistema que promovia a globalização corporativa às custas de objetivos sociais, tais como justiça, comunidade, a soberania nacional, a diversidade cultural e a sustentabilidade ecológica.

Mas também não teria ocorrido a *débâcle* em Seattle sem outro acontecimento: a incapacidade da União Europeia e dos Estados Unidos resolverem suas diferenças sobre temas-chaves, por exemplo, quais regras devem controlar a concorrência monopolista pelo mercado agrícola global. E, talvez, o impacto do que ocorreu em Seattle teria sido menos massivo se não fosse o brutal comportamento da polícia. Os ataques sobre os manifestantes, majoritariamente pacíficos, por parte de policiais, vestidos em seus uniformes de Darth Vader, diante das câmaras de televisão, converteram as ruas de Seattle em um grande símbolo da crise da globalização.

Quando a OMC foi fundada, em 1995, esta organização era vista como a jóia da coroa do capitalismo na era da globalização. Entretanto, com o fracasso de Seattle, até os poderes que ainda tinham uma descarada confiança em sua própria criação, reconheceram realida-

des que vinham ignorando ou minimizando. Por exemplo: os representantes de seus mais áridos defensores no período prévio a Seattle reconheceram que a máxima instituição da globalização é, de fato, fundamentalmente antidemocrática e que seus processos não são transparentes. A crise de confiança da elite global ficou evidente nas palavras do Ministro do Comércio e da Indústria da Inglaterra, de que "a OMC não pode seguir com sua forma atual. Faz-se necessária uma mudança fundamental e radical, para que responda às necessidades e aspirações de seus 134 membros".

Seattle não foi um evento único. A dura crítica à OMC e às instituições de Bretton Woods, o FMI e Banco Mundial, expressou-se de forma não tão velada durante a 10ª Assembléia da Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD, em inglês), realizada em Bangkok, no mês de fevereiro. Efetivamente, ainda que tenha sido na maior parte do tempo uma reunião internacional sem novidades, o que levou a Conferência às manchetes da imprensa internacional foi a cara de Michel Camdessus, que deixava a direção do FMI, coberta com uma torta, fruto de um arripso perfeito do ativista anti-FMI, Robert Naiman.

DE WASHINGTON A MELBOURNE

A ação de Naiman era parte do pano de fundo da primeira grande confrontação pós Seattle, entre as forças pró e antiglobalização: a reunião de primavera do FMI e do Banco Mundial em Washington. Cerca de trinta mil manifestantes invadiram a capital dos Estados Unidos, em meados de abril, e se depararam com grande parte da região noroeste da cidade cercada por dez mil policiais. Durante quatro dias chuvosos, os manifestantes tentaram, sem êxito, abrir uma brecha no cerco policial para alcançar o complexo do FMI/Banco Mundial, nas ruas 19 e H, NW, o que resultou na detenção de centenas de pessoas. A polícia declarou vitória. Entretanto, os manifestantes perderam a batalha, mas ganharam a guerra. O mero fato de ida de trinta mil pessoas para protestar contra os gêmeos de Bretton Woods, já foi uma vitória significativa; as atividades feitas até então não tinham conseguido mobilizar mais do que algumas poucas centenas. Além disso, o foco da mídia estava em Washington, e para milhões de pessoas ao redor do mundo a primeira impressão sobre o FMI e o Banco Mundial foi a de que eram instituições controversas, assediadas por gente que as acusava de provocar pobreza e miséria no mundo em desenvolvimento.

De Washington a luta seguiu para Chiang Mai, na serra tailandesa, onde o Banco Asiático de Desenvolvimento, um organismo multilateral notório por seu financiamento a projetos gigantescos que atingiram comunidades e desestabilizaram o meio ambiente, realizava sua 33ª Reunião Anual, no início de maio. A cúpula do Banco ficou tão chocada, ao ver cerca de duas mil pessoas exigindo que



saissem da cidade, que logo depois do encerramento da reunião, o presidente do Banco, Tadao Chino, criou um grupo de trabalho denominado "ONG para negociar com a sociedade civil". Temerosos de protestos mais massivos em 2001, o Banco mudou o local de sua próxima reunião anual de Seattle para Honolulu, pensando que este seria um lugar mais seguro.

Entretanto, a reunião de Chiang Mai não teve implicações apenas para o Banco Asiático de Desenvolvimento. Considerando que a maioria dos manifestantes eram camponeses pobres tailandeses, os protestos mostraram que a base do movimento anti-globalização é bem mais ampla do que os jovens de classe média e os sindicalistas dos países industrializados. Igualmente importante, é o fato dos principais organizadores das manifestações de Chiang Mai, como Bamrung Kayotha, um dos líderes do Fórum dos Pobres, terem participado do protesto de Seattle e considerarem a reunião de Chiang Mai não como um evento isolado, mas como mais um elo na cadeia de protestos internacionais contra a globalização.

As batalhas seguintes foram travadas em Melbourne, Austrália, no início de setembro. O esplêndido Crow Casino, localizado na parte exclusiva do porto de Melbourne, foi escolhido para sediar a Cúpula para Ásia e Pacífico do Fórum Econômico Global (o Fórum Davos), que havia se convertido em uma das forças principais da tentativa de dar uma cara mais humana para a globalização. O Casino, para muitos ativistas, era um símbolo adequado para a globalização conduzida pelas finanças. Durante quase três dias de protestos nas ruas, cerca de cinco mil manifestantes conseguiram bloquear as principais entradas do Casino, obrigando os organizadores a transportar em helicópteros alguns dos delegados, mais uma vez na frente das televisões. Além disso, como em Seattle, o violento tratamento dado aos manifestantes por parte da polícia, muitos deles a cavalo, amplificou a controvérsia global sobre o evento.

ENTRE SEATTLE EM DEZEMBRO DE 1999 E PORTO ALEGRE EM JANEIRO DE 2001 OCORREU UMA GRANDE MUDANÇA NA SITUAÇÃO INTERNACIONAL, NA QUAL O CAPITALISMO GLOBALIZADO PERDEU BASTANTE LEGITIMIDADE.

WALDEM BELLO

A BATALHA DE PRAGA

Mais tarde, ainda em setembro, foi a vez da Europa converter-se em campo de batalha. Cerca de dez mil pessoas chegaram a Praga, vindas de todas as partes do continente, preparadas para participar de uma confrontação apocalíptica com as instituições de Bretton Woods, durante a Reunião Anual, nessa bela cidade da Europa do leste, na mais bela das estações. A cidade de Praga não frustrou esta expectativa. Com as manifestações e protestos de rua encerrando os delegados no Centro de Convenções ou com as manifestações eclodindo em volta deles quando tentavam regressar aos seus hotéis, no famoso centro histórico de Praga, a agenda da reunião foi, como expressou um funcionário do Banco Mundial, "efetivamente tomada" pelos manifestantes antiglobalização. Quando um grande número de delegados se negou a ir ao Centro de Convenções nos dois dias seguintes, a reunião teve que ser abruptamente encerrada, um dia antes do previsto.

CONTINUA NA PÁGINA 4

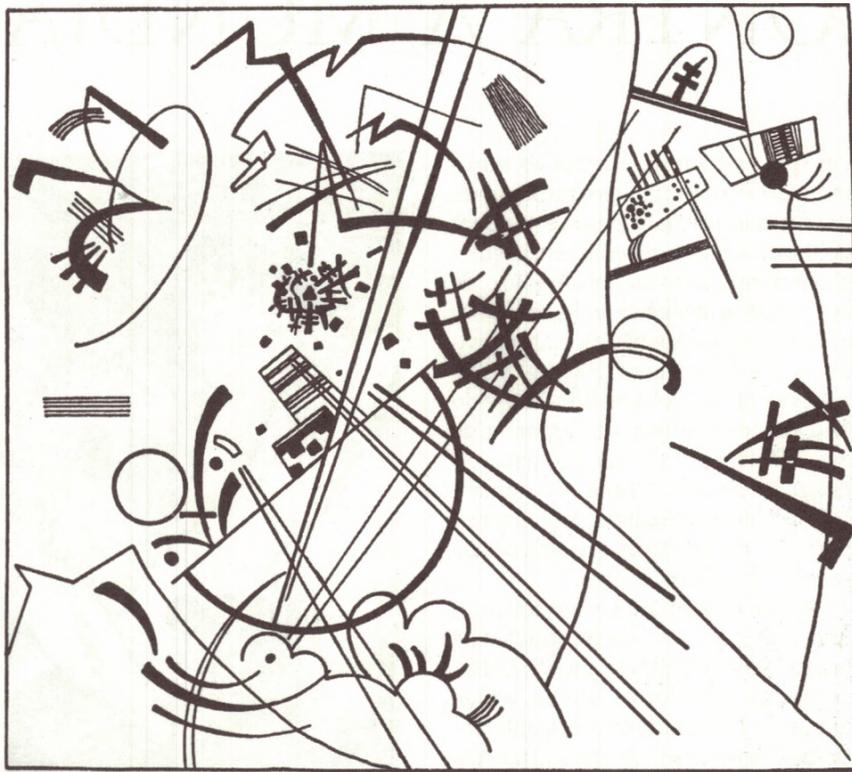
DOCUMENTO DE ENTIDADES E MOVIMENTOS PARTICIPANTES DO FÓRUM SOCIAL MUNDIAL IMPULSIONA A CONVERGÊNCIA DAS LUTAS ANTIGLOBALIZAÇÃO.

Forças sociais vindas do mundo inteiro nos reunimos no Fórum Social Mundial em Porto Alegre. Sindicatos e ONGs, movimentos e organizações, intelectuais e artistas, construímos juntos uma grande aliança para criar uma nova sociedade, diferente da lógica atual que coloca o mercado e o dinheiro como a única medida do valor. Davos representa a concentração da riqueza, a globalização da pobreza e a destruição de nosso planeta. Porto Alegre representa a luta e a esperança de um novo mundo possível, onde o ser humano e a natureza são o centro de nossas preocupações.

Somos parte de um movimento em crescimento a partir de Seattle. Desafiaremos as elites e seus processos anti-democráticos representados no Fórum Econômico de Davos. Viemos compartilhar nossas lutas, trocar experiências, fortalecer nossa solidariedade e manifestar nosso rechaço absoluto às políticas neoliberais da atual globalização.

Somos mulheres e homens, camponeses e camponeses, trabalhadoras e trabalhadores, profissionais, estudantes, desempregadas e desempregados, povos indígenas e negros, vindos do Sul e do Norte, que temos o compromisso de lutar pe-

PORTO ALEGRE CONVOCA PARA



KANDINSKY, ESTUDO Nº 0 QUADRO REQUÊRO SONHO EM VERMELHO, 1925

los direitos dos povos, a liberdade, a segurança, o emprego e a educação. Somos contra a hegemonia do capital, a destruição de nossas culturas, a monopolização do conhecimento e dos meios de comunicação de massas, a degradação da natureza e a deterioração da qualidade de vida através das mãos das corporações transnacionais e das políticas anti-democráticas. A experiência da democracia participativa, como em Porto Alegre, mostra que alternativas concretas são possíveis. Reafirmamos a supremacia dos direitos humanos, ecológicos e sociais sobre as exigências dos capitais e dos investidores.

Ao mesmo tempo que fortalecemos nosso movimento, resistimos à elite global com o objetivo de melhorar a igualdade, a justiça social, a democracia e a segurança para todos, sem nenhuma discriminação. Nossos métodos e alternativas constituem um forte contraponto com as políticas destrutivas do neoliberalismo.

A globalização reforça um sistema sexista, excludente e patriarcal. Incrementa a feminização da pobreza e exacerba todas as formas de violência contra as mulheres. A igualdade entre homens e mulheres é uma dimensão central de nossa

luta. Sem essa igualdade, outro mundo jamais seria possível.

A globalização neoliberal desata o racismo, continuidade do verdadeiro genocídio de séculos de escravidão e colonialismo, que destruíram as bases civilizatórias das populações negras da África. Chamamos todos os movimentos a se solidarizar com o povo africano dentro e fora do continente, na defesa de seus direitos à terra, cidadania, liberdade, igualdade e paz, através do resgate da dívida histórica e social. O tráfico de escravos e a escravidão são crimes contra a humanidade.

Expressamos especialmente nosso reconhecimento e solidariedade com os povos indígenas em sua histórica luta contra o genocídio e o etnocídio e em defesa de seus direitos, recursos naturais, cultura, autonomia, terra e território.

A globalização neoliberal destrói o meio ambiente, a saúde e as condições de vida do povo. A atmosfera, a água, a terra e também os seres humanos são transformados em mercadorias. A vida e a saúde devem ser reconhecidos como direitos fundamentais e as decisões econômicas devem ser submetidas a esse princípio.

A dívida externa dos países do Sul já foi paga várias vezes. Injusta, ilegítima e fraudulenta, funciona como um instrumento de dominação, negando aos povos seus direitos fundamentais com o único fim de aumentar a usura internacional. Exigimos a anulação incondicional e a reparação das dívidas históricas, sociais e ecológicas, como passos imediatos para a solução definitiva das crises que a dívida externa provoca.

Os mercados financeiros extraem os recursos a a riqueza dos povos e sujeitam as economias nacionais à instabili-

CONTINUAÇÃO DA PÁGINA 3

Tão importante quanto o protesto em Praga foi o debate realizado no dia 23 de setembro, no famoso Castelo de Praga, entre representantes da sociedade civil e a cúpula do Banco Mundial e do FMI, evento promovido pelo presidente da República Tcheca, Vaclav Havel. Ao invés de estreitar o fosso entre os dois lados, o debate o ampliou, pois, ao responder às demandas concretas apresentadas, o presidente do Banco Mundial, James Wolfensohn, e o diretor geral do FMI, Horst Koehler, não estavam preparados para ir mais além de colocações diplomáticas e generalidades, como se estivessem preocupados em ultrapassar os limites estabelecidos por seus senhores do G-7. George Soros, que defendeu o Banco Mundial no debate, disse tudo quando admitiu que Wolfensohn e Koehler tiveram um "desempenho terrível" e que haviam desperdiçado o principal encontro com a sociedade civil.

Depois de Seattle, várias personalidades do establishment, como Bill Gate, Bill Clinton, Tony Blair, Kofi Annan e o principal executivo a Nike, Phil Knight, falaram sobre reformar o sistema econômico global, para que este incorporasse aqueles que haviam sido "deixados para trás" pela globalização. De fato, o Fórum de Davos colocou a questão da reforma como primeiro ponto da agenda nas reuniões que realizou com a elite global.

Entretanto, um ano depois de Seattle, não há quase nenhuma ação concreta.

A iniciativa de reforma mais proeminente, o plano do G-7 para reduzir o serviço da

dívida externa de 41 Países Pobres Altamente Endividados (HIPC, em inglês), na realidade, implicou na redução de apenas um bilhão de dólares, desde seu início em 1996 — uma redução de apenas 3% nos últimos quatro anos e meio!

Um ano depois do fracasso da reunião de Seattle, desvaneceu-se a discussão sobre a reforma do processo de tomada de decisões da OMC. Agora, seu diretor geral, Mike Moore, diz que o sistema não democrático, não transparente do "Consenso/Salão Verde" é "inegociável".

Ao se tratar da arquitetura financeira internacional, discussões sérias sobre o controle do capital especulativo, como a Taxa Tobin, têm sido evitadas. Um FMI não reformado continua no centro do mecanismo "anti-incêndio" do sistema. Uma linha de crédito preventiva para crises do Fundo (que ninguém quer utilizar) e um inofensivo Fórum sobre Estabilidade Financeira (no qual há pouca representação dos países em desenvolvimento) aparecem como as únicas "inovações" que emergiram das crises financeiras na Ásia, na Rússia e no Brasil, dos últimos três anos.

Da mesma forma, dentro do FMI e do Banco Mundial não há nenhuma discussão sobre a redução do poder dos EUA e da União Européia e o incremento do poder dos países do Terceiro Mundo e muito menos em relação a acabar com as práticas feudais de ter sempre um europeu na cabeça do Fundo e um norte-americano na cabeça do Banco Mundial. O propagandeado processo consultivo para a preparação dos "Informes sobre as Estratégias de Redução da Pobreza" (PRSP, em inglês) junto aos governos

que requerem empréstimos, resultou em nada mais do que uma intenção de dar uma fachada decorativa de participação pública ao mesmo processo tecnocrático.

A DÉBACLE DE HAIA

O processo continua reproduzindo as estratégias de desenvolvimento com ênfase no crescimento através da desregulamentação e liberalização do comércio, com, talvez, algumas redes de seguridade social salpicadas aqui e acolá. Dentro do Banco, uma forte resistência a inovações que poriam a ênfase nas reformas sociais resultou na renúncia de dois dos reformistas: Josef Stiglitz, economista-chefe, e Ravi Kanbur, chefe do grupo de trabalho responsável pelo Informe sobre o Desenvolvimento Mundial.

No decorrer do ano, os protestos tiveram uma característica antitransnacional e identificaram o Banco Mundial, o FMI e a OMC como serviços das corporações. Uma forte desconfiança em relação às multinacionais surgiu no próprio EUA, onde 70% das pessoas entrevistadas consideraram que as corporações detêm um excessivo poder sobre suas vidas. A desconfiança e a oposição às multinacionais só se aprofundaram depois do fracasso da Conferência sobre Mudanças Climáticas, em Haia, no início de dezembro, devido à falta de disposição das indústrias dos EUA em reduzir, significativamente, as emissões de gases causadores do efeito estufa. Num momento em que a maioria dos indicadores mostram uma aceleração das tendências de aquecimento do planeta, a ação de Washington reforçou a convicção

do movimento antiglobalização sobre o fato de que a elite dos EUA está determinada a apoderar-se de todos os benefícios da globalização e transferir seus custos ao resto do mundo.

Ao analisar a situação depois de Seattle, Fred Bergsten, um proeminente defensor da globalização, afirmou em uma reunião da Comissão Trilateral, em Tóquio, em abril passado, que "as forças antiglobalização estão em ascensão". Hoje, mais do que nunca, esta consideração tem sua razão de ser. Como a elite global perdeu a confiança nas principais instituições de controle econômico global, elas enfrentam uma crise de legitimidade. Se não recuperarem sua legitimidade, sua falência será uma questão de tempo, não importando quão sólidas elas se considerem, pois a legitimidade é o fundamento das estruturas de poder. O processo de deslegitimação é difícil de ser revertido, uma vez que se estabeleça. De fato, o que poderíamos chamar, segundo Gramsci, a "retirada do consentimento" tende a espalhar-se pelo coração das instituições e das práticas do capitalismo global, incluindo as corporações transnacionais.

2001 também promete ser um ano atormentado para o projeto globalizador.

WALDEN BELLO É DIRETOR EXECUTIVO DE FOCUS ON THE GLOBAL SOUTH EM BANGKOK E PROFESSOR NA UNIVERSIDADE DAS FILIPINAS. ESTE ARTIGO FOI ORIGINALMENTE PUBLICADO NA REVISTA PORTO ALEGRE 2001: HACIA A UN MUNDO DEGLOBALIZADO, EDITADA POR FOCUS ON THE GLOBAL SOUTH, JANEIRO DE 2001, P.5-9. TRADUZIDO POR CAIO GALVÃO DE FRANÇA.

AS MOBILIZAÇÕES

dade dos especuladores. Reclamamos o fechamento dos paraísos fiscais e a introdução de impostos sobre as transações financeiras.

As privatizações transferem bens públicos e recursos às transnacionais. Nos opomos a toda forma de privatização de recursos naturais e de bens públicos. Fazemos um chamado para proteger o acesso a eles para dar uma vida digna para todas e todos.

As corporações multinacionais organizam a produção mundial com um desemprego massivo, baixos salários e trabalho não qualificado e se recusam a reconhecer os direitos fundamentais dos trabalhadores, tal como foram definidos pela OIT. Reclamamos o reconhecimento genuíno dos direitos dos sindicatos a se organizar e negociar para conquistar novos direitos para os/as trabalhadores/as. Enquanto bens e capitais podem atravessar livremente as fronteiras, as restrições sobre o movimento da população e exacerbam a exploração e a repressão. Exigimos o fim de tais restrições.

Demandamos um sistema de comércio justo que garanta pleno emprego, segurança alimentar, termos de troca equitativos e prosperidade local. O "livre comércio" não é tão livre assim. As regras do comércio global provocam a acumulação acelerada de riqueza e poder pelas corporações transnacionais, ao mesmo tempo que geram maior marginalização e empobrecimento de camponeses e camponesas, trabalhadores e trabalhadoras e empresas locais. Reclamamos dos governos que respeitem suas obrigações segundo os instrumentos internacionais sobre direitos humanos e os acordos ambientais multilaterais. Convocamos a apoiar as mobilizações contra a criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), uma iniciativa que significa a recolonização da região e a destruição dos direitos humanos fundamentais sociais, econômicos, culturais e ambientais.

O FMI, o Banco Mundial, os bancos regionais, a OMC, a OTAN e outras alianças militares são alguns dos agentes multila-



terais da globalização transnacional. Exigimos o fim de sua interferência nas políticas nacionais. Essas instituições não têm legitimidade frente ao povo e vamos continuar protestando contra suas políticas.

A globalização neoliberal tem provocado a concentração da terra e promovido uma agricultura transnacionalizada, destrutiva em termos sociais e ambientais. Se baseia na produção para a exportação que precisa de grandes plantações e da construção de represas – o que provoca a expulsão das pessoas de suas terras e a destruição de seus meios de vida, os que devem ser restituídos. Demandamos uma Reforma Agrária democrática com o uso por parte do campesinato da terra, da água e das sementes. Promovemos processos agrícolas sustentáveis. As sementes e o material genético são patrimônio da humanidade. Exigimos a abolição do uso de transgênicos e patentes sobre a vida.

O militarismo e a globalização em mãos de corporações transnacionais se re-

forçam mutuamente para destruir as bases da democracia e da paz. Nos recusamos firmemente a aceitar a guerra como caminho para resolver conflitos. Estamos contra o armamentismo e o comércio de armas. Exigimos o fim da repressão e da criminalização dos protestos sociais. Condenamos a intervenção militar estrangeira em assuntos internos de nossos países. Exigimos o fim dos embargos e sanções que são utilizados como instrumentos de agressão e expressamos nossa solidariedade com os povos que sofrem suas consequências. Rechaçamos a intervenção militar norte-americana em América Latina através do Plano Colômbia.

Chamamos a reforçar nossa aliança sobre esses temas principais e a implementar ações comuns. Vamos seguir mobilizando em função delas até o próximo Fórum. Reconhecemos que contamos agora com uma melhor situação para desenvolver a luta por um mundo diferente, sem miséria, fome, discriminação ou violência; a

favor de uma melhor qualidade de vida, com igualdade, respeito e paz.

Temos o compromisso de apoiar todas as lutas de nossa agenda coletiva que mobilizem a oposição ao neoliberalismo. Entre as prioridades para os próximos meses, vamos mobilizarmos globalmente contra:

- o Fórum Econômico Mundial em Cancún, México em 26-27 de fevereiro;
- a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), em Buenos Aires, Argentina em 6-7 de abril e em Quebec, Canadá em 17-22 de abril;
- o Asian Development Bank, em maio em Honolulu;
- a cúpula do G-8 em Gênova, Itália, em 15-22 de julho;
- o FMI e o Banco Mundial, sua Assembléia anual em Washington DC, de 28 de setembro ao 4 de outubro;
- a OMC, em 5-9 de novembro (Qatar).

No dia 17 de abril, estaremos junto com a mobilização internacional contra as importações de produtos agrícolas baratos que geram "dumping" econômico e social e junto com a mobilização feminista em Gênova, contra a globalização. Apoiamos o chamado a um dia mundial de ação contra a Dívida Externa, a se realizar este ano no dia 20 de julho e a mobilização para a Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação, a Xenofobia e formas correlatas de Intolerância (Durban, África do Sul - 31 de agosto a 07 de setembro de 2001).

Essas propostas formam parte das alternativas elaboradas pelos movimentos sociais do mundo todo. Baseiam-se no princípio de que os seres humanos e a vida não são mercadorias. E no compromisso com o bem-estar e os direitos humanos de todos e todas.

Nossa participação no Fórum Social Mundial enriqueceu a compreensão de cada uma de nossas lutas e saímos fortalecidos. Chamamos todos os povos do mundo a se unirem a esta luta pela construção de um futuro melhor. O Fórum Social Mundial de Porto Alegre é um caminho para a soberania de nossos povos para um mundo justo. ■

■ Ação da Cidadania contra a Fome e pela Vida, SP (Brasil) ■ Agir ensemble contre le Chomage - ACI - (França) ■ Agremiación de Funcionarios de la Universidad de la República - AFFUR (Uruguai) ■ Alianza Social Continental (toda América) ■ Alternative information and development center (South Africa) ■ Alternatives (Canadá) ■ Amigos de la Tierra Internacional ■ Ananda Marga (Sudamérica) ■ ARCI (Itália) ■ Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (Brasil) ■ Asamblea Permanente por los Derechos Humanos (Argentina) ■ Asociación Sindical de Profesionales de la Salud de Buenos Aires (Argentina) ■ Associação potiguar amigos de natureza (Brasil) ■ Associazione per la pace (Itália) ■ Associazione Ya Basta (Itália) ■ Associazione Nazionale Artisti-Artigiani di Strada (Itália) ■ Assozione Culturale Punto Rosso (Itália) ■ ATTAC (Argentina) ■ ATTAC (Brasil) ■ ATTAC (França) ■ ATTAC (Rússia) ■ ATTAC (Suíça) ■ ATTAC (Uruguai) ■ ATTAC Catalunya (Spain) ■ Bloque Social Alternativo - Comité de Integración del Macizo Colombiano ■ Cambodian Human Rights & Development Association (Cambodia) ■ Campaign for popular democracy (Thailand) ■ Carta del cantieri sociali (Itália) ■ Casa diritti sociali (Itália) ■ Central de Trabajadores Argentinos - CTA ■ Central dos Movimentos Populares - (Brasil) ■ Central Independiente de Obreros Agrícolas - Campesinos (México) ■ Central Unica dos Trabalhadores (Brasil) ■ Centro cultural 25 de abril (Brasil) ■ Centro de Estudios e Assessoria em Política Públicas - CEAPP (Brasil) ■ Centro de Profesores do Estado do Rio Grande do Sul - CPERS (Brasil) ■ Centro Felix Varela (Alemanha) ■ Centro Felix Varela (Cuba) ■ Centro Novo Modello di Sviluppo (Itália) ■ Centrostudi Intemazinali Milano (Itália) ■ Cetim (Suíça) ■ CIPSI (Itália) ■ Coalición de Organizaciones Democráticas Urbanas y Campesinas - CODUC (México) ■ Comisión Independiente de Derechos Humanos de Morelos (México) ■ Comitato anti WTO Abruzzo (Itália) ■ Comité de l'appel de Bangkok (Suíça) ■ Comité de proyectos de comercio solidario (Itália) ■ Comité pour l'annulation de la dette du Tiers monde (Belgique) ■ Comunita impegno servizio volontariato (Itália) ■ Confederação Nacional dos Bancários - CNB/CUT (Brasil) ■ Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE (Brasil) ■ Confederación General del Treball - CGT (Illes Balears, España) ■ Confederación de Organizaciones de Funcionarios del Estado - COFE (Uruguai) ■ Confederación General del Trabajo (CGT - disidente) de la Republica Argentina ■ Confederation des Syndicats Nationaux - Quebec (Canadá) ■ Confederazione Cobas (Itália) ■ Congreso Nacional Indígena (México) ■ Consorcio italiano di solidarietà (Itália) ■ Consulta popular (Brasil) ■ Contato Italiano Per L'acqua (Itália) ■ Cooperativa MAG Financera (Itália) ■ Coordinación Nacional de Organizaciones Campesinas - CNOC (Guatemala) ■ Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo - CLOC (América Latina) ■ Coordinadora Nacional Plan de Ayala - CNPA (México) ■ Coordinamento Asociación Pacifista Venecia (Itália) ■ Coordinamento Lombardo Antiwito (Itália) ■ CREA/RS (Brasil) ■ Dialogo 2000 (Argentina) ■ Diverse Women for ■ Diversity (India, México, Europa) ■ Droit au logement (France) ■ Espaces Marx (France) ■ Fala Preta - Organização de Mulheres Negras (Brasil) ■ FASE (Brasil) ■ Federação dos Trabalhadores no Comércio no Estado do Ceará - Fetrace (Brasil) ■ Federação Nacional dos Sociólogos (Brasil) ■ Federation internationale syndicale de l'enseignement (France) ■ Federation syndicale unifie (France) ■ Feministas del movimiento social de mujeres de Argentina ■ Feriwalá Vikas Mahasangh (India) ■ Físics per al desenvolupment (Spain) ■ Focus on the global south (Thailand) ■ Fórum Brasileiro de ONGs de Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Brasil) ■ Fórum Mondiale Alternative Italia (Itália) ■ France - Amerique Latine (France) ■ France Libertes (France) ■ Fundação para o Desenvolvimento da Juventude Rural (Brasil) ■ Fundación genero y sociedad (Argentina) ■ Fundación José María Llorens (Argentina) ■ Gamins de l'Art rue (France) ■ Grupo de Apoyo Mby'a Guarani (Paraguay) ■ Grupo de Reflexión Rural (Argentina) ■ Grupo para la contra información sobre la América Latina (Grecia) ■ Grupos de estudiantes solidarios (Argentina) ■ Hemen eta munduan - iniciativa popular de euskal herria ■ Holy cross justice commission ■ Instituto Olga Benario Prestes (Brasil) ■ Instituto Terrazul (Brasil) ■ Intercâmbio, Informações, Estudos e Pesquisas - IIEP (Brasil) ■ INTERFOROS (Honduras) ■ Intersindical Alternativa de Catalunya (Espanha) ■ Intersocial Montevideo (Uruguai) ■ Japan Network on Debt and Poverty (Japan) ■ Jubileo sur ■ Juventude avançando (Brasil) ■ Korean Catholic Coalition for Alternative Economics (Korea) ■ Korean Confederation of Trade Unions - KCTU - (Korea) ■ Korean Farmers League (Korea) ■ Kopa - Korean organisation against free trade (Korea) ■ KPA - Consortium for agrarian reform (Indonésia) ■ Labour Coordinating Center (Thailand) ■ Labor Working Group (Indonésia) ■ Lavoro società - Cgil (Itália) ■ Lega Ambiente (Itália) ■ Lega Italiana per la Lotta Contro L'IAIDS (Itália) ■ Liberazione (Itália) ■ Loro Yunoun Sangh (India) ■ Lunaria (Itália) ■ Madres de Plaza de Mayo - Linea Fundadora (Argentina) ■ Marche mondiale des femmes contre les violences et la pauvrete ■ MNCP (France) ■ Movimento de Educação Popular e Direitos Humanos (Brasil) ■ Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Rio Grande do Sul (Brasil) ■ Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB (Brasil) ■ Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (Brasil) ■ Movimento laici America Latina (Itália) ■ Movimiento de Educacion Popular e Derechos Humanos (Brasil) ■ Movimiento de mulheres agricultoras ■ Movimiento dos conselhos populares (Brasil) ■ Movimiento unido de solidaridad para Colombia ■ Mujeres de México, Chihuahua (México) ■ Multisectorial de Mujeres (Argentina) ■ Narmada Bachao Andolan - NBA - (India) ■ Network for the political and social rights (Grecia) ■ Organización Regional Interamericana de Trabajadores - ORIT (toda América) ■ Organizaciones Multisectoriales de Mujeres (Argentina) ■ Pastoral da juventude rural do Brasil ■ Paz y tercer mundo (Espanha) ■ Rete Contro G8 (Itália) ■ Project for ecological recovery - PER - (Tailândia) ■ Radio Citta Pescara (Itália) ■ Red ciudadana para la abolición de la deuda externa (Spain) ■ REDES (Red de Ecologia Social) Amigos de la Tierra (Uruguay) ■ Rete di Lilliput (Itália) ■ Rete radie resc (Itália) ■ Revista Cuadernos del Sur (Argentina) ■ Revista Thesseis (Grecia) ■ Rivista Altra Economia (Itália) ■ Sempreviva Organização Feminista (Brasil) ■ Servicio Jurídico Integral para el Desarrollo Agrario ■ Servicio paz y justicia en America Latina ■ SIN Cobas (Itália) ■ Sind. Nacional dos Trabalhadores do Banco Central do Brasil - SINAL ■ Sindicato de Profesionales de la Salud de Buenos Aires (Argentina) ■ Sindicato de Sociólogos do Est. do RS (Brasil) ■ Sindicato de trabajadores sociales de Paraguay ■ Sindicato dos Químicos de Osasco e região, São Paulo (Brasil) ■ Sindicato dos Químicos de São José dos Campos (Brasil) ■ Sindicato dos Rodoviários de Cachoeirinha, RS (Brasil) ■ Sindicato dos Servidores Cívicos nas Forças Armadas do RJ (Brasil) ■ Sindicato dos Sociólogos do Est. de SP (Brasil) ■ Sindicato dos Trabalhadores da Universidade de Brasília (Brasil) ■ Sindicato dos Trabalhadores Federais em Saúde, Previdência e Seguridade Social (Brasil) ■ Sindicato dos Trabalhadores Urbanitários no Distrito Federal (Brasil) ■ Sindicato Nacional dos trabalhadores dos Institutos de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário (Brasil) ■ Sindicato Servidores Municipais Caxias do Sul - RS (Brasil) ■ Sind. Saúde-MG (Brasil) ■ UD-PTT (France) ■ Syndicat national de l'enseignement supérieur (France) ■ Tandem sur norte (Argentina, França, Brasil) ■ Telang Ana Front (India) ■ Transnational Institute - TNI - (Netherlands) ■ Tribunal Ético contra la Impunidad (Paraguay) ■ Tutti Altra Arte (Itália) ■ Union de Mujeres de la Argentina - UMA ■ Unión Nacional de Organizaciones Regionales ■ Campesinas Autónomas - UNORCA (México) ■ Unione Italiana Spor Per Tutti (Itália) ■ Via campesina ■ Vída, sí! (Argentina) ■ WINFA (Caribbean farmers, West indies) ■ World Rainforest Movement ■ Youth Unity & Voluntary Action- YUVA - (India)

COMPONENTE CENTRAL DO ATUAL MOVIMENTO CONTRA A GLOBALIZAÇÃO, A JUVENTUDE TEVE UMA PARTICIPAÇÃO IMPORTANTE NO FÓRUM SOCIAL MUNDIAL EM PORTO ALEGRE.

ANDRÉ ALOISIO MOMBACH



CRISTINA LIMADEBATE JUVENTUDE NO PARQUE HARNECKER

A JUVENTUDE E O NOVO INTERNACIONALISMO

As resistências à globalização capitalista são reveladoras de importantes convergências de mobilizações nacionais e internacionais. De Seattle a Nice, passando por Washington, Milão, Melbourne, Londres e Praga, esse movimento, protagonizado principalmente pela juventude, vem denunciando para o mundo o sistema capitalista, acusando-o de ser o verdadeiro responsável pela miséria na qual está submersa a maioria da humanidade. Estas lutas têm, em geral, um caráter defensivo, de resistência aos efeitos destruidores da globalização e, portanto, carecem de uma alternativa política. Mas a retomada das relações dos movimentos operários e sociais em escala mundial marca o fim da crise de perspectivas internacionalistas, caracterizando o início de uma virada ideológica e política.

Neste quadro, emerge a idéia da realização de um Fórum Social Mundial em contraposição ao pensamento hegemônico neoliberal e capitalista propugnado pelo Fórum Econômico Mundial e Davos. A busca de uma alternativa internacional à ordem capitalista e neoliberal foi o ponto de consenso de todas as tribos reunidas em Porto Alegre entre os dias 25 e 30 de janeiro de 2001 no Primeiro Fórum Social Mundial.

Espaço de discussão de alternativas, articulação internacional de resistências à barbárie neoliberal e palco de mobilização e denúncia política do atual sistema, o Primeiro Fórum Social Mundial foi o maior encontro das esquerdas mundiais nas últimas décadas. Se fosse possível resumir tudo o que aconteceu em Porto Alegre, talvez deveríamos dizer que o evento representou a "globalização da resistência". A mensagem do primeiro Fórum Social Mundial é de que há sim esperança para a humanidade que, o "fim da história" é uma enganação e que já não há lugar para um "pensamento único". E o seu saldo político é de que, mesmo sem um formato bem definido, há clima para um novo internacionalismo. E espaço também para formulação de alternativas para construção de um outro mundo, centrado no ser humano.

A construção de um calendário de lutas representa um novo cenário para as lutas posteriores. Desta vez, as lutas serão internacionalmente articuladas em todos os países ou em locais específicos. A continuidade deste processo permitirá testar as formas embrionárias deste novo internacionalismo, em sua necessária diversidade, e de perceber de que maneira será possível reunir as mais amplas formas de resistência, de expressar o radicalismo a partir dos movimentos sociais e de concretizar alternativas à ordem dominante.

De Seattle a Nice a juventude tem protagonizado espetaculares movimentos de resistência nos protestos. Com uma nova pauta, uma nova dinâmica e novas táticas de mobilização, a juventude começa a romper com a inércia e os valores mercantilizados da cultura e sua alienação política. Em muitos casos a juventude é a primeira vítima das ideologias desmobilizadoras do consumo, da concorrência individualista, da "modernidade" informática e da mercantilização da cultura.

A construção de uma alternativa de resistência cultural, social e política à ideologia dominante foi foco central da organização e mobilização da juventude para o FSM. Em função da inexistência de organização internacional da juventude, coube aos jovens de Porto Alegre e do Rio Grande do Sul organizar uma intervenção no evento. Inicialmente composto por juventudes partidárias e algumas entidades estudantis, o Comitê de Juventude buscou ampliar sua relação a partir da realização de plenárias abertas e reuniões com as entidades que tem atuação na área de juventude. Ai surgiu a necessidade de ampliar relações, superando a histórica limitação de caracterização do movimento de juventude como movimento estudantil.

A busca pela ampliação, significava pluralidade e desafios ainda maiores. Reunir jovens de todo mundo, vindos de experiências de movimentos bastante radicais e o caráter onguista do Fórum, levaram a conclusão que a juventude tinha um papel importante na radicalização e na superação de vários limites do primeiro Fórum Social Mundial. A partir de suas limitações e respeitando a pluralidade dos participantes, o Comitê de Juventude propôs quatro eixos para discussão e aprofundamento em oficinas: educação, trabalho, opressões específicas (gênero, racial, e livre orientação sexual) e ecologia.

Esta definição de eixos expressou um limite na compreensão do papel da juventude do atual período e das recentes mobilizações internacionais, deixando de lado temas como a resistência a ALCA, táticas de resistência global ao neoliberalismo como formas de ação direta, comunicação alternativa, o Plano Colômbia ou mesmo questões como cultura e família, que são centrais na luta anticapi-

talista. Isso deixou um imenso campo para articulação e proliferação para grupos que não se envolveram no trabalho do Comitê, mas priorizaram a discussão destes temas com a juventude.

De outro lado, tivemos, como aspectos muito positivos, a inserção de diversas juventudes na organização do Comitê como o Hip Hop, as Pastorais de Juventude, as associações comunitárias e ainda a Coordenação Nacional dos Meninos(as) de Rua – o que significou um considerável avanço no sentido da pluralidade, riqueza do debate político e ampliação das relações e das formas de condução das atividades de juventude.

O ACAMPAMENTO DE JUVENTUDE

Pensado a partir da necessidade de integrar a juventude participante do Primeiro Fórum Social Mundial, o Primeiro Acampamento Intercontinental da Juventude superou todas as expectativas de participação. Inicialmente previsto para 1.500 jovens, acabou ultrapassando 2.400 pessoas acampadas e mais 500 jovens alojados em dois centros públicos. Em sua grande maioria, as delegações eram brasileiras e latino-americanas – o que deixa para o II Acampamento a responsabilidade de mobilizar a juventude do continente africano que hoje vive o estágio mais aprofundo da barbárie neoliberal.

No que tange as atividades de discussão, além da plenária inicial, das oficinas e da plenária final, que construiu o manifesto de juventude e o calendário de mobilização, o Comitê de Juventude conseguiu organizar debates bastante amplos e integrar as diferentes tribos reunidas no Acampamento. O debate promovido em conjunto com a juventude do PT reuniu a socióloga Marta Harnecker do Mepla de Cuba, Wadson Ribeiro, presidente da UNE, estudantes venezuelanos e chilenos para um debate sobre "A juventude na virada do século XXI". Duas outras atividades debateram a história das lutas da juventude, sua relação com movimentos sociais em geral e o novo internacionalismo. Alain Krivine, líder do Maio de 68 francês e representante no Parlamento Europeu pela LCR, e Cristhian Castillos, professor Universitário de Buenos Aires, debateram sobre "A juventude na

luta anticapitalista: de Maio de 68 a Seattle e Nice", enfatizando as diferentes conjunturas e o papel estratégico da juventude na luta revolucionária. "A juventude e o novo internacionalismo" foi o tema abordado por Michael Löwy. Recuperando a trajetória do internacionalismo, Löwy ressaltou a mudança do atual período histórico e as novas expressões das solidariedades internacionais. Afirmou que o Fórum Social é uma expressão deste novo internacionalismo, que se caracteriza pela pluralismo nas lutas contra o neoliberalismo e contra a mercantilização da vida e do ser humano.

PORTO ALEGRE 2002

Este novo internacionalismo revela um grande potencial de lutas unitárias articuladas no plano internacional. A "Globalização das Resistências" no Fórum cria a perspectiva de afirmação da solidariedade internacional para a construção de uma nova pauta de luta contra o capitalismo e o neoliberalismo a partir da consciência que a vida e o ser humano não são mercadorias. Destaca também a organização de novas formas de organização, onde as lutas nacionais deverão ser construídas em conjunto com as grandes mobilizações internacionais e as pautas específicas relacionadas com as pautas como a luta antiimperialista e anticapitalista.

Neste cenário, a juventude tem um papel de destaque na mobilização e na radicalização dos movimentos de contestação articulados a partir do calendário unitário de lutas internacionais. O II Fórum Social Mundial poderá avançar muito mais a partir do saldo das lutas deste ano.

A manutenção do Comitê de Juventude no Rio Grande do Sul, aprovada na plenária final do Acampamento, lhe confere a responsabilidade de impulsionar as lutas da juventude no próximo período e promover a organização do Segundo Acampamento Intercontinental da Juventude em bases mais plurais e representativas.

ANDRÉ ALOISIO MOMBACH É MEMBRO DA COORDENAÇÃO DO COMITÊ DE JUVENTUDE E ESTUDANTE UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL.

PORTO ALEGRE: O VELHO E O NOVO

Um bom sintoma da novidade que representa o Fórum Social Mundial de Porto Alegre está na dificuldade da imprensa brasileira para cobrir o evento. Ela, em geral, chegou tarde e não se deu conta do novo, buscando reduzi-lo a clichês, gerados pela própria mídia e dos quais ela mesma se tornou prisioneira e vítima. Terminou sem conseguir dar, para a opinião pública brasileira, a dimensão do evento.

O FSM representou, antes de tudo, a criação de um espaço novo, que aceita o desafio de dar respostas no plano internacional aos grandes problemas do mundo na entrada do novo século. Ficam deslocados os que, como Fukuyama, Huntington e o próprio FHC, defendiam que as resistências à globalização neoliberal vinham de setores retrógrados, de fundamentalistas islâmicos e de ludistas. Depois de querer impor a polarização "modernidade de mercado versus atraso estatista", que eles protestem contra a polarização Davos/Porto Alegre, que os desloca.

Representou também explicitamente o enterro do "pensamento único", pela evidente contraposição de duas visões de mundo, na qual Porto Alegre fica definitivamente como símbolo da luta por um mundo justo e solidário.

O FSM foi uma vitória moral, porque ficou claro que os grandes temas da humanidade são discutidos em Porto Alegre, e não em Davos. Foi ainda uma vitória ideológica, porque ajudou a deslocar os grandes debates para a ótica social, articulando o econômico, o cultural e o político contra o economicismo.

O FSM recolheu uma enorme gama de diagnósticos e de propostas, que necessita se transformar em força política para materializar os projetos de um novo mundo. As mobilizações que irromperam à superfície desde Seattle mudaram o clima ideológico mundial, mas ainda não produziram transformações políticas nem contiveram a circulação especulativa dos trilhões de dólares que vagam pelo mundo afora.

Essa força política depende da capacidade de iniciativa do FSM — que em múltiplas frentes de movimentos sociais de todos os matizes — e de parlamentares, de prefeitos, de intelectuais e de cidadãos, levando adiante não apenas protestos contra a injusta e caduca ordem econômi-

ca neoliberal, mas propostas e ações para leva-las à prática.

Um exemplo é a luta contra a consolidação da integração subordinada dos países da América Latina à Alca (Área de Livre Comércio das Américas). Além dos protestos em Buenos Aires, no início de abril, e em Québec, no final deste mês, haverá um projeto de integração alternativa e soberana da América Latina e projetos de lei a serem encaminhados aos Parla-mentos do continente.

Segundo os projetos, os governos da

diversidade e a multiplicidade que foram as marcas do FSM.

A incapacidade de captar esses aspectos radicalmente novos — fatal para cobertura da grande imprensa — leva à incompreensão de sua novidade e de sua radicalidade. Ficou claro que as formas de organização e de direção existentes até aqui — de partidos, de movimentos sociais ou de ONGs — se revelaram superadas pelos elementos novos e multitudinários. A organização de Porto Alegre 2002 já começou e está na mão de todos os que se identificam

OS GRANDES TEMAS DA HUMANIDADE FORAM DISCUTIDOS EM PORTO ALEGRE E NÃO EM DAVOS. A ORGANIZAÇÃO DE PORTO ALEGRE 2002, QUE JÁ COMEÇOU, ESTÁ NA MÃO DE TODOS OS QUE SE IDENTIFICAM COM OS IDEAIS DEFENDIDOS PELO FÓRUM.

EMIR SADER



CISTINA LIMA/ENCERRAMENTO 2001/FSM

região não poderão assinar os acordos da Alca antes da convocação de plebiscitos, que serão realizados numa mesma data, em todos os países, para que os povos decidam que tipo de integração querem — soberana ou subordinada.

O certo é que Porto Alegre representa um caminho sem volta na luta por um mundo novo. Temos grandes responsabilidades, como a elaboração de procedimentos democráticos de construção dos consensos. Procedimentos que recolham a

com os ideais defendidos pelo FSM.

A simples existência do evento de 2001 foi uma vitória para os que não se resignam com a mercantilização da vida e do mundo, resultado das políticas que predominaram nos anos 90. Todos os que se identificam com Porto Alegre podem se sentir militantes na construção de um outro mundo.

Porto Alegre 2002 tem de significar a consolidação de avanços que se darão ao longo deste ano, para que o novo mundo, necessário e que já demonstrou ser

possível, possa se tornar um mundo real, existente. Um mundo não mais "imagem e semelhança da mercadoria e do dinheiro", mas "imagem e semelhança do homem e de seus sonhos".

EMIR SADER É PROFESSOR DE SOCIOLOGIA DA USP E DA UERJ E AUTOR, ENTRE OUTRAS OBRAS, DE **SÉCULO 20: UMA BIOGRAFIA NÃO AUTORIZADA** (ED. PERSEU ABRAMO). ARTIGO ORIGINALMENTE PUBLICADO NA **FOLHA DE S. PAULO** DE 16 DE FEVEREIRO.

FÓRUM DE PARLAMENTARES ARTICULA FRENTE PELA TAXA TOBIN

MARCO AURÉLIO WEISSHEIMER

A proposta de implantação de uma taxa Tobin ganhou novo impulso durante o Fórum Social Mundial. A declaração final do Fórum de Parlamentares anunciou a disposição de articular uma frente internacional pela instauração da taxa. O deputado francês Harlen Desir defendeu que esta frente deve propor mecanismos capazes de impor a taxa Tobin em todos os países do mundo. Idealizada pelo prêmio Nobel de Economia, James Tobin, a taxa propõe que 1% das transações financeiras internacionais sejam taxadas e o dinheiro arrecadado seja remetido para um fundo mundial de combate à pobreza. Há outras propostas que reduzem um pouco este índice. Segundo

os estudos desenvolvidos por James Tobin, esse fundo poderia conseguir cerca de US\$ 170 bilhões por ano.

O deputado francês acredita que a taxa Tobin pode auxiliar a combater a influência do capitalismo norte-americano no mundo e melhorar a situação social dos países subdesenvolvidos. Mas fez um alerta: a taxa não é uma receita milagrosa e nem o suficiente para colocar um freio no mercado de capitais. Ela não leva ao equilíbrio financeiro, mas pode ser a base. O parlamentar francês disse que vários países já adotaram uma campanha pela adoção da taxa, entre eles o Brasil, através da composição de uma Frente Parlamentar pela taxa Tobin. O Canadá, França, Bélgica, Irlanda, Itália, Alemanha, Madagascar, Austrália, Nova Zelândia e vários países africanos também já aderiram

ao movimento.

A declaração final do Fórum Parlamentar Mundial também denunciou os mecanismos imorais da dívida externa, defendendo a abolição da dívida dos países pobres. Somente na década de 80, a América Latina pagou US\$ 195 bilhões, o dobro do equivalente atual do Plano Marshall. Para cada 100 dólares de exportação dos países da América Latina nas últimas décadas, 35 são destinados ao pagamento de juros. Segundo o deputado Vivaldo Barbosa (PT-DF), a existência de tais dívidas têm gerado ciclos repetitivos de crises econômicas nesses países que afetam a economia mundial. O total das dívidas dos países em desenvolvimento deve atingir entre dois a três trilhões de dólares. Somente a massa monetária manipulada pela banca internacional deve atingir, segundo as menores estimativas, a casa dos 80 trilhões de dólares. Assim, argumentou o deputado, não haveria grande impacto ou ameaça de crise sistêmica no caso de uma anulação da dívida dos países mais pobres.

Além da instauração da taxa Tobin e da abolição da dívida dos países pobres, o Fórum Parlamentar propôs ainda a supressão dos paraísos fiscais e uma profunda reforma da Organização Mundial do Comércio, do Fundo Monetário Internacional e de outras instituições financeiras globais. A declaração dos parlamentares não se limitou a questões econômicas. O texto defende o respeito aos objetivos ecológicos da Agenda 21, coloca-se contra o patenteamento dos seres vivos e denuncia a discriminação e a violência em todos os níveis, para implementar estas propostas, os parlamentares decidiram constituir uma rede internacional. Ela terá por tarefa coordenar as ações em suas respectivas assembleias para sustentar com mais eficácia a ação dos movimentos sociais e cidadãos.

Marco Aurélio Weissheimer é jornalista da Agência Carta Maior.

Reproduzido da *Ciranda Internacional da Informação Independente*.



O FÓRUM PERMITIU À ESQUERDA INICIAR A DISCUSSÃO SOBRE A IMPORTÂNCIA DOS SOFTWARES LIVRES PARA NOSSO PROGRAMA DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL.

MARCELO BRANCO

A construção de um programa alternativo ao neoliberalismo exige propostas concretas frente ao monopólio das megaempresas de software (como a Microsoft). As lutas desenvolvidas pela comunidade software livre internacional, liderada pela *Free Software Foundation* (www.fsf.org), começaram a ser debatidas e incorporadas no nosso programa a partir do Fórum Social Mundial.

Timoty Ney, executivo da *Free Software Foundation*, participou do painel sobre "Democratização do acesso à informação", no dia 27 de janeiro pela manhã, destacando a convergência tecnológica e econômica de três setores que antes andavam separados – informática, telecomunicações e veículos de comunicação – e trazendo a questão do software livre para o debate. Expondo estatísticas comparativas sobre o número de usuários da internet em diferentes continentes, Tim Ney salientou a importância de incentivar o uso de soluções com código aberto para facilitar e garantir o acesso à tecnologia para o crescente número de pessoas que estão cada vez mais distantes dos benefícios das tecnologias de informática.

Durante a tarde foi realizada uma oficina sobre "Software livre", com cerca de 150 pessoas. Nela, Tim Ney destacou que a experiência gaúcha é "única no mundo", ao reunir governos, universidades e setor privado no incentivo ao uso e desenvolvimento de softwares livres. Além da *Free Software Foundation*, a oficina envolveu painelistas das universidades gaúchas, o governo do estado do Rio Grande do Sul, a Sociedade Brasileira de Computação (SBC), empresários de softwares (Assespro-RS) e o Comitê de Incentivo à Produção de Software GNU e Alternativo (Cipsga), a ONG que divulga e apóia as ações da *Free Software Foundation* no Brasil.

No domingo à tarde, dia 28, realizamos outra oficina para mais de 50 jovens no Acampamento Intercontinental da Juventude. Ela colocou a juventude de esquerda em contato com informações sobre o movimento, composto basicamente por jovens. O apoio e envolvimento dos movimentos de juventude com a comunidade software livre é uma das grandes tarefas para o próximo período. Como software livre é uma "questão de atitude", desafiamos todos os participantes a começarem a usar *GNU/Linux* e abandonarem gradativamente o *Windows*.

O QUE É SOFTWARE LIVRE?

São programas de computadores construídos de forma colaborativa via internet por uma comunidade internacional de desenvolvedores independentes. São milhares de "hackers", que negam sua associação com os "violadores de segurança". "Isto é uma confusão por parte dos



CRISTINA LIMA/DEBATEFISH

O SOFTWARE LIVRE NO FÓRUM

meios de comunicação de massa", afirma Richard Stallman, presidente da *Free Software Foundation*. Estes desenvolvedores de software se recusam a reconhecer o significado pejorativo do termo e continuam usando a palavra *hacker* para indicar "alguém que ama programar e que gosta de ser hábil e engenhoso".

Além disto, estes programas são entregues à comunidade com o código de programação disponível. O código aberto e disponível permite que a idéia original possa ser aperfeiçoada e devolvida novamente à comunidade. Nos programas convencionais, o código de programação é secreto e de propriedade da empresa que o desenvolveu, sendo quase impossível decifrar a programação. O que está em jogo é a independência tecnológica.

Para Stallman, "software livre é uma questão de liberdade de expressão e não apenas uma relação econômica". Hoje existem milhares de programas alternativos construídos desta forma e uma comunidade de usuários com mais de 20 milhões de membros no mundo.

Um software só poderá ser considerado livre se proporcionar as quatro liberdades fundamentais:

- a) liberdade para utilizar o programa, com qualquer propósito;
- b) liberdade para modificar o programa e adaptá-lo às suas necessidades. (Para

tornar esta liberdade efetiva, é necessário ter acesso ao código fonte, porque modificar um programa sem ter a fonte de código é difícil);

- c) liberdade para redistribuir cópias, tanto grátis como com taxa; e,

- d) liberdade para distribuir versões modificadas do programa, de tal modo que a comunidade possa beneficiar-se com as suas melhorias.

O exemplo mais conhecido de software que segue este conceito é o sistema operacional *GNU/Linux*, alternativo ao *Windows*, que é utilizado por quase metade dos provedores de internet do mundo, pela NASA e pelo sistema de defesa norte-americano. Aqui no Brasil, o governo do estado do Rio Grande do Sul e as lojas Renner estão entre as instituições que já aderiram aos programas livres.

PROJETO SOFTWARE LIVRE RS

O Projeto Software Livre RS é uma parceria do governo do estado do Rio Grande do Sul com instituições públicas e privadas do estado. Tem como principal objetivo a promoção da independência tecnológica com o uso de softwares livres e a busca de uma alternativa econômica ao mundo de softwares proprietários, que têm ditado os parâmetros de custos e de desenvolvimen-

to do setor em todo o mundo.

Estimulando o uso de software livre, o projeto pretende investir na produção e qualificação do conhecimento local a partir de uma nova postura, que insere a questão tecnológica no contexto da construção do mundo com inclusão social e igualdade de acesso aos avanços sociais.

Essa iniciativa tem origem no alto volume de investimentos em softwares proprietários exigidos do governo do estado e na qualidade técnica e segurança garantida pelos usos de softwares livres. Em 1999, o governo gastou aproximadamente R\$ 18 milhões na aquisição de softwares proprietários para atualizar a estrutura de informática que herdou da gestão anterior, isso apenas com as licenças custeadas pela Procergs (o que exclui compras diretas realizadas por outros órgãos da administração estadual gastos dos poderes Legislativo e do Judiciário).

Entre as iniciativas do Projeto Software Livre RS estão: a implantação de uma rede de laboratórios em empresas e universidades para o estudo do *GNU/Linux* e demais softwares livres; a estruturação de um curso para suporte da área; a criação de um Consórcio Editorial para publicação de livros, manuais, apostilas; e a realização de evento anual para a divulgação de softwares livres.

LANÇADO II FÓRUM INTERNACIONAL SOFTWARE LIVRE

Durante o Fórum Social Mundial, no "cibercafé" montado pelo VIA-RS, o provedor de internet do governo do estado, Tim Ney participou do lançamento do II Fórum Internacional Software Livre, que será realizado em Porto Alegre entre 29 e 31 de maio.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

FREE SOFTWARE FOUNDATION

A *Free Software Foundation* (FSF) foi criada em 1981, a partir da experiência concreta de uma comunidade que compartilhava programas de computadores no laboratório do *Massachusetts Institute of Technology*. Indignados por não terem conseguido o código de programação de uma impressora Xerox, que não funcionava bem, descobriram que os programas, até então compartilhados por programadores e instituições universitárias e públicas, passaram a ser um produto de "mercado" e que os códigos de programação, agora secretos, tinham sido apropriados por grandes multinacionais. A única saída seria construir programas alternativos, totalmente livres. Liderados

por Richard Stallman, criaram os conceitos do movimento, as licenças públicas (GPL), o *copyleft* (esquerda autoral) e o projeto GNU em 1984. O objetivo da FSF é de eliminar a restrição de cópias, redistribuição e modificação de programas de computadores. Site: <http://www.fsf.org>.

PROJETO GNU

A partir dos conceitos de liberdade da FSF foi lançado, em 1984, o manifesto e o projeto GNU. O projeto tem por objetivo o desenvolvimento de programas livres através de uma comunidade de colaboradores. Os códigos de programação, as dificuldades, as documentações e o conteúdo dos programas são disponibilizados em sites na internet e através de listas de discussões específicas que garantem o seu desenvolvimento colaborativo e o aperfeiçoamento permanente. De lá para cá, já foram desenvolvidos milhares de programas totalmente livres. O mais conhecido é o sistema operacional *GNU/Linux*.

Site: <http://www.gnu.org>.

LICENÇA GPL

É a *General Public License*, uma licença que protege o direito de liberdade do software livre (copyright © 1989 *Free Software Foundation*). Esta proteção dos direitos se dá através de dois passos: o copyright do software; e a licença para copiar, distribuir e melhorar. O sistema operacional *GNU/Linux* é GPL. Site: <http://www.gnu.org>.

COPYLEFT (ESQUERDA AUTORAL)

Obedece a quatro princípios: a permissão de liberdade de cópia; a não contraposição ao *copyright*; o direito autoral é preservado; e é regulado conforme a licença. Não há legislação brasileira que possa enquadrar como pirataria o uso de software com esta licença.

O FORUM ECONÔMICO MUNDIAL E O OUTRO DAVOS

Esta será a segunda edição de um evento anual que marca o encontro de *hackers*, grupos de usuários *GNU/Linux*, empresas públicas e privadas para discutir o futuro do movimento software livre. No ano passado, o evento contou com um público de 2.120 pessoas e a presença de Richard Stallman.

Para este ano, já estão confirmadas as presenças de líderes mundiais do movimento, em geral pessoas que se destacaram desenvolvendo programas livres usados no mundo, representantes da organização de mulheres *Linuxchix* e grupos de usuários do Uruguai, Argentina, Venezuela, Bolívia, Cuba e México.

“Neste encontro reuniremos a comunidade de *hackers* que tem interesse em ‘escovar bits’, isto é entrar a fundo na discussão e domínio dos programas livres, de usuários que buscam novas soluções, e de entidades e pessoas que apoiam politicamente o movimento”, afirma Mário Teza, da coordenação do projeto. “Talvez seja o único evento no mundo que reúne uma diversidade de público tão grande, com objetivo de traçar políticas para o movimento em todas as esferas. Não estamos vendendo produtos ou soluções, mas sim discutindo uma ação comum para o movimento”, conclui Mário. Site: <http://www.softwarelivre.rs.gov.br>.

GOVERNOS DEMOCRÁTICOS E POPULARES E SOFTWARE LIVRE

Cada cidade ou estado que o PT governa tem uma empresa ou algum órgão responsável pela informática. Até agora fomos muito tímidos em aplicar e discutir a questão da (in)dependência tecnológica. Mesmo que tenhamos avançado em algumas experiências no uso da tecnologia da informação como instrumento da democratização de nossas gestões, como a de Porto Alegre, trabalhamos sempre com tecnologias ditadas pelas grandes corporações, como se elas fossem neutras. Nunca investimos nossos esforços na construção de uma plataforma tecnológica que dominássemos, que não ficássemos limitados a “intencionalidade” dos programas de computadores construídos com a lógica do mercado.

Agora, já temos acúmulo para iniciar uma virada e construir uma alternativa ao neoliberalismo no setor de tecnologia da informação e comunicação. São dezenas de empresas públicas e órgãos de informática nos governos democráticos e populares. Construir uma política comum, envolvendo questões centrais como “negociação de contratos com grandes fornecedores”, compartilhamento na construção e utilização de soluções de informática para o setor público e (in)dependência tecnológica passa a ser uma necessidade política.

Devemos construir, desde já, uma política de migração dos programas já existentes para softwares livres e a construção dos novos programas para o setor público. Não podemos obrigar, como faz a receita federal, que o cidadão em busca de um serviço público pela internet, como o do imposto de renda, tenha que comprar o *Windows*. Nossos governos devem apoiar e se integrar no Movimento Software Livre!

A proposta de um encontro nacional do setor, junto ao II Fórum Internacional de Software Livre é importante para discutirmos estas e outras propostas que subvertam a lógica do mercado e construam uma política a partir da nossa forma de ver o mundo.

Um outro mundo é possível!



MARCELO BRANCO É VICE-PRESIDENTE DA COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (PROCERGS).

Como todo ano, o Fórum Econômico Mundial, agrupando um milhão de “líderes” empresariais do planeta – a inscrição custa cerca de US\$ 10 mil – e alguns chefes de Estado, realizou-se em Davos. Os mestres do mundo são poderosos, mas cada vez mais odiados.

Para proteger seu encontro, as autoridades suíças não pouparam esforços: arames farpados, bloqueios de estradas, fechamento da estação de Davos, presença massiva da polícia em roupas de combate e da milícia. Numerosos ônibus de manifestantes da França, da Itália e da Alemanha foram bloqueados nas fronteiras, sem respeito pela liberdade de circulação e pelas liberdades individuais. Os excessos policiais estão na origem de uma polêmica na mídia suíça – afinal, os direitos de expressão e de manifestação é que foram questionados.

A despeito de discursos hipócritas sobre a necessidade de “diminuir a desigualdade social” e “escutar a sociedade civil”, os defensores do liberalismo não suportam a contestação, sobretudo a que questiona sua legitimidade. Mas, em nome de quem, um punhado de privilegiados ávidos se arroga o direito de decidir o que é bom para o planeta e os bilhões de seres humanos que o habitam? Só alguns políticos social-democratas podem afirmar que entre os oponentes da globalização capitalista e os magnatas da finanças e da indústria há apenas um “mal-entendido”!

O OUTRO DAVOS

Se a mobilização policial evitou que manifestações significativas pudessem se desenvolver em Davos, outras iniciativas ocorreram em Zurique. Na sexta-feira, dia 26 de janeiro, um fórum – “o outro Davos” – organizado pelo Attac Suíça, *Raisons d’agir* e os *Amis du “Monde diplomatique”*, reuniu cerca de mil participantes, na maioria jovens e sindicalistas.

Sua convocatória estabelece os objetivos da iniciativa:

“A apropriação privada, por uma minoria cada vez mais poderosa, da riqueza social e dos recursos ditos naturais, conduz a um quadro onde metade da população mundial vive em extrema pobreza, onde o saque do planeta não tem limites, onde os assalariados do mundo inteiro são colocados competindo uns com os outros e, então, precarizados, onde a ‘cultura mundial’ é raptada por algumas grandes transnacionais formadoras de opinião.

Frente a essa subversão do mundo fomentada, entre outros, pela elite exibicionista de Davos, dezenas de milhões de mulheres e homens se insurgiram de várias maneiras.

Face àqueles que invocam a ‘mão invisível’ do mercado, o Outro Davos se apoia nas mãos e inteligências das mulheres e homens. Mãos e inteligências que constroem a sociedade de hoje, que será deixada como herança às gerações futuras.

Contra essa opressão e a arrogância dos poderosos se desenham os contornos de um mundo dos mundos, no qual as

cidadãs e os cidadãos, os assalariada(o)s, livremente associados, poderão decidir desde a repartição das rendas até o uso dos meios de trabalho e, desta forma, se reapropriar do controle do futuro”.

NENHUMA REUNIÃO SEM MANIFESTAÇÕES

Essa iniciativa visa, então, uma “presença simbólica de reflexões e debates, junto a Davos”, em ligação permanente com o Fórum Social Mundial de Porto Alegre.

No centro dos debates em Zurique

ENQUANTO UM PUNHADO DE “PODEROSOS” DISCUTIAM O FUTURO DO PLANETA, A CONTESTAÇÃO SE EXPRESSA EM UM CONTRA-ENCONTRO, EM ZURIQUE.

FRANÇOIS DUVAL



CISTINA LIMA/MARCA CENTRO DE PORTO ALEGRE/RS

estiveram a mundialização do capital, seus efeitos sociais e ecológicos; as consequências sobre o trabalho e a situação social das mulheres; o novo direito internacional; as implicações para o movimento sindical; a nova corrida armamentista conduzida pelas potências imperialistas. Dois painéis particularmente atraíram a atenção: sobre a Palestina (com Michel Warschawski) e sobre o “plano Colômbia” (com Janette Habel). A projeção de um documento em vídeo permitiu que Noam Chomsky e Pierre Bourdieu expusessem suas análises. O Outro Davos foi encerrado com uma reunião na qual tomaram a palavra François Chesnais, Charles-André Udry, Jean Ziegler, Annick Coupé e Roseline Vachetta.

A segunda fase da mobilização foi a tentativa de se manifestar em Davos. Mas os ônibus foram bloqueados, a cerca de 30

km do “campo entrincheirado”, pela polícia ajudada por... um tanque de guerra e helicópteros de combate! Foi a ocasião de uma reunião improvisada, com discursos para denunciar a repressão policial, a interdição do direito de manifestação e para protestar contra a arrogância da auto-proclamada elite planetária que se recusa a ouvir “a voz dos de baixo”.

Essas mobilizações concretizam um dos objetivos fixados pelas redes internacionais e os diversos movimentos sociais: nem uma só reunião dos poderosos do mundo sem que iniciativas populares de debate ou manifestações de rua lembrem a sua falta de legitimidade e aclarem as consequências desastrosas de suas decisões.

ARTIGO ORIGINALMENTE PUBLICADO NO JORNAL FRANCÊS ROUGE, DE 2 DE FEVEREIRO.

TEXTO DA
CONCLAMAÇÃO
DA ALIANÇA SOCIAL
CONTINENTAL
AOS DELEGADOS
PRESENTES NO FÓRUM
SOCIAL MUNDIAL.

ALIANÇA SOCIAL CONTINENTAL

O Fórum Social Mundial demonstra a capacidade de resistência da sociedade e fortalece em todos nós a crença de que um outro mundo é possível. Sua realização revela o potencial de mobilização e resistência das organizações sociais face a uma globalização marcada pelo descompasso entre o desejo das sociedades e os interesses dos mercados. Sob a hegemonia do pensamento conservador, os governos dos países ricos e pobres cumprem cada vez menos o compromisso básico de promover o bem comum, a democracia e a justiça social. Em meio ao processo de globalização, o Estado tornou-se refém dos mercados, dominado pelos investimentos privados, as multinacionais e o capital especulativo, expondo nossas sociedades a um saque sistemático dos recursos humanos e naturais.

O processo de globalização das Américas encontra-se em estágio avançado e suas conseqüências sobre o emprego, o meio ambiente e a crescente exclusão social são amplamente conhecidas. Atualmente a iniciativa de criação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) pretende perpetuar as políticas de liberalização preconizadas pelos organismos multilaterais. Ao contrário do que o seu nome sugere, a Alca representa bem mais do que um acordo comercial, abrangendo áreas de serviços, investimentos, compras governamentais e propriedade intelectual. Além da falta de transparência e participação, a Alca se caracteriza pelas assimetrias dos países envolvidos. A pretexto de promover o livre comércio, ela visa eliminar o controle sobre os investimentos externos, favorecendo principalmente as grandes corporações transnacionais. Foi assim no Nafta, no Mercosul e nos demais acordos comerciais regionais, bilaterais e multilaterais. As multinacionais têm sido as principais beneficiárias desses acordos. A maioria da população está à margem do mercado e não se beneficia das promessas do livre comércio.

A Aliança Social Continental é uma iniciativa de convergência e articulação. Representamos a emergência de um ator social de novo tipo formado por um conjunto de organizações sociais e sindicais do norte e do sul das Américas. Temos denunciado o caráter antidemocrático e clandestino como vem sendo as negociações para a implantação da Alca. Enquanto os empresários influem sobre os governos por intermédio do Fórum Empresarial das Américas, as organizações representativas dos trabalhadores e da sociedade civil permanecem completamente excluídas. Assim como combatemos a realização do Acordo Multilateral de Investimen-



CAROLINA LIMA/REUTERS

ORGANIZAR A RESISTÊNCIA CONTRA A ALCA

tos (AMI), estamos resistindo a essa tentativa de liberalização comercial e financeira das Américas. Não aceitamos nenhum acordo que, a pretexto de promover o livre comércio, represente uma ameaça ainda maior para o meio ambiente, os direitos humanos, a igualdade das mulheres, os direitos sociais, os direitos trabalhistas e tantas outras conquistas sociais. Como dissemos na I Conferência dos Povos das Américas, realizada em Santiago do Chile, "A América não precisa de livre comércio. Precisa de comércio justo, investimentos regulados e consumo consciente para privilegiar nossos projetos nacionais de desenvolvimento".

Na Segunda Conferência dos Povos, à realizar-se de 16 a 21 de abril de 2001, na cidade de Quebec, no Canadá, prosseguiremos debatendo estratégias de resistência à Alca e formulando propostas alternativas para a integração continental. Um primeiro passo nessa direção serão as grandes mobilizações que se realizarão em Buenos Aires em princípios de abril, paralelamente à Reunião de Ministros de Comércio da Alca.

Chamamos o Fórum Social Mundial a unir-se aos esforços da Aliança So-

cial Continental para que Buenos Aires e Quebec sejam os próximos pontos de encontro das organizações sociais e sindicais das Américas para combater as bases da Alca. Estamos convencidos que a Alca não corresponde aos desejos de integração econômica, social e cultural de nossos povos, além de representar uma ameaça à soberania nacional. Não podemos abrir mão de projetos de desenvolvimento econômico e social em nome do livre comércio. A verdadeira integração das Américas deve se basear na implementação e coordenação de políticas nacionais e regionais de desenvolvimento econômico e inclusão social.

Chamamos aos organizadores, delegados e delegadas do Fórum Social Mundial a estarem conosco em uma expressão de internacionalismo de novo tipo para lutar para que modelos como a Alca não consigam ser implantados em nossa América. Seguindo as pegadas de Seattle e Praga, seremos milhares em Buenos Aires e na Segunda Conferência dos Povos, lutando por novos rumos para a integração continental baseada na democracia, na justiça social e na solidariedade entre os povos das Américas.

O COMBATE CONTRA A ALCA

O combate à ALCA (Área de Livre Comércio das Américas) terá um dos seus momentos mais importantes em abril próximo. Em Buenos Aires, nos dias 6 e 7, e em Quebec, nos dias 20 a 22, estão sendo organizadas grandes manifestações de repúdio à iniciativa de livre comércio, por ocasião das reuniões de ministros e dos presidentes dos países do continente. Os atos estão sendo organizados por um amplo leque de movimentos sociais e ONGs. No Brasil, paralelamente aos protestos de Quebec também haverá manifestações em diversas cidades em 20 de abril.

A ALCA concentra em uma só iniciativa muitas mazelas do atual cenário político-econômico internacional. Em primeiro lugar, visa consolidar a hegemonia dos EUA no continente. Os acordos no âmbito econômico e comercial combinam-se com as intervenções militares (como o Plano Colômbia). O objetivo é selar de vez a sorte da região como "quintal" norte-americano.

Em segundo lugar, os compromissos vão muito além do "livre comércio". As negociações são mantidas em segredo, mas o rumo é conhecido já que o modelo é o do Tratado de Livre Comércio de América do Norte (NAFTA) entre EUA, Canadá e México. A ALCA incluirá um capítulo nos moldes do ultrajante Acordo Multilateral de Investimentos (AMI) – que o repúdio da opinião pública mundial fez com que os governos dos países imperialistas engavetassem em 1997. Dessa forma, os capitais estrangeiros passam a ter, no continente, direitos que se sobrepõem a eventuais decisões nacionais que contrariem seus interesses. Daí em diante, cada país não poderá legislar nem agir contra os interesses desses capitais.

Em terceiro lugar, como peça chave na consolidação da estratégia norte-americana, a ALCA provocará uma total reestruturação da economia regional, integrando-a às cadeias produtivas dos EUA. O paradigma é o México, país que tem 80% de suas exportações voltadas para o vizinho do norte. No outro extremo, está o Brasil que tem uma pauta exportadora equilibrada entre EUA, Europa, Ásia e América Latina. Essa dependência fica sacramentada com os processos de dolarização em curso no continente (Argentina, Equador, El Salvador). A ALCA fará com que os capitais possam escolher qual país lhe dá melhores condições (salários mais baixos, menores impostos etc.) para realizar seus investimentos. Instalará uma lógica de "guerra fiscal" continental afetando direitos dos trabalhadores de todos os países (incluídos os dos EUA e Canadá).

Finalmente, há o "déficit democrático". As negociações são sigilosas, sob a condução apenas dos governos. Sequer os congressos nacionais estão sendo informados, quanto mais a população de cada país. Conhecemos em que condições, depois, o acordo será homologado pelos parlamentos. Porém, uma vez aprovada a ALCA, suas cláusulas se integram à legislação nacional. Isto é, se transformam em lei sem a mínima tramitação democrática.

O que está em jogo é o destino de nossos países como nações soberanas e democráticas. Para deter o seqüestro definitivo de nossos direitos à soberania e democracia, é necessário que aglutinemos o conjunto das forças democráticas e populares nas batalhas de abril e na disputa que se abrirá a partir daí. É necessário que em Buenos Aires, Quebec e em diversas cidades brasileiras aconteçam grandes manifestações para mudar o curso atual de submissão que os governos de América Latina estão impondo a seus países.

Rafael Freire e Rosane da Silva são membros da Executiva Nacional da CUT

CONTINUAÇÃO DA CAPA

FÓRUM SOCIAL MUNDIAL: CONSTRUINDO OUTRO MUNDO



Impulsionadas por uma coalizão de movimentos e organizações – que estão popularizando reivindicações como a anulação da dívida dos países pobres ou

a taxação das transações financeiras internacionais –, manifestações, reuniões e contracúpulas em Bangkok, Washington, Genebra, Melbourne, Praga, Dakare e Nice têm revertido o clima político e ideológico internacional. Apesar da grande maioria dos participantes serem brasileiros, foram estes grupos que deram a dimensão mundial do Fórum Social e na prática atuaram como sua coluna vertebral.

A partir de uma iniciativa da CUT e do MST (e, por extensão, a Via Campesina), diversos grupos com um papel protagonista na luta mundial contra a globalização – como os comitês Attac e a Confederação Camponesa da França, a Marcha Mundial das Mulheres, as marchas de desempregados europeias, o Jubileu Sul, a Aliança Social Continental, a campanha *50 Years is Enough*, o *Focus on the Global South* da Tailândia, etc. –, discutiram e aprovaram um “Chamado de Porto Alegre à mobilização” em torno de um calendário de lutas, subscrito por centenas de entidades. Este texto é uma contundente crítica à globalização neoliberal e um apelo à ação de massa. Nele ganham destaque o protesto contra a Área de Livre Comércio das Américas (Alca), em Buenos Aires, em 6 e 7 de abril, e em todo o continente, em 20 de abril, por ocasião da III Cúpula das Américas, em Quebec; a mobilização durante a cúpula do G-8 em Gênova, Itália, de 15 a 22 de julho; e os protestos durante a Assembleia anual do FMI e do Banco Mundial em Washington, de 28 de setembro ao 4 de outubro (ver a convocação nas páginas 4 e 5, texto sobre a Alca na página 10 e o site www.forumsocialmundial.org.br). Este documento, que define também outras iniciativas de luta e protesto para o ano de 2001, aponta para uma convergência prática de todas as iniciativas contrárias à globalização neoliberal no planeta. Um site articulando as diferentes campanhas deverá oferecer um quadro comum de informação e debates.

Uma intensa agenda de discussões e encontros políticos marcou o Fórum Social. Foram feitas reuniões por continentes (exceto para a América Latina) para a articulação de novas lutas contra a mundialização do capital, bem como reuniões setoriais. A Via Campesina, movimento internacional que coordena mais de 80 organizações camponesas de todo o mundo (entre elas, o MST do Brasil, a Federação Camponesa da Índia, o Fórum dos Pobres da Tailândia e a Federação Camponesa da França), fez uma grande plenária. As organizações sindicais também se reuniram durante o Fórum. O movimento de mulheres compareceu ao evento com grande visibilidade. As ONGs que participavam do Fórum, particularmente as brasileiras, foram oxigenadas pelas discussões. Como afirmou Jorge Durão em um artigo de balanço, “para as ONGs, Porto Alegre e sua continuidade representam uma oportunidade extraordinária de arejamento intelectual... Para o bem ou para o mal, as ONGs têm estado com frequência enredadas no discurso ideológico



CRISTINA LIMA/OSCAR DA CIDADANIA/ESP

co sobre o desenvolvimento... e muito têm a ganhar com o diálogo com uma ampla pluralidade de interlocutores, sobretudo com aqueles oriundos de um campo intelectual que não renuncia à crítica ao capitalismo e não se deixa intimidar por seus epígonos neoliberais” (ver site www.abong.org.br).

BASES PARA OUTRA CIVILIZAÇÃO

O Fórum foi uma iniciativa que ultrapassou as expectativas iniciais, impôs-se perante a mídia internacional e contestou a legitimidade do encontro de empresários e governantes em Davos. Apresentar o Fórum Social Mundial como anti-Davos, como contraposição afirmativa e frontal ao Fórum Econômico Mundial reunido na Suíça, lhe deu uma marca de nascença muito forte (ver relato do encontro de Davos na página 9). Ao mesmo tempo, a palavra-de-ordem “Um outro mundo é possível” soube materializar seu caráter de espaço propositivo de troca de experiências, debate de alternativas e articulação de lutas, tão necessário ao heterogêneo movimento antiglobalização que se conformou nos últimos anos. Como afirmou Michael Löwy, “Davos e Porto Alegre representam duas perspectivas históricas, dois projetos de civilização e duas realidades sociais opostas, antagônicas, irreconciliáveis” (ver página 24).

O Fórum foi um êxito também por ocorrer em Porto Alegre e não em qualquer outro lugar. Esta cidade e, mais recentemente, o estado do Rio Grande do Sul souberam se afirmar, nos últimos anos, como o ponto do planeta onde se realiza a mais sólida experiência social de formulação de alternativas concretas à mundialização capitalista (orçamento

participativo, luta contra transgênicos, iniciativas cooperativas do MST, agora o impulso ao movimento pelo software livre, etc). Além disso, a presença do PT nos governos de Porto Alegre e do Rio Grande permitiu que um grande peso político e importantes recursos práticos pudessem ser direcionados para a realização do Fórum, em um sentido amplo – como foco um leque amplo de atividades, como iniciativa de uma cidade que sabe estar desempenhando um papel de referência. Finalmente, o Fórum se transformou numa iniciativa amparada pela sociedade civil do estado, pelas organizações e movimentos representativos da ampla base social da esquerda gaúcha, com a formação e o envolvimento na sua realização de um grande Comitê Organizador Gaúcho.

Deve ser ressaltada também a atuação do Attac francês e dos grupos nele envolvidos, decisiva na divulgação internacional da proposta do Fórum (com destaque para o papel desempenhado pelo jornal *Le Monde Diplomatique*) e cuja atividade foi importante no próprio evento. Totalizando mais de 130 pessoas, a delegação francesa envolveu-se inclusive em tarefas organizativas e em iniciativas como o debate na televisão, ao vivo, “Porto Alegre – Davos”, que contribuiu para a repercussão internacional do encontro.

O Fórum tornou-se um problema para a grande imprensa, particularmente a brasileira. Inicialmente propensa a caricaturar o evento como uma reunião de gente ultrapassada pela “modernidade” representada pela globalização, a mídia foi vencida pela magnitude e perfil do Fórum, que colocava em evidência o que Davos e o neoliberalismo representam de regressivo para a humanidade e a existência de forças expressivas engajadas na busca de alternativas (ver artigo de Emir Sader

O FÓRUM SE TRANSFORMOU EM UM ESPAÇO DE CONVERGÊNCIA DE TODO TIPO DE OPOSIÇÃO PROGRESSISTA AO CAPITALISMO NEOLIBERAL.

JOSÉ CORRÊA LEITE

na página 7). Apesar de em geral ser incapaz de assumir a novidade do Fórum – destacando principalmente episódios como a destruição da soja transgênica da Monsanto, liderada por João Pedro Stédile e José Bové, ou um protesto pacífico de grupos de ação direta em um McDonalds – a mídia não pode ocultar a sua dimensão e importância.

ESPAÇO DE CONVERGÊNCIA

O Fórum ganhou seu alcance final porque, por iniciativa dos gaúchos, acabou se transformando em algum muito maior e um pouco diferente do que originalmente previsto. Criou-se uma realidade nova, que fugia às expectativas anteriores de quaisquer de seus impulsionadores.

CONTINUA NAS PÁGINAS 12 E 13



CONTINUAÇÃO DA PÁGINA 11

O Fórum Social Mundial, inicialmente um encontro de 2,5 mil delegados dos movimentos e organizações sociais (que afinal chegaram a cerca de quatro mil), terminou por vertebrar um espaço físico e político muito mais amplo, onde diferentes iniciativas puderam não só coexistir mas se somar sem se tornarem contraditórias. A ampliação da participação e dos enfoques se deu sem nenhum prejuízo e com muitos ganhos para os delegados dos movimentos sociais. Com os ajustes devidos, esta experiência mostra a necessidade de o Fórum articular diferentes tipos de iniciativas, para que toda a riqueza da luta por um outro mundo possa aí se expressar. De todas, o Fórum dos Parlamentares foi, sem dúvida, a mais importante, embora o Acampamento da Juventude tivesse tido mais visibilidade do que ele.

Os parlamentares pela primeira vez realizaram uma articulação durante uma conferência internacional de resistência à globalização. Ao adotarem uma declaração final de apoio às mobilizações, mais de 210 parlamentares de 29 países se comprometeram a lutar pelas principais reivindicações no interior das instituições eletivas de que participam e formar uma rede internacional para coordenar esta ação. Efetivado, isso se constituirá em um novo ponto de apoio para as campanhas. Esta iniciativa, que não fica amarrada aos complexos acordos diplomáticos entre partidos, permite uma articulação flexível dos movimentos sociais com forças políticas que podem ajudar nas mobilizações, colocando-se explicitamente a serviço das lutas (ver página 7).

A juventude tem sido a coluna vertebral em todos os protestos contra a globalização e não há como subestimar sua importância na construção de um novo internacionalismo. Ainda que boa parte dos grupos de ação direta que têm se desenvolvido na atual vaga de radicalização da juventude não tenham comparecido ao Fórum, o Acampamento Intercontinental da Juventude teve uma forte presença dos setores brasileiros mais engajados nas lutas, representados por delegações dos estudantes das universidades públicas paulistas (que realizaram uma longa greve vitoriosa no ano passado), e uma importante participação internacional da Argentina, Uruguai e Paraguai. Embora longe das condições ideais, em um lugar um pouco afastado do local das oficinas, e em parte ainda permeado pela dinâmica viciada do movimento estudantil, o Acampamento permitiu que estes setores comparecessem ao evento, fossem energizados pela sua dinâmica e contagiassem-no com sua presença alegre e contestadora (ver página 6).

Mesmo o acampamento dos povos indígenas, que teve um caráter somente regional, dos povos indígenas do Rio Grande do Sul, permitiu dar visibilidade às grandes vítimas da modernização secular que o mercado mundial impulsiona, trazendo à cena um sujeito frequentemente ignorado nestes eventos.

A programação de grandes shows e atividades artísticas (bem como seu apoio pela estrutura de lazer e serviços urbanos) torna-se, na medida em que o evento ganha uma magnitude tão grande, indispensável. Mas tem também uma dimensão política central: as alternativas que apontam para outro mundo são construídas também a partir das expressões culturais e da atuação dos artistas. As atividades culturais foram um aspecto importante do



Fórum, ainda que sua face político-cultural não tenha sido enfatizada.

Assim, a realização do encontro dos parlamentares em apoio às lutas, dos acampamentos da juventude e dos povos indígenas impõe presenças a partir de agora indispensáveis nos futuros Fóruns, presenças que dão a dimensão do alcance efetivo das resistências à globalização neoliberal e estabelecem o Fórum como um espaço de convergência dos sujeitos reais das iniciativas em curso e não apenas como uma conferência de movimentos sociais e ONGs.

A LUTA CONTRA A GLOBALIZAÇÃO CHEGA AO BRASIL

O Fórum Social Mundial trouxe a luta contra a globalização de forma concreta para o Brasil. Até agora, o envolvimento da esquerda brasileira com as iniciativas internacionais tinha sido relativamente pequeno, mas o Fórum permitiu sensibilizar parte significativa do movimento democrático e popular para a necessidade de lutar contra a face mais explícita que está assumindo o movimento de recolonização do Brasil e da América Latina, a Alca. Muitas oficinas e debates, em que entidades como a Aliança Social Continental e a Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul tiveram um papel ativo, explicitaram a ameaça que a Alca representa para nossos povos. Juntamente com as discussões sobre o Plano Colômbia, evidenciam uma enorme ofensiva para reforçar a dominação norte-americana em nosso continente, precisamente no momento em que as primeiras fissuras surgem na globalização neoliberal. As mobilizações de Buenos Aires e Quebec e as jornadas de protesto de 20 de abril em diversos pontos do continente permitirão medirmos a eficácia da discussão feita em Porto Alegre.

O Fórum teve um papel importante na articulação das lutas contra a globalização na América do Sul e principalmente no Cone Sul do continente. Participaram do Fórum mais de 700 argentinos, dos mais variados movimentos e correntes políticas, pessoas que não atuavam juntas em seu país e para as quais o Fórum representou um momento de encontro, de enlace

e, possivelmente, um ponto de apoio para lutas comuns no futuro, particularmente frente aos desafios colocados pela Alca e pelo Plano Colômbia.

O Fórum teve, além disso, um grande impacto na dinâmica política do Rio Grande do Sul. Desde que eleito, em 1998, o governo Olívio enfrenta uma cerrada oposição das elites locais em uma situação econômica catastrófica, herdada da gestão anterior. Tendo suas políticas bloqueadas no legislativo ou no judiciário, tem tido, inclusive, dificuldades com sua base social, como evidenciou a greve dos professores do ensino público estadual. Com a realização do Fórum, o terreno da disputa com a burguesia local foi deslocado para o debate de projetos de sociedade. A direita local tentou questionar o evento, em sua abertura, ou protestar contra o governo do PT, mas logo teve que se calar. Para além dos interesses pragmáticos do comércio e serviços de Porto Alegre, que teve um movimento extraordinário com o Fórum em um mês usualmente morto, ou de um certo "patriotismo" gaúcho, que valorizava o papel de destaque com que a cidade e o estado estavam se apresentando para o mundo (mesmo que com uma postura de esquerda), o fato é que as forças conservadoras locais foram colocadas em uma situação defensiva com o evento.

A RIQUEZA DOS DEBATES

É difícil fazer um apanhado de conjunto das discussões travadas nas 16 plenárias da manhã e cerca de 200 oficinas da tarde. Nelas, foram tratados os mais variados temas. Uma avaliação mais detida das discussões exige tempo.

Mas podemos mencionar como debates centrais: a avaliação da situação da economia mundial (quadro econômico dos Estados Unidos, Europa e Japão, possibilidade de crise ou situação de "desaceleração"); a discussão das perspectivas do neoliberalismo, frente a seu recrudescimento nos EUA com Bush e ao acúmulo de contradições sistêmicas; o aumento das rivalidades interimperialistas com a busca de uma maior autonomia face aos Estados Unidos pela Europa; os limites para o desmonte dos serviços públicos e do al-

cance das alternativas privadas; a situação dos organismos internacionais (OMC, BM, FMI), se podem ou não ser reformados, se devemos ou não propor sua destruição; as propostas para a redefinição das regras e mecanismos de comércio internacional; o debate sobre o cancelamento ou negociação da dívida do Terceiro Mundo (e sobre a diversidade de situações no seu interior); a luta pela Taxa Tobin e a discussão da viabilidade de sua aplicação concreta; a luta contra os mecanismos regressivos de tributação; o combate aos paraísos fiscais e à corrupção; o debate sobre o desenvolvimento para os países dependentes, os mecanismos para uma economia solidária e a luta contra a pobreza, o papel do cooperativismo e do desenvolvimento local e as políticas sociais possíveis no quadro atual; a situação da agricultura e da reforma agrária, o combate à agroindústria e à atual utilização dos transgênicos, a bioética e a luta contra o patenteamento dos seres vivos; o combate aos mecanismos de propriedade intelectual; a difusão do uso de softwares livres; o direito à informação, a democratização da comunicação e o controle social sobre a mídia; o orçamento participativo, as formas de democratização do poder local e as novas formas de exercício de uma democracia substantiva; a organização mundial da luta contra a globalização.

Estes foram apenas alguns dos pontos mais destacados dos debates. As oficinas introduziram, todavia, um sem-número de outras discussões importantes sobre cidadania, educação, universidade, saúde, aids, transportes, energia, saneamento, utilização da água, direitos humanos, combate à tortura, gênero, direitos reprodutivos, situação dos negros e combate ao racismo, povos indígenas, portadores de deficiências, situação da juventude, da criança e do adolescente, trabalho infantil, trabalho escravo, prostituição, segurança pública, imigração, refugiados, abertura de fronteiras, renda mínima, trabalho, previdência social, luta pelo salário mínimo, alimentação, pesca, reforma urbana e situação das cidades, habitação, nacionalismo, regionalismo, multiculturalismo, luta pela paz, combate ao tabagismo, combate às minas terrestres, novas tecnologias, drogas, capacitação de lideranças, rádios comunitárias, arte, utiliza-

ção de mecanismos de ação direta na luta política, utopia, perspectivas dos movimentos sociais, terceiro setor, papel das ONGs, direitos do consumidor, situação do empresariado, jornalismo, internet, mídia independente, filosofia da libertação, filosofias da nova era, psicanálise e política, ética na política, internacionalismo, socialismo, unificação regional, relações norte-sul, governança mundial, situação da América Latina, perspectivas da sua unificação, memórias da repressão política no continente, lançamentos de livros, etc. É bom destacar que sobre alguns destes temas, existiam várias dezenas de mesas e palestras.

Qualquer esforço de síntese é, neste momento, impraticável. Resta esperar a rápida publicação dos textos dos palestrantes das manhãs e a divulgação, no site do Fórum, do maior número possível de contribuições. A partir daí, poderão ser organizadas discussões capazes de assimilarem esta rica contribuição para a formulação de alternativas ao neoliberalismo e à construção de outro mundo.

LIMITES E PROBLEMAS

O Fórum teve diversos limites e problemas, embora quase todos possam ser relevados em se tratando de uma primeira experiência desse tipo, de conjunto muito positiva. Mas sua discussão é importante para melhorarmos a organização do Fórum de 2002.

O primeiro é evidente. Apesar de boa parte da luta contra a globalização neoliberal estar se dando no mundo anglo-saxão e na Ásia, este Fórum esteve centrado nas delegações e movimentos da América Latina e Europa Latina (embora os cerca de trinta delegados da Ásia neste evento tenham tido uma atuação importante). E foi precária a participação da África, particularmente considerando que o Brasil é um país com uma grande população de origem africana e este é o continente mais penalizado pela atual ordem mundial. É, assim, fundamental obter uma maior participação destas regiões no próximo Fórum, em consonância com seu papel real e importância para a luta antimundialização.

Em segundo lugar, um Fórum Social Mundial não pode ser organizado apenas por um Comitê Organizador Brasileiro. Nenhuma composição unicamente nacional dará ao Comitê condições de lidar com os complexos problemas postos pela preparação de um evento que ambiciona ser planetário, ainda mais considerando que nenhuma entidade brasileira tem sido, até agora, agente central do atual processo mundializado de lutas (que tem abarcado principalmente organizações centradas na Europa, Estados Unidos e Ásia). Esta questão já começa a ser enfrentada com a constituição de um Conselho Internacional do Fórum Social Mundial, que terá que ter um envolvimento real na preparação do Fórum 2002.

Depois, a existência de um Comitê Organizador composto por oito entidades nacionais ou nucleadas no eixo Rio-São Paulo, com um comitê executivo sediado em São Paulo, para organizar o Fórum em Porto Alegre, resultou em muitos problemas para a preparação do evento. O escritório montado em São Paulo não tinha estrutura para lidar com muitos problemas que um evento deste tipo traz, concentrando-se no credenciamento dos delegados, na relação com os convidados e no site. Grande parte do trabalho organizativo, inclusive toda a infra-estrutura, ficou nas mãos do governo do Rio Grande do Sul. E formou-se ainda um terceiro ator, o Comitê Gaúcho. Para o Fórum 2002 será necessário articular de outra

maneira estes três elementos, de forma a superar os problemas ocorridos neste Fórum.

Um problema de condução política gerou bastante ruído em Porto Alegre: a inclusão de dois grandes debates gerais com personalidades brasileiras (Lula, Olívio, Marta e Tarso) e francesas (Chevènement e Hascoët) no espaço físico do Fórum na tarde do dia 26 – ocupando, no primeiro dia de discussões, o principal local de oficinas da PUC. A dosagem de qual deve ser o espaço dado a figuras de representação institucional em um evento deste tipo – e, de modo geral, o peso dos interlocutores progressistas atuando nos espaços institucionais nas atividades dos movimentos sociais – é sempre difícil e, freqüentemente, polêmico. Mas é evidente que ocorreu aí uma sobre-representação de lideranças institucionais, em detri-

cípio, em qualquer lugar do mundo. Mas se o Fórum Social ganhou projeção como um Anti-Davos, com incidência real no debate, é porque foi muito mais do que uma conferência de setores da “sociedade civil”, foi a construção de um espaço de convergência de todo tipo de oposição à mundialização neoliberal, somando radicalidade, representatividade, diversidade, amplitude, renovação de gerações e capacidade de discussão de alternativas. Isso só foi possível por ele ter catalisado um conjunto de afinidades e sensibilidades comuns ao movimento democrático e popular brasileiro, onde o PT e seu caráter plural são peças-chaves, e com base neste patrimônio político ter acolhido com grande eficiência todos aqueles que, pelo planeta afora, se identificam com a luta progressista contra a globalização neoliberal. Lembremos, por fim, que os governos petistas



mento da visibilidade que deveria ser dada, naquele momento, às lideranças dos movimentos. Este problema foi amplificado pela inclusão, entre os palestrantes, da figura claramente polêmica de Chevènement, o ministro francês responsável pela repressão aos imigrantes.

Finalmente, a definição do próximo Fórum para Porto Alegre gerou muita tensão. A maioria do Comitê organizador não queria decidir em Porto Alegre o local do Fórum 2002, reservando para si esta escolha. Uma solução de compromisso, redigida de maneira ambígua e passível de diferentes interpretações, foi encontrada na madrugada que antecedeu à plenária de encerramento. De concreto, ela estabelece que ocorrerá “um” Fórum em Porto Alegre em 2002, na data do Fórum Econômico de Davos, abrindo a possibilidade de realização de outros Fóruns em outros lugares (ver “nota de informação” no site do Fórum). Isso não resolve as divergências políticas entre seus membros, mas estabelece um terreno onde elas poderão ser clarificadas e, eventualmente, superadas.

Este debate só tem sentido, todavia, se o Fórum Social for concebido de forma muito restrita, como uma conferência internacional de ONGs ou de um movimento social, que pode ser realizada, em prin-

no sul cumpriram o papel de anfitriões com uma liberalidade que não seria encontrada em nenhuma outra parte do mundo, o que deu aos organizadores do evento enorme liberdade de ação.

Com base no sucesso do Fórum de 2001, podemos supor que o de 2002 terá sua dimensão global muito ampliada. Não existe hoje, concretamente, outro lugar, no Brasil ou no exterior, que acumule as condições políticas, sociais e de infraestrutura para sediar um evento que possa ser, do ponto de vista de sua repercussão efetiva um Anti-Davos – na medida em que isso exige somar a carga simbólica do que existe de alternativas concretas acumuladas no local, o apoio governamental e de uma base social diversificada e condições de articular projeção midiática. Nas condições atuais, transferir o Fórum de Porto Alegre para outro lugar representaria estreitá-lo e reduzir sua projeção política.

UMA “INTERNACIONAL REBELDE”?

Algo novo e muito importante nasceu em Porto Alegre. Embora ainda não tenha adquirido feições definitivas, já deixa antever seus traços. Ignacio Ramonet o chamou de uma “internacional rebelde”

**O FÓRUM PODE
PROSPERAR SE RESPEITAR
A DIVERSIDADE DE SEUS
COMPONENTES,
MANTIVER SUA
CONTUNDÊNCIA
POLÍTICA, TECER LAÇOS
COM A JUVENTUDE E
AMPLIAR SUA PROJEÇÃO
INTERNACIONAL.**

(ver página 24). Esta designação parece boa, desde que lembremos que apesar de grande parte daqueles que estiveram no Fórum se identificarem com alguma forma de socialismo, eles estão muito distantes de qualquer tradição vinculada às internacionais socialistas do século XX. O Fórum, concebido como este espaço amplo de convergência dos que buscam uma alternativa à globalização neoliberal, pode prosperar se respeitar a diversidade de seus componentes, mantiver sua contundência política, tecer laços com a juventude e ampliar sua projeção internacional. Mas ele ainda tem que ser testado nas alianças, mobilizações e iniciativas que propôs. Em última análise, suas perspectivas se confundem com as do movimento antiglobalização que tem crescido no último período.

Para nós, no Brasil, o grande desafio colocado é transformar a luta contra a Alca em um movimento de massas, integrando-a a discussões internacionais mais amplas, como por exemplo a da Taxa Tobin. Se formos bem sucedidos nestes objetivos, o Fórum 2002 em Porto Alegre terá condições de ser um sucesso ainda maior.

ATTAC: UM MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO

ATTAC É UMA ORGANIZAÇÃO, FUNDADA NA FRANÇA, QUE RAPIDAMENTE PASSOU A DESEMPENHAR UM PAPEL DECISIVO NA LUTA CONTRA A GLOBALIZAÇÃO. AQUI UM BALANÇO DESTA EXPERIÊNCIA.

PIERRE ROUSSET

Na França, a Associação ATTAC (Associação Para a Taxação das Transações Financeiras para Ajuda aos Cidadãos) foi fundada em junho de 1998. Teve imediatamente um eco que surpreendeu até aos seus iniciadores. Com dois anos e meio de existência, anuncia 28000 filiados individuais (além de suas organizações fundadoras) e 180 comitês locais. Cerca de 200 iniciativas locais são tomadas cada mês. No plano nacional, ATTAC tornou-se um novo ator da vida social, cidadã e política francesa; ganhou também rapidamente uma estatura internacional significativa.

Uma vez lançada oficialmente, a associação desdobrou-se simultaneamente em toda uma série de direções, com um ritmo muito sustentado e sob formas freqüentemente muito espontâneas. Foi uma bela labareda; mas, sublinhemos, não foi fogo de palha: ATTAC parece efetivamente ter vindo para ficar.

A LABAREDA

ATTAC foi criada, com a participação de um número limitado de personalidades, por um leque de organizações de natureza diversa: federações sindicais de assalariados, movimentos de desempregados e Confederação Camponesa, comitês de redação e associações cidadãs e de solidariedade internacional, coletivos militantes (pelos direitos das mulheres, pelo desenvolvimento...) e ONGs. Investiu em um terreno de ação ainda pouco mapeado e antes árduo: a taxação e o controle dos movimentos especulativos de capitais, a resistência à ditadura dos mercados. Além disto, os processos unitários exigem, em geral, tempo para se viabilizarem. Ora, ATTAC não precisou de mais de seis meses para se constituir.

Em dezembro de 1997, *Le Monde Diplomatique*, um jornal mensal influente nos meios progressistas, publicou um editorial de Ignacio Ramonet que propunha uma organização para resistir melhor aos mercados financeiros internacionais. A resposta dos leitores foi imediata e entusiástica, o que levou a redação do *Diplo* a convocar uma reunião unitária para iniciar a construção do projeto. Fêz-se rapidamente um acordo para formar uma associação legalmente formalizada, mais do que uma coalizão de fato, como é freqüentemente o caso.

Embora criada inicialmente por organizações, ATTAC é aberta aos membros



individuais. Um verdadeiro fluxo de adesões começou imediatamente, e prosseguiu ao ritmo de um milhar por mês. O que levou à constituição de um número crescente de comitês locais. Bem entendido, nem todos os filiados são militantes (e nem todos estão com sua cotização em dia), mas o processo não é por isto menos surpreendente por sua amplitude e por sua espontaneidade.

O dinamismo original da ATTAC não se manifestou apenas por seu impacto na França. Pela lógica, a associação deveria festejar seu primeiro aniversário com uma iniciativa nacional maior, a fim de consolidar sua implantação. Todavia, a primeira grande reunião de ATTAC, em junho de 1999, foi uma conferência internacional: os encontros de Saint-Denis, nos subúrbios de Paris. Preparar uma tal iniciativa por fora de qualquer compromisso institucional (do tipo das reuniões da ONU) e em tão pouco tempo era uma aposta arriscada. Mas queríamos malhar o ferro ainda quente, e aproveitar o choque provocado pelas crises financeiras de 1997-1998 para tecer laços de todos os ângulos. Os resultados nos deram razão.

Para resumir, em um primeiro tempo, um conjunto de coletivos e de organizações fundou ATTAC. Em um segundo tempo, os filiados individuais juntaram-se em grande número à associação, os comitês locais se formaram, os laços internacionais foram estabelecidos. E o conselho científico de ATTAC criou comissões para trabalhar os temas de campanha (taxa Tobin, defesa das aposentadorias e recusa aos fundos de pensão...).

Em um terceiro tempo, as mobilizações unitárias ganharam amplitude, até atingirem um pico no momento de Seattle. Simultaneamente, o impacto institucional de ATTAC se fez sentir. Parlamentares identificaram-se com a associação ou engajaram-se em uma ação em favor da taxa Tobin. Municípios reclamaram-se de ATTAC para afirmar a resistência à ordem neoliberal mundial e promo-

ver a democracia local. É o Apelo de Morsang, lançado depois da realização de um simpósio na comuna de Morsang-sur-Orge em 28 e 29 de janeiro de 2000.

O PANO DE FUNDO

A criação de ATTAC respondeu a uma aspiração amplamente partilhada: não mais aceitar passivamente a "ditadura dos mercados"; pôr o social no centro das preocupações e das escolhas políticas; reapropriar-se da política por uma abordagem cidadã e sob novas formas. Com efeito, o programa de ATTAC nunca se limitou à taxação do capital especulativo, e a associação adotou como seu o grito de batalha das resistências à mundialização neoliberal: "O mundo não é uma mercadoria".

Se ATTAC pôde ser criada tão rapidamente – e responder desta maneira aos acontecimentos – é que se beneficiou de uma tradição unitária enraizada em uma parte do movimento social, das campanhas realizadas durante os anos 1990 contra a ordem neoliberal internacional, e do impacto duradouro da greve dos serviços públicos de novembro-dezembro de 1995.

ATTAC reúne em seu seio organizações que, por outro lado, às vezes se acham em situações de concorrência, ou até de conflito. O caso do movimento sindical dos assalariados é esclarecedor neste aspecto. Encontramos em especial, entre os membros fundadores da associação, federações CGT (que se beneficiam do apoio da confederação), a União Sindical-Grupo dos Dez, a FSU (principal sindicato nacional da Educação), elementos da esquerda da CFDT... Estas componentes diversas do sindicalismo francês cooperam cotidianamente no seio de ATTAC; e em questões que estão longe de serem menores: resposta às políticas liberais, questão das aposentadorias, atitude com relação à OMC, unida com o movimento associativo, etc. O

mesmo se passa com os principais movimentos de desempregados.

Uma tradição unitária se forjou na França faz uma quinzena de anos, permitindo a numerosas organizações aprenderem a agir juntas apesar de suas divergências; também contribuiu para uma inflexão importante das campanhas conduzidas contra a ordem financeira internacional. Esta inflexão se iniciou em 1995, quando a campanha francesa "50 anos, já basta!" (contra as instituições de Bretton Woods) passou a tocha às "Outras Vozes do Planeta" em vista do contra-G7 de 1996: o movimento social começou então a jogar um papel mais central no seio destas campanhas. Pela primeira vez, em 1996, manifestações contra uma reunião de cúpula do G7 caracterizaram-se pela presença de cortejos sindicais (na manifestação das "Outras Vozes" e na mobilização própria da CGT). A percepção das solidariedades Norte-Sul modificou-se, afirmando-se uma comunidade de destino, relativa mais nova, face à universalidade das políticas neoliberais.

Os efeitos da greve dos serviços públicos de novembro-dezembro de 1995 não foram unívocos. De fato, ela não obteve as vitórias que sua amplitude rara, sua determinação e o apoio da população permitiam esperar. Mas contribuiu para uma tomada de consciência coletiva, para a afirmação de uma vontade de resistência face à ordem dominante, para uma profunda deslegitimação do discurso neoliberal. Em 1998, a campanha unitária contra o Acordo Multilateral de Investimentos (AMI) e a constituição de ATTAC mostraram, cada uma à sua maneira, que o espírito de dezembro de 1995 não estava morto.

O desenvolvimento de ATTAC responde, enfim, na França, à crise da política. E isto pelo menos em dois sentidos. Em face de uma ordem neoliberal que santifica a supremacia dos mercados, a associação, pelo seu próprio sucesso, reafirma a primazia da democracia cidadã

POPULAR VOLTADO PARA A AÇÃO

e da escolha política sobre a ditadura dos interesses econômicos. Oferece também um novo quadro de organização, de educação e de ação, numa hora em que numerosos militantes (potenciais) não se reconhecem mais nas formas tradicionais de atividades políticas.

ATTAC não se tornou o único vetor da resistência à mundialização neoliberal na França. O papel específico da Confederação Camponesa (que é uma das organizações fundadoras da associação) continua, por exemplo, muito importante. O fato de uma população amplamente urbanizada poder se reconhecer na luta de um sindicato camponês, aliás, diz muito sobre a crise do modelo dominante de sociedade e sobre o modo pelo qual são hoje percebidas as ligações entre saúde pública e produção alimentar, exigências ecológicas e sociais.

Mas ATTAC não deixa por isto de ocupar um espaço político considerável, que vai além do seu campo próprio de intervenção.

A DINÂMICA

Dois anos e meio depois de sua fundação, ATTAC continua, em uma larga medida, uma organização em devir, o que a força a inventar o novo no curso de sua experiência.

Como definir ATTAC? Nós a chamamos freqüentemente de um movimento de educação popular voltado para a ação. Ou um movimento de educação política. ATTAC é também o ponto de encontro entre a exigência social (incarnada, digamos, por suas organizações fundadoras: sindicatos, etc.) e a exigência cidadã (incarnada pelo fluxo de adesões individuais). É, neste sentido, um movimento sócio-cidadão.

Esta dinâmica própria de ATTAC se reflete no seu programa e nas suas campanhas. Assim, desde sua origem, a luta pela taxa Tobin se inscreveu em uma perspectiva democrática (reafirmação da primazia do político face à ditadura dos mercados), pedagógica e militante (exposição e crítica dos mecanismos financeiros do liberalismo), social (taxação do capital e não do trabalho), solidária (utilização da renda desta taxa para reduzir as desigualdades, em particular Norte-Sul), antiespeculativa (limitação dos movimentos especulativos de capitais).

Desde a origem, também, a taxa Tobin foi pensada em relação com outras lutas, que se ampliaram progressivamente: contra os paraísos fiscais e os acordos desiguais de livre comércio, os planos de ajuste estrutural do FMI ou a lei da OMC, pela anulação da dívida do Terceiro Mundo, contra a criação de fundos de pensão e em defesa dos serviços públicos, contra a introdução de organismos geneticamente modificados na agricultura e o patenteamento do vivo...

A vontade de fazer oposição à ditadura dos mercados funda a unidade de combate de ATTAC, na sua diversidade. Permite também à associação trabalhar ativamente para a convergência de todas as resistências à ordem neoliberal. ATTAC, na França, abriu um novo campo de ação, o que levou, pelo exemplo, à criação de comitês ATTAC em alguns outros países da Europa, da América latina, do mundo árabe ou da África negra. Mas a associação não teve nunca a ambição de ocupar

sozinha o terreno da luta antimundialização. Visa, ao contrário, fazer convergir a ação das redes e campanhas que dizem respeito à dívida, às instituições financeiras, à OMC, aos acordos de livre comércio... Para construir em conjunto uma casa comum onde possa se exprimir o novo internacionalismo dos movimentos cidadãos e sociais. Muitos laços foram assim tecidos na Ásia, onde contudo nenhum comitê ATTAC foi criado até agora.

Nesta perspectiva, os encontros internacionais de Saint-Denis, em junho de 1999, marcaram por sua vez um ponto de inflexão. Uma iniciativa muito ampla pôde ser organizada na base de financiamentos e de hospedagens essencialmente militantes. Seu centro de gravidade situava-se mais do lado dos sindicatos e associações que das ONGs. Conferência de trabalho em que as oficinas ocupavam um lugar mais importante que as plenárias, voltada para a determinação de campanhas comuns, ela permitiu colocar balizas e iniciar convergências, começando um processo que se aprofundou no ano



2000, nos encontros de Bangkok e Genebra, sob o impulso de Seattle.

O FUTURO

Tanto no seio de ATTAC como no quadro das convergências internacionais um marco unitário muito amplo se constituiu, onde a radicalidade dos movimentos sociais e cidadão se exprime hoje de modo dinâmico. Este dinamismo não está, evidentemente, garantido indefinidamente; deve ser alimentado. E os equilíbrios vitais de ATTAC devem ser preservados.

ATTAC, na França muito particularmente, está na moda. Viu-se a influência da associação fazer-se sentir na esfera institucional (parlamentares, municípios...). O que é uma etapa necessária, se queremos que objetivos para os quais lutamos estejam amanhã inscritos na lei – como a taxação dos movimentos especulativos de capitais, a interdição dos paraísos fiscais ou a anulação da dívida do Terceiro Mundo. Mas está bem entendido que o funcionamento e a orientação da associação devem continuar a ser determinados pelas organizações fundadoras e pelos membros organizados em

comitês locais. É preciso garantir que o centro de gravidade de ATTAC continue militante. O que não basta, contudo, para resolver todos os problemas que se referem aos laços entre um movimento militante e detentores de mandatos eletivos.

Em uma ampla medida, na França, o futuro de ATTAC estará condicionado pela qualidade dos laços entre seus membros “coletivos” (sindicatos, associações, comitês de redação, etc.) e seus membros individuais. O funcionamento da associação começou a ser adaptado a seu desenvolvimento: o conselho de administração, no início constituído unicamente de “membros fundadores”, foi aberto a delegados dos comitês. Os comitês locais são reconhecidos responsáveis por suas próprias atividades. As organizações fundadoras garantem uma grande estabilidade ao movimento. Mas, na vida da associação, há ainda com demasiada freqüência uma cesura entre os membros individuais e as organizações que operam no nível nacional, mas que nem sempre se investem localmente. E, além disto, como en-

sentam como tais na associação a nível nacional. Há, contudo, partidos que o são em alguns comitês locais. O que abre um debate sobre a coerência do funcionamento da associação.

ATTAC, na França, não é um cartel de correntes políticas. Muitos de seus filiados não se reconhecem, aliás, em nenhuma corrente particular. Militantes de partidos são certamente membros, mas o são ou pela via das organizações constitutivas, ou a título individual. Esta mediação, desejável, não é uma questão formal. Entretanto, evidentemente ATTAC incorpora de fato um amplo leque político. Digamos, para simplificar, que encontramos desde posições radicalmente antineoliberais até posições radicalmente anticapitalistas. Elementos da esquerda radical assim se encontram ao lado de elementos da esquerda governamental; mas sem que isto dê lugar à formação de correntes na associação, nem ponha em questão sua unidade. Talvez porque mesmo os filiados que apóiam o governo PS-PC-Verdes fiquem felizes por encontrar um quadro em que podem exprimir livremente sua oposição às políticas liberais que seus governos avalizam.

A evolução das relações entre gerações militantes constitui provavelmente outra das chaves para o futuro de ATTAC. Ora, nada parece simples nesta matéria. ATTAC não desagrada aos jovens, mas sua estrutura nacional ainda é animada por quadros relativamente velhos, dentre os quais alguns sobreviventes da geração de maio de 1968 ou dos anos 1970. A juventude na França ainda não afirmou suas próprias modalidades de radicalização, como aconteceu na Grã-Bretanha. Mas isto virá um dia. ATTAC estará então pronta para se abrir a esta experiência?

Todas as gerações militantes se fundiram nas grandes mobilizações impulsionadas por ATTAC (dezenas de milhares de manifestantes na véspera da reunião da OMC, em Seattle), ou nas quais ATTAC participou ativamente (as dezenas de milhares de manifestantes reunidos em Millau em junho de 2000, em solidariedade com os membros da Confederação Camponesa condenados na Justiça). A resistência à mundialização capitalista se revela hoje um terreno propício à unidade, política ou geracional.

Enfim, as forças dominantes estarão prontas a se auto-reformar substancialmente? Em caso afirmativo, elas talvez coloquem a unidade realizada no interior de ATTAC diante de uma prova dura. Mas o que impressiona hoje é antes sua incapacidade de pôr em prática qualquer reforma do sistema. Muitos especialistas dão gritos de alarme. A ideologia neoliberal está em crise. As instituições financeiras internacionais mudam seu discurso, procuram cooptar as organizações não governamentais. O funcionamento de um bom número de instituições está bloqueado. Mas, na prática, o curso (ultra)liberal do capitalismo contemporâneo não está sendo nem freado nem invertido. O que deve ajudar a manter a dinâmica dos movimentos de resistência à mundialização.

PIERRE ROUSSET MILITA NO GRUPO DE TRABALHO INTERNACIONAL DE ATTAC-FRANÇA, E NO COMITÊ ATTAC DAS INSTITUIÇÕES EUROPEIAS. REPRODUZIMOS DA REVISTA ESPANHOLA VIENTO SUR DE OUTUBRO DE 2000.

A CONFERÊNCIA DE CHEFES DE ESTADO DA UNIÃO EUROPÉIA REAFIRMA, EM NICE, OS MARCOS NEOLIBERAIS DO PROCESSO DE UNIFICAÇÃO E APROVA A CONSTITUIÇÃO DE UMA FORÇA MILITAR EUROPÉIA DE INTERVENÇÃO RÁPIDA.

LÉONCE AGUIRRE

Os comentários freqüentemente severos da imprensa europeia sobre “o revés da Cúpula de Nice” não devem conduzir a uma apreciação errada e superficial das decisões que foram tomadas, bem como de sua dinâmica, no fio condutor dos tratados de Maastricht e de Amsterdã. Não devemos subestimar seu poder negativo.

É o caso da adoção da Carta dos direitos fundamentais. Ela só não foi integrada no tratado devido ao veto da Grã-Bretanha, hostil a toda forma de legislação social europeia. Mas isso não impe-

CÚPULA DE NICE REAFIRMA



de que ela se torne uma referência em escala continental; podemos mesmo pensar que ela poderá ser parte do pre-

âmbulo de uma Constituição europeia. Seu conteúdo constitui uma regressão em relação a certas legislações sociais

nacionais atualmente em vigor, e ela certamente será utilizada para atacar e reduzir estas conquistas sociais.

PROTESTOS DÃO VOZ AOS “DE BAIXO”

AS MANIFESTAÇÕES DO 6 E 7 DE DEZEMBRO IMPUSERAM A PRESENÇA DA EUROPA “DE BAIXO” AOS CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO E ABRIRAM NOVAS PERSPECTIVAS NA LUTA CONTRA A POLÍTICA DA UNIÃO EUROPÉIA, A MUNDIALIZAÇÃO CAPITALISTA E SUAS CONSEQÜÊNCIAS DESTRUTIVAS.

Em dez anos, os progressos da coordenação sindical europeia são claros. Os ferroviários buscam, desde 1992, iniciar uma greve transnacional. Mas a Confederação Europeia dos Sindicatos (CES), com 45 milhões de membros, malgrado suas promessas (35 horas, salário mínimo), se resguardou até agora de toda mobilização estruturada que visasse os conselhos europeus. Três impulsos mudaram isso nos últimos três anos.

De uma parte, está o eco multinacional à agressão sofrida pelos trabalhadores da Renault Vilvoorde na Bélgica, seguida de uma enorme manifestação em

Bruxelas. De outro lado, após a Cúpula Europeia de Amsterdã de junho de 1997, tivemos a construção de uma verdadeira rede de associações de luta contra o desemprego e a precariedade: as Marchas Europeias. Depois dos 50 mil manifestantes de Amsterdã, por iniciativa da rede de Marchas, e sem o apoio da Confederação Europeia dos Sindicatos, cada encontro dos chefes de Estado é submetido à pressão de rua (Cardiff, na Grã-Bretanha; Viena, na Áustria; e Colônia, na Alemanha). A Confederação foi obrigada a agir no encontro de Luxemburgo em outubro de 1997 e depois em Porto, na primavera de 2000. Com a nova fase de mundialização das lutas (Seattle) ea presença de um sindicalismo norte-americano mais ativo, a CES devia “fazer qualquer coisa”.

A GRANDE MARCHA DE PROTESTO

A marcha de protesto de 6 de dezembro tinha sido prevista antes que o encontro de Biarritz adotasse a versão atual da Carta de direitos fundamentais. Algumas concessões bastaram para que a Confederação Europeia dos Sindicatos não a combatesse mais frontalmente e reivindicasse, pelo contrário, que ela adquirisse força de lei, justificando então a Corte de justiça das comunidades. Mas as preocupações da grande massa dos participantes estavam a milhares de léguas dessas manobras opacas.

A tonalidade do protesto de 6 de dezembro estava clara: era a marca de um verdadeira “europeização” do sindicalismo, da formação de uma opinião pública social transnacional na camada mais ativa do sindicalismo continental. So-

mente a presença de pelo menos quinze mil manifestantes não franceses em Nice já atesta um salto qualitativo. “É global”, dizia o cartaz de um manifestante. As delegações belgas, italianas ou do Estado espanhol se misturaram entre confederações. Uma forte delegação espanhola das Comissões Operárias e da UGT (cinco mil pessoas) trazia esse aviso de um manifestante sobre a Carta: “É necessário que o social esteja no tratado da União”. O sindicato *Lab* do País Basco desfilou cerca de quinhentas pessoas, às vezes muito jovens, que carregavam retratos dos militantes nacionalistas aprisionados ou assassinados. Do lado italiano, a ameaça da Liga Lombarda de fazer uma contra-manifestação em Nice mobilizou os sindicalistas do Piemonte. Podia-se notar as camisas dos participantes do movimento dos desempregados de *In Marcia* (logo atrás dos participantes das Marchas Europeias) nos cortejos italianos. Os sindicalistas ingleses gritavam em francês, com um belo sotaque: “O mundo não é uma mercadoria”.

A CGT francesa foi vitoriosa em sua campanha por Nice: não somente muito forte, com um cortejo de 25 mil pessoas, mas onipresente com bandeiras dispersas por todos os lados. Certas delegações fizeram um esforço de imaginação europeia. Como aquela de Rhône, motivada pelas reestruturações industriais de empresas europeias, principalmente as químicas. A CFDT claramente mobilizou menos pessoas e sua passeata se dividiu em duas. Na frente, os pró-Confederação, com uma enorme aparelhagem de som para compensar a total passividade das tropas. E, distante um quilômetro, as oposições da Federação dos Bancários, dos metalúrgicos parisienses, dos trans-

portes, de Auvergne.

No final do cortejo, dez mil manifestantes estavam reunidos sob a bandeira do “Coletivo por uma outra carta, por nossos direitos, todos nossos direitos, por uma outra Europa” que convocava uma manifestação para 6 e 7 de setembro. Recusavam claramente a adoção da Carta, considerada inaceitável no seu atual estado, e a passagem do voto unânime ao voto majoritário qualificado na Comissão Europeia naquilo que diz respeito aos serviços, à propriedade intelectual e aos investimentos. A FSU assinou esse apelo, mais claro entre a CES e o coletivo. Passaram as Marchas Europeias, o Grupo dos Dez, a CNT, Attac, AC!, a Apeis, o MNCP, DAL e as organizações políticas partidárias participantes do coletivo. Attac teve uma presença notável, simultaneamente sob a forma de um cortejo com fanfarra (entre três mil e cinco mil pessoas) e de uma plêiade de porta-bandeiras Attac, ao longo de todo o percurso, como traço de união entre os cortejos. Os SinCobas da Itália desfilaram com o SUD e a Confederação Paysanne.

Do lado dos partidos políticos, o Partido Comunista Francês vendia o *Humanité* e se intercalou na manifestação sindical. Lutte Ouvrière se reagrupou atrás da CGT de Marselha. Os Verdes, a FA, os *Alternatifs* estavam presentes. Um importante e colorido cortejo de jovem, do qual participavam a Juventude da LCR e o *Socialisme par en bas*, precedeu aquele da LCR. Na chegada da manifestação, mais de mil pessoas decidiram continuar até a estação para protestar contra o bloqueio na fronteira de um trem de manifestantes vindo da Itália. Eles foram acolhidos pela tropa de choque da polícia, que não hesitou, malgrado o caráter pacífico des-

POLÍTICAS NEOLIBERAIS

Para a felicidade dos grandes grupos industriais europeus de armamento, foi estabelecida uma força militar de reação rápida de 60 mil homens, colocada em ação sob a hegemonia explícita da Otan.

Quanto ao estabelecimento de um estatuto europeu para as sociedades anônimas, ele constitui "um grande passo em direção à Europa das empresas", como afirmou o título do artigo sobre o tema do *Le Figaro*, em quem se pode confiar quando se trata de defender os interesses dos proprietários.

A extensão do voto por maioria qualificada para vários novos domínios não é insignificante, particularmente no que diz respeito à várias áreas do setor de serviços — antes, as decisões tinham que ser tomadas por unanimidade. As exceções que permanecem foram solicitadas pela França — a cultura, a saúde e a educação. Mesmo nestes setores onde as decisões continuarão a ser tomadas unanimemente, há o risco forte delas voltarem a ser recolocadas em questão nos próximos anos.

É sobre os mecanismos de decisão das reformas institucionais que os conflitos de interesses se manifestaram de maneira explícita. Chefes de Estado e de governo apareceram, diante das câmeras de tele-

visão, como vulgares mercadores de tapetes. Que as coisas nesse domínio avancem mais lentamente que aquilo que desejariam certos governos é inegável. Isso se explica particularmente pela vontade dos pequenos países de escapar, quando não o seja por um tempo, à hegemonia dos maiores. Aí se exprimem, também, as contradições entre os países que pesam mais, especialmente a Alemanha, a França e a Inglaterra. Ainda é necessário acrescentar algumas coerções eleitorais.

Tudo isso é verdadeiro, mais seria falso tirar como conclusão que a Cúpula de Nice representa um entrave à construção europeia em moldes neoliberais. As decisões tomadas se inserem na continuidade de Maastricht e Amsterdã.

Elas traduzem também — e isto é igualmente verdadeiro no plano das reformas institucionais da União Europeia, mesmo se isso é mais trabalhoso — as relações de forças financeiras, industriais e políticas entre os diversos parceiros da construção europeia. Isso simplesmente toma um pouco mais de tempo que o previsto. Mas já se projeta a realização de uma nova conferência intergovernamental em 2004, decidida em Nice, e pode-se prognosticar sem muito risco que daqui

até lá os principais países terão encontrado os meios para estabelecer os compromissos e impor seus modos de ver ao conjunto de seus parceiros. A supressão do direito de veto na legislação das "cooperações reforçadas", que permite acordos entre certos países da União Europeia que querem avançar mais rápido neste ou naquele domínio, vai evidentemente nessa direção.

Enfim, o último elemento a destacar dessa cúpula é, no caso da França, o acordo entre Chirac e Jospin na condução das negociações. Isso testemunha um acordo quanto à política a conduzir na União Europeia e em nível nacional. Muitos eleitores se lembrarão disso por ocasião do primeiro turno da próxima eleição presidencial.

O INÍCIO DE UMA REAÇÃO POPULAR

A construção da Europa liberal persegue seu caminho. Não há nada a esperar de bom dessas instituições europeias totalmente antidemocráticas e a serviço de grandes grupos financeiros e industriais. Se o objetivo fosse superar o "déficit" democrático que separa os burocratas de

Bruxelas de qualquer controle efetivo pela população europeia, a primeira medida democrática elementar seria submeter ao voto dos eleitores, em cada país, o tratado de Nice.

Somente a irrupção de uma mobilização do movimento operário e associativo pode parar a construção de uma Europa neoliberal. As manifestações dos dias 6 e 7 de dezembro mostram que é possível uma junção entre uma parte do movimento sindical, que compreende a importância de oferecer respostas em escala europeia em todos os domínios, o movimento social que se mobilizou depois de anos contra todas as formas de exclusão, e a radicalização da juventude em torno dos efeitos desastrosos da mundialização. Opor à Carta dos direitos sociais uma carta elaborada pelos sindicatos e movimentos associativos, que responda às reivindicações e às aspirações trazidas pelas lutas e mobilizações, opor às instituições europeias antidemocráticas o direito dos povos de decidir sua destino, desenvolver as mobilizações em todos os campos em escala europeia, este é o contexto ao qual a esquerda radical europeia terá que responder nos próximos anos. ■

se protesto, em utilizar gás lacrimogêneo e dispersar os manifestantes. Era uma maneira de anunciar o que iria se passar no dia seguinte.

O CERCO DA ACRÓPOLE

No dia 7 de dezembro as organizações que tomaram parte da Contra-Cúpula se reuniram às sete horas da manhã em dois pontos da cidade. Lado a lado, em um ambiente feliz, fraternal e solidário, encontraram-se militantes do Attac, das Marchas Europeias, do Grupo dos 10, da FSU, de organizações de Nice como a Associação pela Democracia à Nice e o coletivo dos Diabos Azuis, do *No Passaran*, da CNT, da LCR, dos JCR e da Quarta Internacional, do SWP inglês, de diversas organizações bascas, espanholas, italianas, curdas... O objetivo não era quebrar as barreiras policiais, mas cercar a Acrópole, onde aconteceria o encontro — de maneira que a reunião não pudesse ser inaugurada com a mesma tranquilidade com que os chefes de Estado e de governo se preparavam a tomar decisões opostas aos interesses e aspirações da maioria.

Mas não era a intenção de Chirac e Jospin deixar os manifestantes se aproximarem da Acrópole e os slogans antimundialização ressoarem nos ouvidos dos participantes do encontro. Assim, quando os manifestantes se encontraram próximos das forças policiais, elas utilizaram em grande escala as granadas lacrimogêneas e atacaram brutalmente os manifestantes; vários ficaram gravemente feridos. Mas isso de nada serviu. Os cortejos se reorganizaram e vieram de encontro às forças da polícia que, de novo, lançaram bombas de gás e atacaram. Após vários ataques, um cortejo de manifestantes entrou na cidade antiga, somente para darem um pequeno adeus às forças de ordem. Não informados pelos helicópteros de vigilância de que não

podiam localizar a posição dos manifestantes nas pequenas ruas, as tropas de choque entraram em pânico quando a manifestação irrompeu sobre o perímetro sagrado. Nós tínhamos provado nossa determinação, o objetivo político fora atingido e o encontro não foi inaugurado tranquilamente. E mesmo Chirac e Jospin puderam sentir o cheiro clorado dos gases lacrimogêneos que penetraram na Acrópole pelos dutos de ventilação.

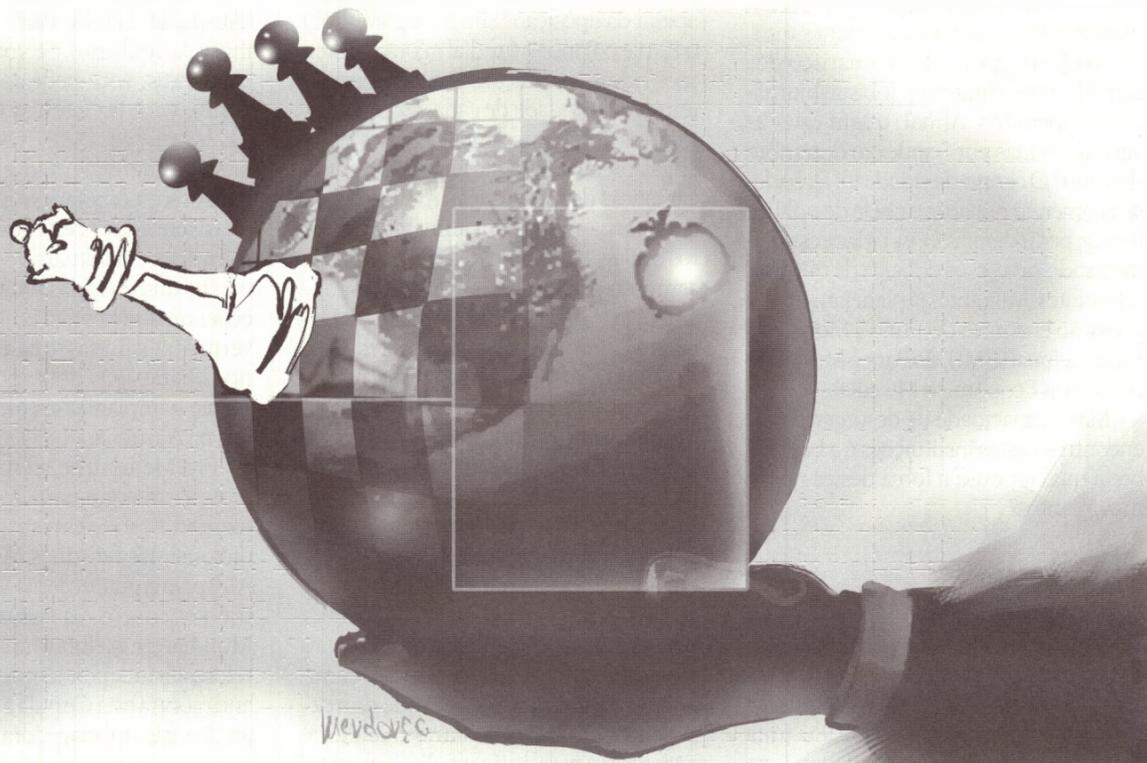
Os manifestantes se reagruparam e nos reencontramos no quadro de uma impressionante manifestação no Centro de Convergência, verdadeiro QG da Contra-Cúpula, uma reunião que permitiu que todas as associações e organizações que tinham participado desses enfrentamentos pudessem se expressar. A polícia organizou depois a limpeza no leste da cidade às custas de um grande

suprimento de gás, sem esquecer do cacete, dos canhões de água e das prisões arbitrárias. Os únicos verdadeiros provocadores dessa jornada foram as forças policiais, sob ordens de um governo que impediu os desempregados parisienses de ir à Nice, que bloqueou os manifestantes italianos em Vintimille e que se recusou fornecer a infra-estrutura necessária para que a Contra-Cúpula ocorresse. O que mostra mais uma vez o pouco caso que faz do direito democrático de expressão.

Mas isso não impediu a Contra-Cúpula de ser um êxito brilhante, mesmo se não pudemos impedir a adoção da Carta dos direitos fundamentais e colocar um entrave suplementar à construção da Europa liberal. Mas a amplitude e o eco das manifestações de 6 e 7 de dezembro dão novas perspectivas ao desen-

volvimento da mobilização para impedir a construção da Europa liberal, aí incluindo impor a retirada da Carta. A demonstração de Nice foi feita após Seattle, Millau, Praga, Seul; a luta contra a mundialização em escala internacional se enraíza e se amplifica com a possibilidade de uma real junção entre setores da juventude, que se radicalizam no combate aos males da mundialização, e de setores do movimento sindical prontos hoje a se engajar, em escala europeia, nas mobilizações contra a política neoliberal da União Europeia. ■

COBERTURA FEITA POR DOMINIQUE MEZZI, LÉONCE AGUIRRE, GEORGES TRUBLION, RONALD SARDOVAL E ZOÉ DUCHEMIN. ESTES ARTIGOS FORAM PUBLICADO NA EDIÇÃO DE 14 DE DEZEMBRO DO SEMANÁRIO FRANCÊS ROUGE.



UMA DISCUSSÃO, A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DE MELBOURNE, DAS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DOS PROTESTOS CONTRA AS REUNIÕES DOS ORGANISMOS GESTORES DA GLOBALIZAÇÃO.

PETER BOYLE

A nova corrente contra a mundialização neoliberal está se construindo em torno de uma série de ações de desobediência civil, que vêm perseguindo os encontros das principais instituições do capitalismo mundial. Por isto, estas instituições estão com dificuldade de encontrar cidades onde possam se reunir ao abrigo de amplos movimentos de protesto.

Assim, informa-se que a Organização Mundial do Comércio (OMC), por exemplo, não consegue encontrar uma cidade que queira acolher seu próximo encontro. Segundo o *Financial Times* de Londres, o pequeno Estado do Qatar se ofereceu, mas tenta agora voltar atrás, invocando a falta de hotéis suficientemente espaçosos e o fato de que o Ramadã, o mês do jejum muçulmano, poderia coincidir com a data provável do encontro, previsto para novembro de 2001. Outros candidatos não se movimentam para substituir o Qatar, apesar do chamarisco dos cerca de 5.000 dirigentes, lobistas e jornalistas esperados. Afinal, quem quer as agruras vividas por Seattle em dezembro de 1999? O centro da cidade foi fechado, seu comércio pilhado, o chefe de política teve de pedir demissão, e a cidade está enfrentando processos de cerca de 600 manifestantes. Militantes já planejam sitiar o próximo encontro do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial e do Fórum Econômico Mundial.

Mas a capacidade de desorganizar os encontros destas instituições é a base sobre a qual repousa a força destes novos movimentos?

NOVA DIREÇÃO?

Recentemente, Michael Albert, um dos fundadores e editores de *www.zmag.org* (uma revista internet influente do novo movimento) defendeu uma reorientação do estilo de atividades deste movimento, propondo uma linha que coloque no centro a participação das massas. Escreveu:

"O que não vai bem, vocês perguntam? Milhares de militantes, pessoas corajosas vão de cidade em cidade. Praga não terminou um dia antes? Os lacaios do dinheiro não têm sido mantidos distantes? Os horríveis impactos da OMC, do FMI e do Banco Mundial não estão ficando visíveis? Certamente, mas nosso fim não é apenas fazer muito barulho, sermos visíveis, ou corajosos; nem mesmo assustar os mais maldosos administradores do capitalismo para que abriam seus encontros. Nosso fim é conseguir mudanças que melhorem milhões de vidas. O que conta não é apenas o que conseguimos, mas para onde vamos. Obter 'reformas não reformistas' para uma justiça plena exige uma reflexão estratégica. Mas não é isto que aconteceu? Não temos uma

A DESOBEDIÊNCIA CIVIL E O MOVIMENTO ANTINEOLIBERAL



estratégia para estes grandes acontecimentos, e não cumprimos nossos planos, apesar da oposição? Sim, mas para abolir o FMI e o Banco Mundial agora, e obtermos novas instituições em longo prazo, temos necessidade de cada vez mais partidários com consciência política e um engajamento crescentes, capazes de utilizar táticas de mobilização múltiplas e de simultaneamente fazer aumentar os custos sociais que a elite não pode suportar sem entregar os pontos. É a lógica da 'dissidência': tornarmo-nos ameaças crescentes às prioridades caras às elites, multiplicando-nos e diversificando nossas estratégias e táticas, até que nos seja concedido o que reivindicamos, para em seguida pedirmos mais. A ironia em tudo isto é que a eficácia da desobediência civil e de outras táticas não tem nada de irreal, nem de a priori. Está, ao contrário, no encontro entre estas práticas militantes e o movimento crescente dos dissidentes, em que muitos não podem se juntar a tais táticas, mas apóiam sua lógica e caminham na mesma direção. O que dá à desobediência civil e às outras manifestações a força para obrigar a elite a subscrever nossas reivindicações é o medo de que elas antecipem uma ameaçadora explosão social. Entretanto, se fazemos um *sit-in* de duas mil ou de dez mil pessoas, mesmo repetidamente, mas sem o apoio de uma comunidade de dissidentes mais ampla, mais visível, que possa alimentar e aumentar as fileiras dos que fazem o *sit-in*, então não há ameaça séria de explosão social."

A discussão a respeito das táticas não pode se reduzir a uma argumentação contra o ultra-esquerdismo liberal, sobretudo quando mais forças conservadoras vêm tentando pôr um freio no radicalismo político do novo movimento. Em Melbourne, em Praga e em Seul, o enfrentamento quanto às táticas separou também os radicais dos que se dispunham a apoiar as tentativas dos empresários do mundo de dar um rosto humano às suas instituições predadoras.

Na Austrália, a via das reformas foi tradicionalmente identificada com o ALP (Australian Labour Party, Partido Trabalhista Australiano). Se você é a favor das mudanças, você pede ao seu deputado (ALP), você faz circular uma resolução nas associações (ALP), você faz o Partido Trabalhista entrar no governo, e você cruza os braços, esperando que uma reforma seja decretada por este governo. Estes são os métodos habituais dos "dissidentes", mas há duas décadas muitas pessoas perceberam que eles não funcionam. Os governos trabalhistas se parecem aos governos liberais. Os dois apoiaram abertamente e implantaram medidas neoliberais na Austrália.

Em Melbourne, cerca de vinte mil pessoas votaram participando massivamente dos piquetes para quebrar a via tradicional das reformas. As tentativas do ALP para enfraquecer/isolar o bloco contra o encontro do Fórum Econômico Mundial em Melbourne só conseguiram reforçar a independência política da Aliança contra esta Cúpula e tornar a vitória ainda mais embriagadora.

A DESOBEDIÊNCIA CIVIL

Rebelar-se contra o aparelho político e as estruturas tradicionais é a maneira preferida por este movimento para exprimir seu desacordo: isto se traduz pela desobediência civil. Esta expressa a vontade deliberada de romper com os métodos habituais da "dissidência". Durante a manifestação de Melbourne, a tática de bloqueio pacífico de massa seduziu a imaginação de pessoas que estão cansados dos métodos habituais. Provavelmente muitos teriam hesitado em ir caso se tratasse apenas de uma outra manifestação convocada pelos burocratas sindicais ou pelos políticos trabalhistas que não estão muito interessados em mudar a sociedade.

A tática do bloqueio de massa contribuiu muito para o sucesso da mobilização, mesmo se alguns participantes

tinham a ilusão de poder forçar o FMI a mudar seu curso, e apesar da presença de pequenos grupos, alguns vestidos com roupas de combate, que tiveram o efeito de uma diversão colorida. Mas havia também os grupos que queriam mostrar que eram os mais militantes, mesmo ao preço do êxito do movimento. Foi preciso muito trabalho dos militantes de esquerda mais clarividentes para impedir que prevalecesse a concepção tática da ultra-esquerda, que queria reduzir o bloqueio a um enfrentamento de uma hora ou duas com os policiais (como foi explicado por um dirigente da organização *International Socialist*).

Foi preciso trabalhar duro para ganhar a batalha moral contra os partidários dos métodos violentos e ficarmos com um bloqueio não-violento de massa. Por outro lado, os próprios participantes do bloqueio o desejavam. Afinal, o bloqueio teve um grande sucesso. Foi preciso também lutar no seio da Aliança para garantir que as táticas desesperadas para impedir a realização do Fórum Econômico Mundial não tirassem do movimento sua vitória principal, o fato de deslegitimar o Fórum e seu programa neoliberal.

O MEDO DA CENTRALIZAÇÃO

Entretanto, o grande desafio do novo movimento é definir de uma forma independente sua própria política radical. O medo da centralização entre muitos militantes de esquerda impede o movimento de apresentar suas reivindicações, o que deixa o campo livre para as ONGs, as burocracias sindicais e as outras instituições conservadoras se expressarem em seu nome.

Foi impossível concluir a discussão sobre as táticas e os problemas de organização. Este fracasso da Aliança, incapaz de ir além da palavra-de ordem "Eliminemos o Fórum Econômico Mundial!" ("Shut down the WEF"), contribuiu para estabelecer uma divisão informal e parcial do

EUROPA: UM ENCONTRO DA ESQUERDA RADICAL

trabalho, que permitiu que os especialistas mais conservadores ou os militantes com mais acesso à mídia fossem os porta-vozes oficiosos do movimento.

Se, com a "desobediência civil", o movimento pós-Seattle tenta romper com o conservadorismo dos movimentos tradicionais, isto representa também para eles, por outro lado, um inegável recuo. Muitos militantes do novo movimento desconfiam de toda direção ou de todo centralismo, devido à sua experiência nos antigos movimentos dominados pelos burocratas social-democratas ou stalinistas. A rejeição à hierarquia é muito visível no novo movimento.

Alguns gostam de dizer que ele não tem direção. Tem-se a tendência de sacralizar o suposto modelo organizativo de Seattle construído na base de uma convergência idealizada de pequenos grupos de afinidade ligados pela Internet.

Tudo isto é fantasia semi-anarquista. Quando tentamos aplicar este modelo, ele não funciona. Quando os militantes dos Estados Unidos chegaram à manifestação contra o Congresso do Partido Democrata em Los Angeles, alguns diziam: "Assim não dá. Isto é verdadeiramente democrático?"

Na subida para a Cúpula de Praga, alguns veteranos de Seattle estabeleciam a lei para os militantes tchecos, pregando o suposto modelo sem direção de Seattle. Depois de Praga, vários militantes se exprimiram sobre as conseqüências antidemocráticas e desmoralizantes dos pequenos grupos de afinidade, que tinham o direito de atacar violentamente os policiais e depois fugir, deixando a massa de manifestantes pacíficos sofrer os golpes de cassetetes, o gás lacrimogêneo e os canhões de água. Só um funcionamento mais democrático pode impedir pequenas facções (ou provocadores da polícia) de ditar sua forma de luta e sua mensagem política sob a cobertura de oporem-se ao centralismo.

O novo movimento pode se organizar democraticamente sem sacrificar sua diversidade cultural e política. Não precisamos de uma direção centralizada que diga a todos como se manifestar, mas o movimento tem necessidade de funcionamento coletivo, se quer crescer e manter sua independência política.

O modelo dos grupos de afinidade não foi nunca a única maneira de organizar as grandes manifestações do novo movimento. A Aliança em Melbourne, por exemplo, funcionava na base de reuniões de militantes abertas e centralizadas, em que as decisões eram tomadas por voto majoritário. Coalizões semelhantes ajudaram a organização de Seattle e Washington, trabalhando ao lado e em colaboração com os representantes dos grupos de afinidade.

Melbourne nos permitiu entrever as possibilidades que o movimento antimundialização oferece para um grande número de pessoas fazerem a experiência da força da democracia na base, nos três dias que passamos nos lugares do bloqueio em torno do Crown Casino. Todas as decisões-chave foram discutidas, votadas e postas em prática pelos participantes do bloqueio. É esta democracia militante participativa, aliada a uma coordenação centralizada de todo o bloqueio pela Aliança, mais que os grupos de afinidade, que tornou a manifestação tão eficaz.

Após uma primeira reunião na cidade do Porto, em Portugal, em junho passado, a segunda conferência da esquerda radical se reuniu em Paris nos dias 4 e 5 de dezembro. Por convite da Liga Comunista Revolucionária, organizações de uma dezena de países participaram de seus trabalhos: o Bloco de Esquerda, de Portugal, o *Scottish Socialist Party*, da Escócia, a *London Socialist Alliance* e o *Socialist Workers Party*, da Grã-Bretanha, a *Red Electoral Alliance*, da Noruega, o *Socialist Party*, da Suécia, a *Red-Green Alliance*, da Dinamarca, a *Gauche*, de Luxemburgo, o *Solidarités*, da Suíça, e o *Manifesto*, da Grécia. Três outras organizações, o *Zutik* de Euskadi (País Basco), o *Espacio Alternativo* do Estado espanhol e o *ÖDP* da Turquia prepararam a conferência, mas não puderam participar em seus trabalhos finais. A conferência se encerrou com uma declaração assinada por todos os participantes, que se opuseram à política atual da União Européia e reafirmaram as principais reivindicações sociais, democráticas e políticas de mobilizações dos trabalhadores e povos da Europa.

Essa conferência se inscreve em um contexto marcado por três coordenadas. Inicialmente, as expressões de resistências face à mundialização capitalista e uma nova fase de radicalização na juventude, mesmo se as classes dominantes marcam pontos contra os trabalhadores e suas organizações. Em seguida, uma adaptação da social-democracia, da maioria dos Partidos Comunistas e Verdes e de uma boa parte do movimento sindical a um projeto social-liberal. Blair, Jospin e Schroeder são as faces distintas dessa orientação. Abalados pelo balanço do stalinismo e sua incapacidade estratégica de se opor à ofensiva liberal, os partidos comunistas passaram por um processo de crise, de diferenciação e de declínio. Por fim, a emergência de um espaço político para a esquerda revolucionária ou a esquerda radical, por menos que essas organizações tenham antes acumulado de forças, desde que elas tenham uma política independente no movimento operário e uma orientação unitária em direção às classes populares, a juventude e os movimentos sociais.

Uma das particularidades das organizações e partidos políticos presentes nessa conferência foi sua sensibilidade ou seu princípio de reflexão sobre os eixos e as formas dos processos de recomposição da esquerda radical, do movimento operário e dos movimentos sociais. Essas tendências dão um novo ímpeto à esquerda radical e uma nova funcionalidade a esse tipo de reunião.

OS MOVIMENTOS ANTICAPITALISTAS E O FUTURO DA EUROPA

A discussão se deu em torno de três questões: as perspectivas na Europa, os movimentos antiglobalização capitalista e a coordenação da esquerda radical.

Sobre a Europa, os participantes têm acordo em reafirmar sua oposição à União Européia, à sua política liberal de desregulamentação, de privatização, de

questionamento das conquistas sociais. Eles se reencontram com freqüência na defesa das reivindicações sociais e políticas dos movimentos sociais em cada país e no espaço europeu, em uma perspectiva anticapitalista. Mas visões diferentes foram expressas no plano das perspectivas políticas e institucionais européias. Para a maior parte dos representantes da Europa do Norte e da Grã-Bretanha, essa questão não é atual por razões históricas, culturais e políticas. Para outros, principalmente os representantes do *Solidarités* e da Liga Comunista francesa, a recusa da Europa liberal, a oposição a todo aprofundamento institucional da Europa atual (como o voto por maioria qualificada)

A SEGUNDA CONFERÊNCIA DA ESQUERDA RADICAL EUROPÉIA SE REUNIU POUCO ANTES DA CÚPULA DE NICE PARA ARTICULAR UMA ATUAÇÃO EM ESCALA CONTINENTAL.

FRANÇOIS OLIVIER



e a necessidade de uma ruptura social e democrática, devem ser acompanhadas de uma série de proposições por uma outra Europa, por um processo político que combine exigências sociais e democráticas radicais, forma atual da velha palavra de ordem dos Estados Unidos Socialistas da Europa.

Os movimentos antiglobalização constituem uma das questões chaves do período atual. Os encontros das instituições internacionais pautam as mobilizações de uma parte das novas gerações militantes. Um dos pontos comuns às organizações reunidas durante essa conferência foi a participação nessas manifestações. Vários palestrantes enfatizaram a importância de articular a participação total nesses movimentos, sua construção, sua animação, e a defesa de perspectivas anticapitalistas e anti-imperialistas. Denunciar a especulação financeira não como um excesso do sistema, mas como a conclusão coerente de um regime marcado pelo lucro e pela acumulação do ca-

pital, não é somente uma fórmula retórica. É a explicação que permite ligar as questões financeiras com as reestruturas das empresas, dos fundos de pensão, a regime salarial, a administração acionária e a questão da propriedade capitalista. É necessário também integrar a luta contra o imperialismo, tanto contra a política do governo do Estado de Israel quanto contra a preparação de uma intervenção norte-americana na Colômbia.

Por fim, no plano da coordenação dessa esquerda radical, um novo encontro deverá acontecer em seis meses, quando do encontro de Göteborg, na Suécia. Essas reuniões acontecerão, então, no momento de cada encontro de cúpula europeu. Elas serão o lugar de intercâmbio sobre a atualidade política, mas também sobre grandes questões de análise ou de orientação. Elas permitirão também, progressivamente, discutir possibilidades de ações comuns. Em todos esses casos, essa reunião foi um passo à frente para a esquerda radical na Europa.

PETER BOYLE É DIRIGENTE DO DEMOCRATIC SOCIALIST PARTY DA AUSTRÁLIA, QUE DESEMPENHOU UM PAPEL ATIVO NA ORGANIZAÇÃO DAS MANIFESTAÇÕES DE MELBOURNE, EM 11-13 DE SETEMBRO, CONTRA A REUNIÃO PREPARATÓRIA DO FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL DE DAVOS.

SIMBOLISMOS DA SUBMISSÃO IDEOLÓGICA

UMA CULTURA POLÍTICA SOCIALISTA CONSISTENTE APENAS SE TORNA POSSÍVEL QUANDO OS INIMIGOS DE CLASSE SÃO NOMEADOS E COMBATIDOS, SEM TERGIVERSAÇÕES E AMBIGÜIDADES. SOB ESTE ASPECTO, AS DIREITAS SEMPRE TÊM SIDO COERENTES E APENAS NOS OFERECEM LIÇÕES NESSA MATÉRIA.

CAIO NAVARRO DE TOLEDO

Já se tornou um senso comum afirmar que as imagens podem ser decisivas nos embates políticos e ideológicos que se travam na sociedade. A rigor, desde Maquiavel, a questão dos signos e das aparências na cena social, na conservação e transformação do poder político, passou a ter lugar importante na reflexão teórica. Na atual chamada “sociedade do espetáculo” – ou seja, nas sociedades capitalistas onde os mais influentes setores da mídia investem na despolíticação do debate público e na *desideologização* dos conflitos sociais –, uma simples imagem, pelo seu valor e força simbólicos, pode ser bem mais eficiente do que muitos discursos, por mais elaborados e sedutores que venham ser eles. Certas imagens – contrastando com a retórica do discurso – podem torná-lo supérfluo em termos de sua eficácia política.

A *Folha de S. Paulo*, de 8/02/01, estampou uma foto em que Antônio Carlos Magalhães, na última sessão que presidia o Senado, tomado pela emoção, era consolado pelo deputado federal do PT, José Genoino, que, com o olhar compungido, lhe ofereceu a mão. Nessa histórica sessão, como os noticiários informaram, vários parlamentares progressistas e de esquerda (PT, PC do B e PDT) fizeram questão de subir à tribuna para louvar a atuação e as virtudes democráticas demonstradas por ACM como presidente do Senado. Quem consultar a ata dessa sessão poderá conhecer os motivos que levaram o destemido senador, sob o brilho e as luzes dos fotógrafos e cinegrafistas, não resistir às lágrimas.

Diante da foto do jornal, caberia indagar se não se tratava de mais uma intriga, perpetrada pela “imprensa burguesa” que, bem se sabe, busca sistematicamente desqualificar política e ideologicamente as esquerdas e as oposições combativas. Não duvidando desta possível intenção do jornal – apesar do tratamento privilegiado que o deputado federal tem sempre recebido da mídia brasileira –, pode-se, contudo, refletir sobre o valor simbólico dos gestos que confraternizaram homens públicos de trajetórias políticas antagônicas e de atuações parlamentares orientadas por ideários que se pretendem diametralmente opostos. No caso do PT, é de se convir que abraços e afagos, entre suas principais lideranças e o senador do PFL, não vêm de hoje. Para alguns dirigentes



RETO BARATA / FOLHA MAGEM

petistas, após a morte de seu filho (deputado federal Luis Eduardo, promissora liderança da direita brasileira), ACM passou a demonstrar uma especial “sensibilidade social” para com os pobres e assalariados, bem como veio se notabilizar por uma vigorosa defesa da autonomia do Congresso nacional. (A participação de ACM no Seminário “Desenvolvimento e combate à pobreza”, organizado pelo PT, em outubro de 1999, revela de forma cabal que o *marketing* político do senador tem sido muito eficiente na reengenharia de sua imagem pública. Difícil é acreditar que o PT tenha dado créditos a alguém que, sistematicamente e sem nenhuma vacilação, tem apoiado políticas econômicas diretamente responsáveis pelo agravamento das desigualdades sociais no Brasil.)

O VALOR DOS SÍMBOLOS

As esquerdas não precisam fazer política com pedras na mão. Ao contrário do que proclamam os radicais de salão, a democracia política existente – apesar de sua inserção na ordem capitalista – não é um embuste e um mero formalismo. O parlamento pode ser um lugar legítimo para se fazer acordos e buscar negociações entre os partidos – inclusive, em certas conjunturas, entre setores política e ideologicamente antagônicos. Na luta pela radicalização da democracia, em plena ordem capitalista, as esquerdas devem tomar sempre iniciativas que comprometam o parlamento com a defesa dos interesses políticos e sociais das camadas populares e trabalhadoras. Concretamente, com a ampliação das liberdades políticas e de organização bem como com a realização de amplas reformas sociais e econômicas que beneficiem os assalariados e os setores populares. As esquerdas, assim, não devem considerar o parlamento como um simples teatro onde apenas se desenrolam representações com desfechos previsíveis ou previamente determinados. A democracia política – ainda que sob a hegemonia burguesa – é o melhor terreno para se travar tais lutas.

No entanto, fundadas no conheci-

mento da realidade histórica e na teoria crítica, as esquerdas socialistas sabem que a luta pela democratização real – seja no âmbito do Parlamento seja nas demais esferas da institucionalidade burguesa vigente – tem necessariamente limites estruturais e insuperáveis. De outro lado, os partidos de esquerda devem sempre lembrar que o sol não nasce e se põe apenas no âmbito do Parlamento. A luta de classes – apesar da (possível) convivência amistosa, da (conveniente) cooperação e, acima de tudo, da civilidade entre os congressistas – não passa ao largo do Parlamento (É porque não descuida da realidade da luta de classes que ACM propôs, recentemente, que um fosso – semelhante àqueles existentes em torno dos castelos feudais – fosse construído em torno do prédio do Senado a fim de impedir as manifestações populares que questionam a política econômica e social do governo, apoiada e implementada pela aliança capitaneada pelo PSDB-PFL). Reconhecendo o valor do embate das idéias e da importância da luta pela hegemonia ideológica e cultural, as esquerdas não podem desconhecer os simbolismos e o caráter pedagógico da ação política. Neste sentido, a foto do deputado e a homenagem que os parlamentares de esquerda prestaram ao senador carregam fortes simbolismos.

Do ponto de vista pedagógico, os gestos dos parlamentares constituíram-se num desserviço à construção de uma cultura política crítica e combativa no interior da esquerda. Se a cena política não deve ser encarada como uma praça de guerra, nem por isso os políticos de esquerda devem ser complacentes e lenientes no aberto questionamento aos seus adversários. Neste sentido, não é preciso admitir os pressupostos teórico-ideológicos de C. Schmitt – que concebe a política como a expressão da relação amigo/inimigo –, para afirmar que a ação política, na mais democrática das repúblicas, não consiste propriamente na esfera da compreensão e da solidariedade. Uma cultura política socialista consistente apenas se torna possível quando os inimigos de classe são no-

meados e combatidos, sem tergiversações e ambigüidades. Sob este aspecto, as direitas, em todo o mundo, sempre têm sido coerentes e apenas nos oferecem lições nessa matéria. Ou seja, a direita leva a sério a luta ideológica que, frequentemente, tem nos simbolismos um importante papel político-pedagógico.

UM EXPOENTE DA DIREITA

A atuação desses parlamentares, nos episódios acima relatados, representa uma fraude na medida em que legitima e reabilita a figura de um político que – por toda sua trajetória, no passado e no presente – nenhum compromisso tem com a construção de uma democracia política e social consistente no país. Como Paulo Maluf, Roberto Campos, Delfim Netto, Jarbas Passarinho e muitos outros, ACM é uma das figuras mais emblemáticas da ditadura militar que abateu sobre o País durante mais de duas décadas, com seu rastro de arrocho salarial, censura, tortura e morte. A justificativa de ACM diante da utilização de medidas repressivas não deixa dúvidas quanto à sua fidelidade ao regime militar: “O AI 5 é o instrumento imprescindível para romper o cerco da agressão subversiva e assegurar a ordem pública” (*Jornal da Tarde*, 30/3/1972). Em nenhum momento, durante o atual período da redemocratização, ACM fez qualquer autocrítica nem renegou o regime que o fez nascer para a vida pública. Pelo contrário, parece ter muitas saudades do regime militar.

É preciso lembrar que este autêntico *Coronel* – como os da república oligárquica – sempre tratou (e continua tratando) seus adversários com a chibata na mão? Os setores democráticos da Bahia são testemunhas do arbítrio e da virulência deste tiranete que, controlando a política local e os meios de comunicação, manda reprimir e calar as oposições combativas. O livro *Memórias das Trevas* – boicotado pela quase totalidade da grande imprensa e da mídia eletrônica –, ainda com a tinta de impressão fresca, não poderia ajudar esses parlamentares de

esquerda a lembrar a trajetória trágica e corrupta de ACM?

É preciso ainda reafirmar que o partido que ele comanda, como um verdadeiro *capo*, tem se notabilizado pela presença de parlamentares, de norte ao sul do País, comprovadamente corruptos e fisiológicos? Pode-se esquecer que ACM apoiou Fernando Collor até o *impeachment* e que seu partido – a força mais extremada do neoliberalismo brasileiro – é uma das principais bases de sustentação da política econômica e social, antipopular e antinacional, implementada pelo governo FHC?

Apesar de não desconhecermos todas estas realidades, nossos parlamentares abdicaram do senso crítico, preferindo louvar abertamente as pretensas qualidades do decadente coronel. Às favas, pois, o caráter simbólico da homenagem pública que eles prestaram ao mais importante líder vivo da direita brasileira.

Certamente, os parlamentares poderão afirmar que política não deve ser feita com os “olhos voltados para o passado” nem com ressentimentos e ódios. Poderão observar também que “civilidade” e “convivência respeitosa” fazem parte do “decoro parlamentar”. Para o deputado Genoino, em especial, sua solidariedade para com o emotivo chefe nacional do PFL – sob os flashes e as luzes da mídia –, teria um único significado: foi um gesto humano, *muito humano*. Afinal, haverá simbologia que melhor expresse nossa humanidade do que tocar a mão um do outro?

A REJEIÇÃO DA LUTA IDEOLÓGICA

Pelas razões acima expostas, pensamos diferentemente em relação às racionalizações formuladas por nossos parlamentares. Seus gestos têm dimensões e significados que transcendem as intenções (subjetivas) que, porventura, venham a eles atribuir. Através de Marx e da psicanálise, ficamos sabendo que racionalizações, sublimações e justificativas são mecanismos típicos da construção ideológica.

A rigor, o comportamento dos parlamentares parece ser apenas a pequena ponta do *iceberg*. O ato de solidariedade para com ACM – consciente, cristalino e sem *ambigüidades* – é o sintoma visível da grave crise moral e ideológica das esquerdas, mergulhadas que estão no crasso eleitoralismo e no chamado “cretinismo parlamentar”. Distanciando-se crescentemente dos movimentos e das lutas sociais, significativos setores políticos de esquerda acreditam que a política se dá decisivamente no cenário institucional; desta forma, passam a protagonizar e se limitar a jogos e combates sob o signo permanente da “conciliação” e do “interesse comum”. No Parlamento, anatemiza-se a luta ideológica e recusa-se o confronto político, como bem recomendam os “teóricos” da política pós-moderna.

No caso do maior partido da esquerda brasileira, cabe indagar: será inevitável que o PT venha trilhar os mesmos caminhos (e descaminhos) seguidos pelos partidos socialistas do Ocidente do século passado? Para o conjunto das organizações políticas e movimentos sociais, de orientação anticapitalista, será lastimável que o PT – renegando sua trajetória de lutas –, venha dar razão àqueles que afirmam ser ele o “partido de esquerda que a direita mais gosta”.



CAIO NAVARRO DE TOLEDO É PROFESSOR DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA DA UNICAMP E INTEGRANTE DO COMITÊ EDITORIAL DA REVISTA CRÍTICA MARXISTA.



HANS HARTUNG, T. 1956/7, 1956/7

INJUSTA EXPULSÃO

O Partido dos Trabalhadores na Paraíba vive um momento de crise e paralisia política em função da expulsão do deputado Ricardo Coutinho.

A origem do processo está nas disputas internas para a indicação do candidato a prefeito no município de João Pessoa nas eleições passadas, quando ocorreu uma aguda luta interna em torno da política de alianças, da coordenação de campanha, da escolha do candidato a vice e, especialmente, do processo de escolha do candidato a prefeito.

O deputado Ricardo Coutinho recorreu da decisão ao Diretório Nacional.

AS ACUSAÇÕES E AS DEFESAS

As controvérsias quanto às provas e contra-provas, a isenção ou não da comissão de ética e a polêmica quanto a correta aplicação das regras partidárias, aumentam as dificuldades para uma análise de todo o processo político vivido pelo Partido dos Trabalhadores em João Pessoa, único caminho para encontrarmos uma solução política adequada para as disputas internas estabelecidas.

A recente decisão da executiva municipal de João Pessoa de arquivar, sem análise da comissão de ética, todas as representações contra filiados do PT, exceto aquela contra a filiada Paula Frassinete, aliada de Ricardo Coutinho, demonstra bem que não se trata de questão de ética ou de norma partidária, mas tão somente de uma disputa política interna que ultrapassou os limites da razão e da consciência partidária.

AS DISPUTAS ELEITORAIS

As concepções de partido, de democracia, da relação entre partido e movimentos sociais são estratégicas na luta pela transformação da sociedade.

Para avaliar a situação do PT, em qualquer município, em qualquer estado ou mesmo no âmbito nacional, é preciso levar em consideração a realidade objetiva das lutas sociais e as tarefas colocadas para o partido.

No caso de João Pessoa, onde o PT já tem uma tradição de lutas e projetou várias lideranças populares, o partido já disputa a cidade desde 1992 – quando fomos para o segundo turno – e de lá até hoje o PT é uma das forças políticas principais no âmbito municipal.

Depois de 1992, o partido no estado da Paraíba entrou e saiu de várias crises internas, duas delas associadas a escolha de candidatos para disputar a prefeitura de João Pessoa, fazendo com que fracassasse eleitoralmente em 1996 e em 2000.

É relativamente fácil perceber que as lutas internas derrotaram o partido, mas é difícil apontar de quem é a responsabilidade por isto. Será da direção municipal? Será dos candidatos? Em 1996 a disputa se deu entre Luiz Couto e Chico Lopes, ambos deputados estaduais que concorreram nas prévias partidárias. Em 2000 a disputa se deu entre Luiz Couto e Ricardo Coutinho, ambos deputados estaduais, nos dois casos o PT foi mal eleitoralmente, mas nem por isso podemos dizer que Luiz Couto foi o culpado.

O que de fato aconteceu neste período foi a predominância dentro do PT pessoense, de uma certa concepção de partido que despreza a construção de uma estratégia geral de lutas sociais, privilegiando a elaboração de uma estratégia de lutas internas pelo mando dentro do partido, desarmando-o para a disputa da cidade com os seus concorrentes diretos.

Neste contexto o partido foi objeto de permanente tensão, com forças externas alimentando a luta interna, interessadas que são no enfraquecimento do mesmo.

Em toda a luta que se desenvolveu, e ainda persiste, no PT de João Pessoa, não

A EXPULSÃO DO DEPUTADO RICARDO COUTINHO PELA DIREÇÃO MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA E PELO DIRETÓRIO ESTADUAL DO PARTIDO ABRE UMA GRAVE CRISE NO PARTIDO DOS TRABALHADORES DA PARAÍBA.

AVENZOAR ARRUDA E JOAQUIM SORIANO

se encontra um fio condutor que possa conduzir a uma divergência política de princípios entre as partes, especialmente entre Ricardo Coutinho e a maioria da direção municipal. Basta dizer que na política de alianças, por exemplo, Ricardo defendia um leque tão amplo quanto aquele defendido pela maioria da direção, com diferenças quanto ao partido que deveria escolher o candidato a vice, começando a partir daí uma divergência que se degenerou numa luta interna sem limites.

O QUE O PT TEM A GANHAR E A PERDER?

A luta interna que está em curso no município de João Pessoa não tem relações com as tendências ou campos políticos dentro do PT, mas apenas com a realidade política local e os métodos autoritários adotados pela direção municipal para solucionar a crise estabelecida.

Fazer todo um processo sobre um determinado fato com o único propósito de expulsar alguém, excluir alguns processos e incluir outros e, sobretudo, aplicar a pena máxima para uma divergência eleitoral, é abusar da autoridade de direção.

Depois disso, querer transformar o caso numa questão de honra de determinado grupo político interno é agravar ainda mais o problema e colocar em xeque a democracia interna do partido.

Nesta luta o PT não tem nada a ganhar e poderá perder muito se o Diretório Nacional não for capaz de solucioná-la de forma definitiva.

O PT de João Pessoa deve retomar seu trabalho para conquistar a cidade e para isso é fundamental que seja pressionado a reconstruir sua unidade interna, com tolerância e colocando os interesses coletivos acima dos interesses particulares.

Tanto o deputado estadual Ricardo Coutinho como os membros da direção municipal do PT são importantes na luta para conquistarmos a hegemonia no município de João Pessoa e no Estado da Paraíba.

Espera-se do Diretório Nacional a sabedoria e a responsabilidade que caracteriza o PT para avaliar e deliberar sobre a questão sem segmentá-la neste ou naquele aspecto, mas analisando-a em suas dimensões históricas, políticas e regimentais, com o objetivo de apontar o melhor caminho para o PT no município de João Pessoa, o que é possível e viável.

AVENZOAR ARRUDA É DEPUTADO FEDERAL PELO PT-PB E JOAQUIM SORIANO É SECRETÁRIO NACIONAL DE FORMAÇÃO DO PT.

A EPIDEMIA DO MAL DA VACA LOUCA DESTACA OS RISCOS QUE A AGROINDÚSTRIA TRAZ AO QUEBRAR OS CICLOS NATURAIS DE ALIMENTAÇÃO ENTRE AS ESPÉCIES.

AMÉRICO BERNARDES

Quando eu era menino, e morava lá na Tapera (não era uma tapera, mas o nome histórico do nosso bairro), a gente costumava comer miolo de boi. Os bois, ruminantemente, comiam capim...

Hoje em dia, enquanto muita gente parece que não se apetece mais com miolos de boi, muitos bois também já mudaram seus hábitos alimentares. Diferente de muitos humanos, estes bois não tiveram escolha. Tiveram que virar carnívoros. A história desta esquisitice traz a explicação para o que pode vir a ser um dos desastres epidêmicos do século XXI: o mal da vaca louca.

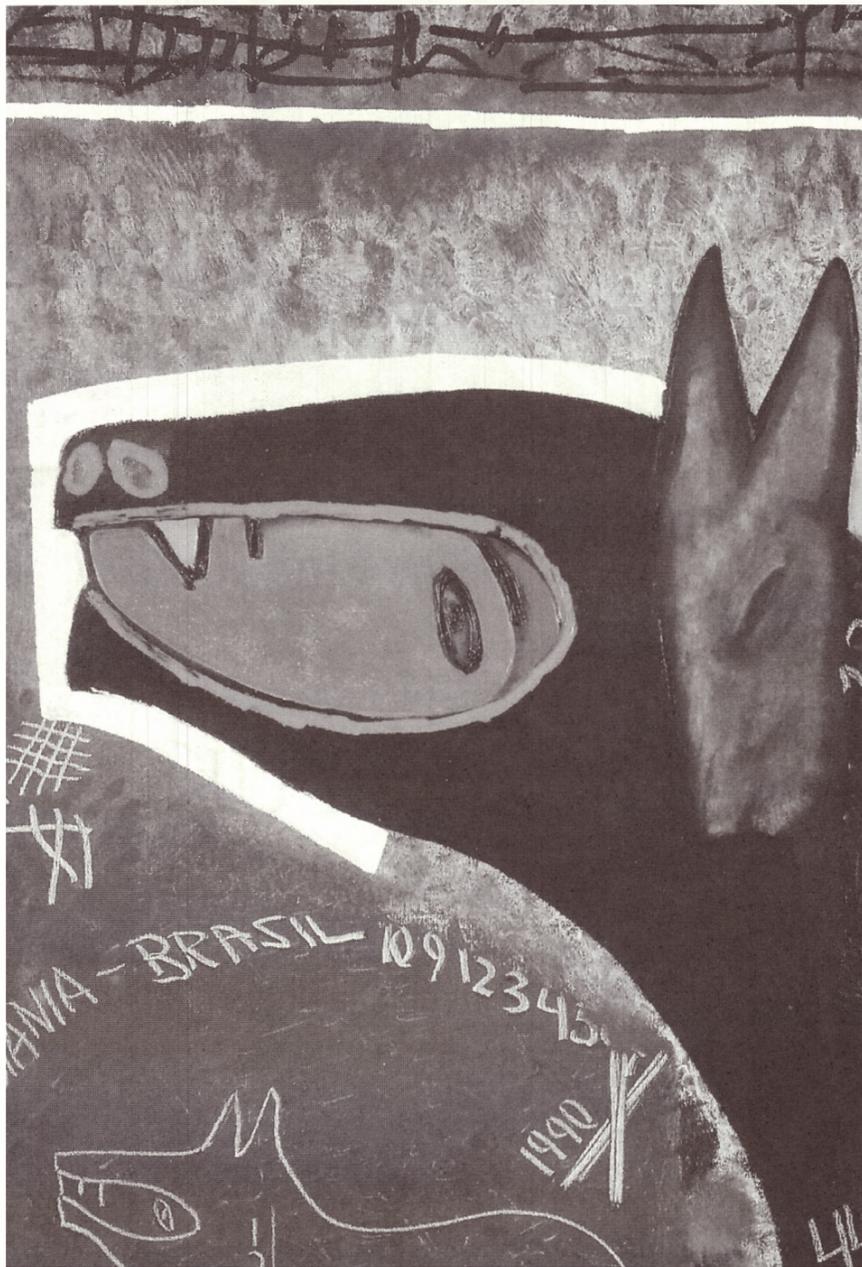
O mal da vaca louca, ou encefalopatia espongiiforme bovina, não é uma doença nova. Já é conhecida há muito tempo. Existem variantes em outras espécies, inclusive na nossa, onde é chamada de Mal de Jacob-Creutzfeld. Não tem como ser diagnosticada com antecedência, apenas quando está em estágios mais avançados. O cérebro do animal fica cheio de buracos, parecido com uma esponja, e o animal perde a capacidade de coordenação. Ao contrário das doenças com que convivemos no nosso dia-a-dia, ela não é causada por bactérias ou vírus, nem por mutações em nosso código genético – como muitos tipos de câncer ou outras doenças. A causa dela são uns tais de príons. Príon é a contração das sílabas iniciais da expressão inglesa relativa a “partícula protéica infecciosa”.

Nosso corpo é basicamente formado por células. São pequenas porções que se especializam ao longo das eras, e que cumprem funções diferentes, dependendo de onde se encontram: células nervosas, da pele, músculos etc. Apesar de diferentes entre si, todas elas são formadas por um conjunto básico de substâncias químicas. Estas várias substâncias químicas podem ser agrupadas em algumas classes: gorduras, açúcares, proteínas etc. São milhares os tipos diferentes de proteínas que nos compõem. Sua função não depende apenas da sua estrutura. Depende também da sua forma. E esta forma pode mudar de acordo com o meio em que se encontra a proteína, a fim de que ela cumpra seu papel.

Contudo, existem casos em que uma determinada proteína muda para uma forma que não tem função definida no organismo. Proteínas são moléculas enormes. Algumas com milhares e milhares de átomos e muitas bastante flexíveis, podendo assim assumir uma quantidade enorme de formas diferentes (pense nas diferentes maneiras que você pode colocar um colar de miçangas).

Uma das formas que uma proteína pode assumir é mortal. Mortal porque ela é mais estável que as formas “normais” e – ao entrar em contato com uma igual – força-a a assumir aquela forma. Não se sabe

QUANDO AS VACAS COMERAM CARNE



ao certo o que induz uma a assumir a forma da outra, mas isto ocorre. E o pior é que a taxa de reversão é nula. Uma vez mudada, ela não volta atrás. Esta operação acontece no cérebro, e libera uma certa quantidade de energia, que destrói uma pequena região. Antes era uma, agora são duas a vagar. Quando encontrarem com suas iguais, elas também mudarão de forma, e serão outras. E mais outras, e mais outras. Quando se dá conta, a vaca já foi pro brejo... O problema é que a proteína é parte mesmo do organismo, e não será combatida pelo sistema imune. Por outro lado, não há como injetar um antibiótico, pois a proteína não é um ser vivo.

Acredita-se que a propagação da infecção pode se dar por transplantes de órgãos entre indivíduos da mesma espécie, ou por ingestão de carne contaminada entre espécies. O tempo de incubação é longo: cerca de 10 anos. Como os sinais do surto atual começaram a aparecer nos primeiros anos da década de 90, até então não se tomou nenhuma providência sanitária para tentar controlar a propagação da doença. Muita gente andou comendo carne infeccionada na Inglaterra nos finais dos anos 80 e princípios dos 90. Há muita gente que teme o que vai acontecer daqui a uns dois, três anos...

A doença já era conhecida. Porém, o que fez com que adquirisse proporções alarmantes? Aí vem uma dúvida: ora, um

ser humano pega a doença se come carne contaminada (isto para os que comem carne, claro!), mas como é que uma vaca, que come capim, pode pegar a doença?

A história começa na Inglaterra há quase duas décadas atrás. Contudo, para ficar mais claro um pouco, precisamos recuar um pouquinho mais no tempo...

O PÃO NOSSO DE CADA DIA

Para começar a entender um pouco desta história, devemos falar sobre a cadeia alimentar. Em nosso mundo, na maior parte dos casos, os seres vivos se alimentam uns dos outros. Contudo, a parte mais de baixo da cadeia é constituída por aqueles seres que são capazes de transformar diretamente a matéria bruta (minerais, elementos químicos) em alimento. O melhor exemplo deste grupo são os vegetais. Na outra ponta, estão aqueles que, como nós, necessitam de alguns “tijolos” já previamente montados. Estes tijolos são usados na fabricação das milhares de proteínas que nos compõem. Assim, ao longo de nossa história, temos nos alimentado de animais (entre outras coisas). No começo, esta dieta provinha da caça. Depois aprendemos a domesticá-los. Passa-se, assim, toda uma história buscando mais e mais rendimento na criação: como

produzir mais comida em menor tempo e com maior economia? Esta deve ser uma pergunta que preocupa muita gente há uns dez mil anos. Muitas das respostas encontradas no século XX têm dado efeitos desastrosos...

Para aumentar cada vez mais a produtividade de rebanhos, eles começaram a ser alimentados com ração que continha, entre outras coisas, carcaças, restos de animais. Era uma maneira de aproveitar o inaproveitável e, mais ainda, de fornecer diretamente ao gado proteínas de origem animal. As vacas começaram a virar carnívoras.

Aí, ocorre uma pequena infestação de encefalopatia espongiiforme em rebanhos de carneiros na Inglaterra. Tal como ocorreu recentemente no Paraná, o rebanho foi sacrificado. Estas infecções em carneiros não assustavam, pois se sabia que uma pessoa que comesse um carneiro infectado não contraía a doença. É verdade que não pegava bem vender carne de bicho que morreu de doença. Bom, aí pensaram: para que jogar estes carneiros fora? Vamos dar de comida pras vacas... Tal dito, tal feito... E produziu-se ração para vacas com os carneiros infectados...

A BARREIRA ENTRE ESPÉCIES CAIU...

Ora, se os humanos não eram infectados pelos carneiros, porque seriam as vacas? Mais importante ainda, se o fato de comermos os carneiros diretamente não criava problemas, o fato de “comê-los” tendo as vacas como intermediários também não deveria criar problemas. Certo? Errado!

Aqui entrou uma crença importante em biologia. A idéia é que existe uma barreira natural entre espécies e uma mutação genética não poderia se propagar de uma espécie para outra. Pouco importa se os “carneiros loucos” são nojentos. Eles não podem nos causar mal, pois a origem da doença não é um outro ser vivo, e sim uma mutação. Parece que a natureza mais uma vez demonstra sua inconformidade. As vacas se contaminaram e contaminaram os seres humanos. O efeito é tão preocupante que aqueles que estiveram na Inglaterra após 1986 estão proibidos de doar órgãos e sangue na Europa. Aqueles que estiveram na Europa após 1990 tem a mesma proibição nos EUA. Na verdade ainda não há clareza completa sobre todo o ciclo. A teoria exposta acima é a mais aceita, mas não está completamente provada.

Porém, de uma coisa estão certos os cientistas. A ruptura de ciclos naturais de alimentação, provocada pela agroindústria, pode criar fenômenos completamente imprevisíveis. Assim, é impossível não voltarmos nossa reflexão para os famosos alimentos transgênicos. Talvez a loucura das vacas possa colocar alertas para o público, e forçar as discussões sobre controles mais claros da produção de alimentos. Talvez a loucura do capital continue a presidir a dinâmica desta produção. O brejo é ali perto mesmo...

AMÉRICO BERNARDES É PROFESSOR DE FÍSICA DA UFJF.



A CHINA EM CARTAZ

Os cinemas japonês e chinês sempre produziram filmes que exerceram atrações nas mais diversas matizes de público. Dos que recentemente estrearam, vale destacar três: *As coisas simples da vida*, *Amor à flor da pele* e o blockbuster *O tigre e o dragão*. O segundo, *Amor à flor da pele*, merece uma análise mais detida posteriormente.

Está em cartaz desde o início de fevereiro o filme *As coisas simples da vida* (Taiwan-Japão, 1999) do diretor Edward Yang. Este longa, de quase três horas de duração, levou o prêmio de melhor direção no Festival de Cannes, no ano passado.

O título é extremamente apropriado: com uma complexidade impressionante, Yang nos mostra como cada gesto simples e cotidiano carrega em si uma série de escolhas e caminhos nem sempre conscientes destes significados. E, como nos seus filmes anteriores (*Taipei Story*, *A Terroriser*, *A Brighter Summer Day* e *A Confucian Confusion*), Yang reflete ainda sobre a influência e contradições de uma sociedade perdida entre uma cultura secular, com todos os seus ritos, crenças e tradições, e uma invasão ocidental, norte-americana. Talvez, ao assistirmos *As Coisas Simples da Vida*, sintamos falta do que seria o "oriental", talvez Edward Yang também sintam falta, e o filme reflete isto.

Muito embora a trama pareça diversificada, a história de vida de cada personagem se repete em outros, como um ciclo de vida que não se fecha, amor, perdas, reencontros, novas perdas. Para cada grande frustração um pequeno gesto compensador "um vento nunca fecha uma porta sem abrir uma janela".

Embotados que estamos de ação, ação, ação, este filme pode parecer por vezes lento demais, a história da família de Jian muito pequena e claustrofóbica, mas este é um dos grandes méritos deste filme, sua capacidade em nos fazer parar e respirar, em nos fazer observar os detalhes, em nos fazer, de fato, olhar e ver.

Mas mesmo neste chamado ao voyeurismo, a câmera possui um respeito pelos personagens e seus dramas, os planos, geralmente fixos e longos, são feitos a uma distância própria de quem não pretende invadir, desrespeitar; tão diferente do que os meios de comunicação "mundo cão" buscam no gesto extremo, na infelicidade, transformando todo o desespero em espetáculo, caçando e expondo em rede nacional aquela lágrima da perda que nunca deve ser apropriada, por ninguém.

E esta câmera, a grosso modo, é que lembra outro mestre do cinema oriental, o japonês Yasujiro Ozu, um diretor que começou sua carreira no final dos anos 20 e trabalhou até sua morte, em 1963. Ozu costumava dizer que os filmes de enredos muito elaborados o aborreciam demais e que optava pela renúncia ao excesso do drama e ao excesso de ação. Em função disto seu trabalho sempre se caracterizou pelo intimismo, pelos pequenos detalhes, pela mudança de estações. Ozu chama à contemplação, motivo pelo qual é considerado por muitos como lento e austero (há uma piada recorrente, de que ninguém consegue diferenciar entre um e outro filme seu). Estas características adquirem grande significado, pois nos obrigam a refletir sobre coisas que freqüentemente nos passam despercebidas. E aqui volto à questão da câmera: os rostos são pouco importantes frente ao quadro todo, à intensidade da imagem. Os planos de Ozu, geralmente abaixo da cintura, longos, sem movimentos ou efeitos, são

mínimos mas concentrados.

Nos filmes do mestre japonês, assim como este de Edward Yang, é a montagem que vai dar intensidade dramática, e não a expressão facial dos atores (que, aliás, são muito bons). É na composição interna do quadro e na seqüência dos planos que vamos sentir o que a história da família de Jian nos propõe, esta contemplação da vida e seus ciclos, suas repetições, perdas e vitórias. Muitas vezes Ozu foi encarado como conservador com suas histórias sempre em torno de famílias de classe média e de suas relações, assim como ocorre em *As coisas simples da vida*. E, tal como este filme contemporâneo, as relações nunca parecem ter uma saída. Mas será que esta ânsia pela saída, pela fatal catarse do clímax que os filmes clássicos sempre trazem, é tão positiva assim? Será que este gosto pelo *fast food*, pelo que é absorvido rápido, pelo hedonismo pós-moderno não é só mais uma forma de não nos fazer refletir sobre nosso cotidiano? Será que sempre o herói vai salvar o mundo e a mocinha no final? Aliás, será que sempre o herói vai ser o galã?

Ang Lee, ao contrário de Edward Yang, é um diretor muito conhecido no ocidente, é quase um diretor ocidental. Entretanto, todos aqueles símbolos, aquela imagem de país e cultura que esperamos ver em *As Coisas Simples da Vida*, ou em qualquer filme chinês, encontramos em *O tigre e o dragão* (China, 2000), totalmente falado em mandarim.

O que surpreende de saída é a quantidade de indicações ao Oscar, dez no total. Mas se lembrarmos como Hollywood gosta de épicos, este filme sobre Pequim do século XIX pode bem arrebatar algumas estatuetas, além de já ter feito uma grande bilheteria.

As imagens são grandiosas: da coreografia dança/arte marcial/vôo até os cenários, passando pela fotografia e a trilha sonora do compositor clássico Tan Dun, com participação especial do celo de Yo-Yo Ma.

O roteiro do filme foi construído em torno da tradição *Wuxia*, literatura bastante popular na China desde os tempos de Confúcio. Os protagonistas deste gênero literário são guerreiros de espírito livre, com profundo domínio das técnicas de artes marciais. As histórias são melodramáticas e folhetinescas. "*Wuxia* é a nossa *pulp fiction*", explica Ang Lee. "Leio livros do gênero desde que era pequeno, assim como séries de TV e filmes", continua. "Sempre pensei em fazer algo parecido, misturando o abstrato das situações e também o fato de que mulheres também protagonizam as tramas *wuxias*."

E de fato as guerreiras, encenadas por grandes atrizes, é que dão o maior espetáculo neste filme, coreografadas pelo mestre chinês Yuen Wo-Ping, também responsável pelas lutas de *Matrix* e *As panteras*.

Muita ação, um belo espetáculo estético e um diretor que quase sempre acerta a mão: fórmula mágica para a garantia de um grande espetáculo? Nem tanto: apesar de destacados valores, o filme *O tigre e o dragão* tem o mesmo formalismo e a mesma superficialidade das frases de biscoitinhos da sorte, não alimenta e seu prazer é muito efêmero, ao contrário do prato simples, mas muito satisfatório, que é *As coisas simples da vida*.

Luciana Rodrigues é cineasta e professora de cinema.

DIBUJADO



O poder do dinheiro

Fredric Jameson. A cultura do dinheiro: ensaios sobre a globalização. Petrópolis, Vozes, 2001. Coleção Zero à esquerda.

Coletânea de seis ensaios recentes do marxista norte-americano, selecionados e apresentados por Maria Elisa Cevasco, em que são examinados problemas relacionados com a cultura de massas, a sociedade de consumo, a mídia, o pós-modernismo e o capitalismo sob o neoliberalismo globalizado.

OS NOVOS PIRATAS

Vandana Shiva. Biopirataria: a pilhagem da natureza e do conhecimento. Petrópolis, Vozes, 2001. Coleção Zero à esquerda.

Uma obra abrangente e ambiciosa, que denuncia a espoliação representada pelo estabelecimento de direitos de propriedade intelectual sobre seres vivos, pela Organização Mundial de Comércio.

Entender o século XX

Daniel Aarão Reis Filho, Jorge Ferreira e Celeste Azenha (orgs.). O século XX. três volumes. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000. Vol. 1.

O tempo das certezas, vol. 2. O tempo das crises, vol. 3 O tempo das dúvidas.

Uma obra abrangente e ambiciosa, que busca oferecer uma inteligibilidade ao século XX através de 24 ensaios de alguns dos mais importantes historiadores e cientistas sociais brasileiros. Entre eles, além dos organizadores, figuras como Francisco Falcon, Edgar de Decca, Jobson Arruda, Leandro Konder, Francisco Teixeira da Silva, Paulo Vizontini, Maria Yedda Linhares, Marcelo Ridenti, Octavio Ianni e Ciro Flamarion Cardoso. Cada volume é complementado com uma bibliografia, filmografia e cronologia. Uma referência doravante indispensável para se ter uma visão global da nossa época.

POLÊMICAS MARXISTAS

Armando Boito Jr., Caio Navarro de Toledo, Jesus Ranieri e Patrícia Vieira Trópia (orgs.). A obra teórica de Marx: atualidade, problemas e interpretações. São Paulo, Xamã, IFCH-UNICAMP, 2000.

Coletânea de textos do I Colóquio Marx e Engels, realizado em novembro de 1999 pelo Centro de Estudos Marxistas (Cemarx), do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. Nela encontramos 15 textos de participantes das mesas-redondas, agrupados em torno de cinco temas: Marx, obra de juventude e obra de maturidade: continuidade ou ruptura?; Marx e Engels: unidade ou heterogeneidade teórica?; Lukács e Althusser diante da obra de Marx; Gramsci e Thompson diante da obra de Marx; e A crítica da economia política: atualidade ou superação?

Para a formação marxista

O texto de Mandel, escrito em 1986, parece antecipar os problemas que viriam a se colocar para o marxismo nos anos 90, enfrentando-os de maneira muito inteligente, através de uma abordagem historicista. Mandel sistematiza os fundamentos do marxismo mostrando como seus elementos vão sendo integrados em um corpo teórico coerente a partir da elaboração contextualizada de Marx e Engels.

No capítulo inicial, o marxismo é apresentado como sendo produto do surgimento do modo de produção capitalista. O socialismo surge como corrente de idéias e como movimento real que trabalha pela emancipação humana, desbordando os limites do capitalismo e das revoluções burguesas. E o marxismo aparece "como uma síntese quádrupla: síntese entre as principais ciências sociais; síntese entre as ciências sociais e o projeto de emancipação da humanidade; síntese entre o projeto de emancipação humana e o movimento real de auto-organização e auto-emancipação do proletariado moderno; e síntese entre esse movimento operário real e a ação e organização política revolucionárias". Estas sínteses são inacabadas, não são dogmáticas, são sempre submetidas à prova permanente da prática.

Os quatro capítulos centrais do livro correspondem à análise dos componentes desta quádrupla síntese, mostrando como Marx e Engels promovem a transformação revolucionária e a unificação progressiva das ciências sociais; a superação do socialismo utópico; a transformação do movimento político de emancipação, antes de tudo das organizações revolucionárias, nascidas da extrema-esquerda da Revolução Francesa; a



Ernest Mandel. O lugar do marxismo na história. São Paulo, Xamã, 2001

fusão do movimento operário espontâneo, criado pelos trabalhadores, independentemente de qualquer teoria filosófica ou sociológica, com a teoria científica. Os dois capítulos finais são "o itinerário pessoal de Marx e Engels" e uma análise da "recepção e difusão do marxismo pelo mundo", no final do século XIX e início do século XX. Em anexo estão ainda materiais didáticos úteis.

A força da análise de Mandel está na sua abordagem radicalmente historicista. A reconstrução que ele faz do material com que Marx e Engels se confrontaram, da forma como eles o trabalharam e do resultado final de sua atividade é feita à luz das controvérsias recentes, aliando o rigor analítico à capacidade os temas marxistas emergirem dos contextos social, econômico, político e cultural do século XIX, projetando implicitamente sua atualidade para nosso tempo. Como uma primeira aproximação sistemática do campo analítico que o marxismo estabelece, sua eficácia é, no contexto atual, inquestionável.

José Corrêa Leite



DAVOS E PORTO ALEGRE

DOIS PROJETOS ANTAGÔNICOS

ESTAS CIDADES REPRESENTAM DOIS PROJETOS DE CIVILIZAÇÃO E DUAS REALIDADES SOCIAIS OPOSTAS, ANTAGÔNICAS, IRRECONCILIÁVEIS.

MICHAEL LÖWY

Algumas almas bem intencionadas tem tentado reconciliar Davos e Porto Alegre, com o argumento de que ambos perseguem o mesmo objetivo: a humanização da economia global. Lamento ter que discordar deste ponto de vista. Para mim – e acho que não sou o único aqui que pensa isto – Davos e Porto Alegre representam duas perspectivas históricas, dois projetos de civilização e duas realidades sociais opostas, antagônicas, irreconciliáveis. O novo século que começa em janeiro 2001 tem a escolha entre estes dois caminhos: uma suposta “terceira via” não existe.

Davos usa com frequência a palavra “diálogo”. A discussão via satélite entre representantes dos dois Fóruns demonstrou a impossibilidade deste diálogo: não havia linguagem comum. O pessoal do Fórum de Porto Alegre vive neste vale de lágrimas, os porta-vozes de Davos parece vir de um outro planeta, no qual o livre mercado desregulamentado traz felicidade e prosperidade para todos, e as políticas neoliberais acabam com o desemprego.

Em Davos esta representada a elite econômica e política do sistema capitalista globalizado. Ali estão banqueiros, tecnocratas, empresários, especuladores, altos funcionários e ministros que – salvo poucas exceções – representam os interesses da oligarquia financeira que domina o mercado global. Apesar de suas divergências, partilham do mesmo pensamento único, do

mesmo fetichismo da mercadoria, daquilo que Leonardo Boff e Frei Betto chamam a “idolatria do mercado”, um ídolo voraz que exige sacrifícios humanos. Eles representam um sistema, o capitalismo neoliberal, intrinsecamente perverso, inhumano, responsável do “horror econômico” do desemprego e da monstruosa desigualdade social. Três bilionários norte-americanos, que possivelmente estarão em Davos, tem uma fortuna equivalente ao Produto Interior Bruto de 42 países pobres, onde vivem 600 milhões de habitantes. Um sistema responsável pelas políticas neoliberais de ajuste estrutural, que sacrificam os orçamentos de saúde e educação em prol do pagamento da dívida externa. Um sistema responsável pela destruição acelerada do meio ambiente, pela poluição do ar, da terra e do mar, e pelo efeito de serra que pode produzir, dentro de poucos anos, uma catástrofe ecológica de proporções inimagináveis. Um sistema regido pela lei da selva: guerra de todos contra todos, e que vença o mais forte, o mais feroz, o mais impiedoso.

Diante disto, o que representa este primeiro projeto de contra-poder global, o Fórum Social Mundial de Porto Alegre? Ele representa a esperança, o projeto realista e possível de um outro mundo, de uma outra economia local, nacional e mundial, voltada para a satisfação das necessidades sociais, respeitosa do meio ambiente e do equilíbrio ecológico. O projeto realista e possível de uma outra sociedade, de uma outra civilização, baseada nos valores de igualdade, solidariedade, fraternidade, cooperação, ajuda mútua. Somos muitos, neste Fórum que acreditamos no socialismo como única alternativa autêntica e radical à ordem de coisas existente; mas estamos unidos, com nossos amigos que não partilham esta opção, no combate por reivindicações concretas e imediatas: taxa Tobin sobre o capital especulativo, supressão da dívida externa, abolição dos chamados “paraísos fiscais”, refor-

ma agrária, moratória sobre os transgênicos.

O Fórum de Porto Alegre representa também o projeto de uma democracia autêntica, baseada na participação ativa da população. Uma democracia que já tem doze anos de experiência em Porto Alegre e dois no Rio Grande do Sul, e sem dúvidas deitara raízes amanhã em São Paulo.

O Presidente da Suíça, ao abrir o Fórum de Davos, teve a desfaçatez de afirmar que Davos representa governos eleitos, enquanto que aqui no Fórum de Porto Alegre só estão ONGs não eleitas. Quem elegeu Bill Gates presidente da maior multinacional do mundo? Que controle tem os cidadãos sobre as multinacionais, os movimentos do capital financeiro especulativo?

Agora, este contra-poder global só pode crescer se tiver raízes na realidade concreta local, em experiências locais de gestão democrática, mas também de luta. Dois exemplos de movimentos ativamente comprometidos com o projeto deste Fórum: a Confederação Camponesa da França (José Bové) e o MST brasileiro. Os dois só tem a força que conhecemos porque tem base nas experiências locais, nas necessidades locais, nas lutas locais. São movimentos radicais, isto é, vão à raiz dos problemas; nos deram há poucos dias uma bela lição de radicalismo – ao arrancar pela raiz o que estava podre – neste caso, as plantas transgênicas da multinacional Monsanto.

Para concluir: uma certa imprensa neoliberal, para confundir as coisas, nos chama de “antimundialistas”. Isto é uma tentativa deliberada de desinformação. Este movimento, este Fórum, não é “antimundial”: ele é contra **este mundo** capitalista, neoliberal, injusto e inhumano, e busca um **outro mundo**, solidário e fraterno. Este mundo novo talvez esteja começando em Porto Alegre, em janeiro de 2001.

INTERVENÇÃO DE MICHAEL LÖWY NO FÓRUM SOCIAL MUNDIAL.

NASCE UMA “INTERNACIONAL REBELDE”

Ignacio Ramonet

O novo século começa em Porto Alegre. Todos os que, de uma ou de outra maneira, contestam ou criticam a globalização, irão se reunir, de 25 a 30 de janeiro de 2001, nessa cidade do Sul do Brasil onde se realiza o Primeiro Fórum Social Mundial. Não se reunirão, como em Seattle, Washington, Praga e outras cidades, para protestar contra as injustiças, as desigualdades e os desastres provocados, em toda parte, pelos excessos do neoliberalismo. E sim para tentar, desta vez com um espírito positivo e construtivo, apresentar propostas teóricas e práticas que permitam visualizar uma globalização de novo tipo, e afirmar que um outro mundo, menos desumano e mais solidário, é possível.

O Fórum Social Mundial quer apresentar propostas, teóricas e práticas, que permitam visualizar um novo tipo de globalização. Esta espécie de “Internacional Rebelde” reúne-se em Porto Alegre precisamente no momento em que se realiza em Davos, na Suíça, o Fórum Econômico Mundial, que, há várias décadas, reúne os novos senhores do mundo – e em especial os que pilotam de forma concreta a globalização. Que não escondem a sua inquietação. Levam muito a sério as manifestações de cidadãos. (...)

No ano passado, os acontecimentos de Seattle já haviam impressionado profundamente os poderosos senhores reunidos em Davos. Vindos dos quatro cantos do mundo, esses “setores significativos” que se opõem à atual barbárie econômica e se recusam a aceitar o neoliberalismo como “horizonte insuperável”, irão tentar, numa iniciativa que não pode deixar de ser qualificada como revolucionária, lançar as bases de um verdadeiro contra-poder em Porto Alegre.

E por que nessa cidade? Porque, já há alguns anos, Porto Alegre tornou-se uma cidade emblemática aos olhos de quem pensa que um outro mundo é realmente possível. Capital do Rio Grande do Sul, Porto Alegre é uma espécie de laboratório social que pessoas vindas do mundo inteiro observam com um certo fascínio. Governada de uma maneira original durante os últimos doze anos, por uma coalizão de esquerda dirigida pelo Partido dos Trabalhadores, essa cidade conheceu um desenvolvimento espetacular em inúmeras áreas (habitação, transporte coletivo, logradouros, coleta de lixo, ambulatórios, hospitais, saneamento, meio ambiente, abrigos sociais, alfabetização, educação, cultura, segurança etc.).

O segredo desse êxito? O orçamento participativo, isto é, a possibilidade para os moradores dos diversos bairros definirem, de forma muito concreta e muito democrática, onde devem ser investidas as verbas. (...)

E essa experiência realiza-se, é bom frisar, numa atmosfera de total liberdade democrática, contrapondo-se à vigorosa oposição política da direita. O PT não controla os grandes jornais locais, nem as rádios e menos ainda a televisão, nas mãos de grandes grupos de comunicação aliados ao empresariado local. Além do que, por força da Constituição federal brasileira, o PT tem uma margem de autonomia política bastante restrita, principalmente em matéria de impostos, o que não lhe permite legislar como gostaria. (...)

Nessa cidade original, onde floresce uma democracia diferente das outras, o Fórum Social Mundial irá tentar lançar os alicerces de uma outra globalização, que não exclua os povos. (...)

Em Porto Alegre, alguns novos sonhadores do absoluto lembrarão que não é só a economia que é global; a proteção ao meio ambiente, a crise das desigualdades sociais e a preocupação com os direitos humanos também são temas globais. E cabe aos cidadãos do planeta tomá-los para si.

Ignacio Ramonet é diretor de redação de *Le Monde Diplomatique*. Este artigo corresponde ao editorial de janeiro, com alguns cortes. Traduzido por Jô Amado.

EM TEMPO

PUBLICAÇÃO DE CARÁTER INTERNO AO PT DISTRIBUÍDA ÚNICAMENTE AOS SEUS FILIADOS